

OPINIÃO

opinio@grupoatarde.com.br

Os artigos assinados publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opiniao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

Fecomércio apoia ajuda emergencial

Um público próximo dos três milhões de pessoas na Bahia terá os benefícios da distribuição de R\$ 2,2 bilhões, com resultados para o movimento do comércio, caso o governo federal e o Congresso aprovem uma nova etapa de auxílio emergencial.

O valor, ainda não definido, seria em torno de R\$ 250, em período de três meses, atendendo metade do público do ano passado, devido ao aumento das exigências, pois o governo entende ser a ajuda provisória.

Em cálculos mais precisos, o total empregado na ação seria de R\$ 2,2 bilhões, representando 2,2% dos R\$ 100 bilhões de movimentação estimada para o comércio este ano.

– Discute-se sobre um crédito extraordinário, mas tem que ter a aprovação do Congresso Nacional – destacou o consultor da Fecomércio, Guilherme Dietze.

BUSCA PELA RECEITA – Ainda segundo o especialista, o governo precisa encontrar meios de obter a receita para o auxílio com redução de despesa para não estourar o orçamento previsto no teto de gastos.

O risco, de acordo com o economista, é gerar um efeito danoso de aumento da inflação com elevação de juros, penalizando a população que está apta ao recebimento do benefício.

A entidade representativa dos empresários baianos do comércio avalia como necessária uma nova etapa do auxílio emergencial, respeitando o teto de gastos, pois num momento de crise econômica e inflação de alimentos, a ajuda traria um alívio momentâneo a quem mais precisa, em meio às incertezas da pandemia e a escassez de vacinas.

“Não é de direito constitucional o Alto Comando se reunir para dar um pito na Suprema Corte. (...) Por que o [ministro Edson] Fachin veio falar agora, três anos depois? Por que se acovardou na hora?”

LULA, ex-presidente da República, sobre a reação do STF à pressão sobre a corte em julgamento de seu HC

PCDs na vacinação

A Federação das Apaes do Estado da Bahia (Feapaes-BA) encaminhou para a presidência da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) um pedido de inclusão de pessoas com deficiência intelectual e múltipla no grupo prioritário do Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19.

A entidade solicita que, a exemplo de outros estados, o direito de acesso à vacina seja garantido como prioridade a esses cidadãos e que a avaliação da deficiência seja realizada conforme preconiza a Lei Brasileira de Inclusão, em uma perspectiva biopsicossocial, por equipe multidisciplinar e com ferramenta validada para este fim.

No texto do plano atual, apenas as pessoas com deficiência permanente severa estão classificadas e contempladas.

Controle da aftosa

Pecuaristas de 11 estados brasileiros, liderados pela Bahia, deram início aos trabalhos visando ao êxito do Plano Estratégico do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (Pnefa). Promovido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o plano teve sua videoconferência de lançamento coordenada pelo presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia, Humberto Miranda. Durante o encontro, cada estado apresentou os resultados alcançados em 2020 referentes ao Plano de Ação, destacando o fortalecimento do setor de vigilância sanitária, a reestruturação do trânsito, e a contratação de novos profissionais.

POUCAS & BOAS

● **Começa hoje a Mostra Caravana Teatro Itinerante, que este ano acontece 100%, com transmissões ao vivo por meio da plataforma YouTube. Os grupos de artistas representam, além da cidade berço da mostra, Bonito, os municípios baianos de Seabra, Wagner, Utinga, Baixa Grande, Andaraí, Jacobina, Senhor do Bonfim, Souto Soares, Salvador, São Gabriel, Simão Dias (SE), dentre outros. A programação começa sempre às 18h e prossegue até 21 de fevereiro.**

● **Em Barreiras acontece hoje uma consulta e audiência pública para consolidação do projeto de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do município. Com início às 10h, o evento terá participação de representantes do governo do estado, das Frentes Parlamentares do Saneamento e de Resíduos Sólidos, da Ufob, do Consórcio Multifinalitário do Oeste – Consid, além das empresas que realizaram os estudos que deram origem ao projeto, representantes de órgãos e da sociedade civil local.**

MIRIAM HERMES E REDAÇÃO



Rafael Martins / Ag. A TARDE

EFEITO DOMINÓ | *A ausência de planejamento produziu nas nossas cidades fenômenos de moradia ruins, especialmente para os mais pobres. Mas a economia, os transportes, todos acabam afetados com a má gestão do espaço urbano.*

A economia e a saúde somente se encontrarão nos postos de vacinação!

Carlos Sergio Falcão

Engenheiro civil, empresário, presidente da Winners Engenharia Financeira
falcao@winners-ba.com.br

Estamos completando um ano de pandemia, e nada temos a comemorar. Nosso país permanece superando recordes negativos de casos e mortes, sem perspectivas de curto prazo e somente a vacina nos libertará dessa dicotomia de preservar vidas ou CNPJs.

Um programa de vacinação rápido, seguro e eficaz é o único caminho para a saúde e a ciência encontrarem a economia e o desenvolvimento. Precisamos vacinar a população brasileira, urgente. A nossa Nação clama por prosperidade, mas estamos há meses assistindo diariamente a politicagem, a subserviência e a burocracia des-

truírem as nossas esperanças e os sonhos dos nossos filhos. Faltam civismo, ciência e planejamento, sobram bajulação, burocracia, fura-filas, incompetência e apego a cargos e mordomias

O plano nacional de imunização brasileiro já foi uma referência mundial, hoje somos amadores nesse processo, vacinando, na média, apenas 200 mil brasileiros por dia contra a Covid. Nesse ritmo levaríamos quatro anos para vacinar a nossa população vacinável. Como comparação,

O Brasil não pode parar, e os brasileiros não devem mais morrer vítimas da incapacidade ou inércia

em campanhas contra gripe no passado conseguimos vacinar 1,3 milhão por dia na média. Isto é, a falta de planejamento, o negacionismo, a politização, a ausência de critérios e a incompetência que nos fizeram postergar a negociação prévia de vacinas, estão destruindo as possibilidades de salvarmos vidas e de termos uma recuperação econômica sólida.

Estamos muito atrasados, urge que o Ministério da Saúde, com inteligência, humildade e determinação aprenda com seus próprios erros, melhore a logística e recupere o tempo perdido. Que avalie, com racionalidade: liberar estados e municípios para também comprarem imunizantes; atrair empresas e empresários para Parcerias Públicas Privadas que consigam agilizar a aquisição de vacinas; autorizar as clínicas privadas a comprar e vacinar aqueles que podem pagar, diminuindo a pressão no SUS. É imprescindível

também que os técnicos da Anvisa entendam que os prazos de ontem não servem hoje, pois a cada dia milhares de brasileiros se contaminam e morrem. Estamos em guerra e conceitos antigos não atendem mais os anseios da nossa sociedade.

Nós, empresários e líderes, não podemos assistir passivamente o descaso com que estão sendo tratados nossa família e a nossa comunidade nesse processo. Temos o dever legítimo de pressionar, protestar, questionar e de apoiar medidas que possam reduzir o impacto dessa tragédia nas pessoas e nas empresas. As dificuldades são muitas, mas elas se tornaram ainda maiores se não houver uma célere correção de rumos. O Brasil não pode parar, e os brasileiros não devem mais morrer vítimas da incapacidade ou inércia daqueles que teriam a obrigação de nos proteger.

ESPAÇO DO LEITOR

opinio@grupoatarde.com.br

Imunidade parlamentar

Diante do caso do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ), que usando de suas prerrogativas constitucionais em utilizar de sua imunidade para afrontar as instituições da República – que continua sendo atacada por esta atual direção de governo –, é questionável que se dê a membros do Legislativo escudos legais para que possam praticar atos ilícitos, típicos de pessoas de caráter duvidoso. Vale lembrar do caso da deputada Flordelis, acusada de promover o assassinato do seu esposo. Cabe uma urgente reavaliação em anular este privilégio. Qualquer pessoa, cidadão comum, ao infringir a lei, é condenado pelo nosso Código Penal. Candidato eleito por voto popular, funcionário escolhido pelo povo, ao cometer atos ilícitos, deve ser julgado e, se condenado, perder o cargo por ato de falta de decoro parlamentar. O senador do estado de Roraima flagrado com dinheiro na cueca também irá retornar ao seu mandato. Até quando a sociedade brasileira terá que aturar desmandos políticos? JOAB FERNANDES, JOJO-FAQG@GMAIL.COM

Atos absurdos

O deputado bolsonarista Daniel Silveira teve sua prisão determinada pelo STF. E tem a ver com sua irresponsabilidade, atuando como

incentivador de ataques a outro Poder de nossa República. Por outro lado, mostra que nem mesmo o partido ao qual é filiado aceita seu comportamento. Que os parlamentares tomem os procedimentos adequados para que ele responda por seus atos absurdos. URIEL VILLAS BOAS, URIELVILLAS-BOAS@YAHOO.COM.BR

Perguntar não ofende

Por que os cidadãos de cidades em que gestores furam a fila com o argumento de estimular a vacinação – quando as vacinas mal deram para o começo – não pedem a imediata prisão e cassação dos mandatos desses

É questionável que se dê a membros do Poder Legislativo escudos legais [imunidade] para que possam praticar atos ilícitos, típicos de pessoas de caráter duvidoso

irresponsáveis, incompetentes e incapazes? É por medo ou o quê? JOÃO BORGES, JOAOCP-BORGES@GMAIL.COM

Apelo ao governador

Nobre governador Rui Costa, haja vista novo percentual do salário mínimo no Brasil, talvez Vossa Excelência não tenha conhecimento que inúmeros profissionais aposentados NU da área saúde e pensionistas estão percebendo valor inferior ao atual salário. Governador, existe erro crasso quando setor competente que atua na confecção dos salários, principalmente dos aposentados NU da Área da Saúde, somam parcelas do tempo de serviço e insalubridade, e estas ultrapassam um pouco do valor atual do salário mínimo que é de: R\$ 1.100. Certamente Vossa Excelência tem conhecimento de que valor do salário mínimo atual deve ser aplicado a todos trabalhadores, bem como aos aposentados e os recebedores de pensões. A presente solicitação que os prejudicados realizam ao gestor é pertinente, e mais uma vez repetimos que, somadas as parcelas de tempo de serviço e insalubridade, as mesmas ultrapassam valor do mínimo, e em contrapartida a soma prejudica pensionistas e aposentados que ainda estão com vida e que trabalharam com afinco para nossa Bahia e não recebem valor do mínimo atual. Go-

vernador Rui Costa, as somas mencionadas causam enorme prejuízo e Vossa Excelência poderá de imediato terminar com erro crasso que vai de encontro à legislação aprovada pela Câmara e Senado neste exercício de 2021, fazendo com que servidores aposentados e pensionistas que têm no seu Aviso de Crédito vencimentos de há muito inferior ao mínimo decretado. Em face do acima exposto, esperamos que autorize de imediato setor competente para pagamento total do salário mínimo que se encontra em evidência, e lembrar ao nosso gestor que a Constituição do Estado da Bahia de 1989 assevera que atos do governador não devem ir de encontro à mesma, bem como ao livre exercício dos poderes Legislativo e Judiciário. Em face do exposto, os sofredores acreditam que Vossa Excelência de imediato vai mandar regularizar proventos dos aposentados e pensionistas na mesma proporção e na mesma data, sempre que houver modificação do mínimo. Governador Rui Costa, o documento em questão não tem por objetivo ir de encontro ao mandato de Vossa Excelência, que está maravilhoso, apenas solicitar do gestor baiano que acabe com situação que vai de encontro aos que trabalharam com afinco para termos nossa Bahia sem distinções entre os brasileiros. ALBA ALVES GOMES, ALBA.GOMES43@HOTMAIL.COM

RODRIGO AGUIAR

Com a curva ascendente da pandemia do novo coronavírus na Bahia, 13 das 24 cidades com leitos de UTI adulto para pacientes com Covid-19 já possuem taxa de ocupação média de 80%. Hoje começa o toque de recolher decretado pelo governo com o objetivo de tentar conter o avanço da doença.

Com validade de sete dias, a medida abrangerá 343 dos 417 municípios baianos. Ficam de fora do toque de recolher somente as regiões oeste e as cidades de Irecê e Jacobina. Das 22h às 5h serão proibidos o funcionamento de serviços não essenciais e a circulação de pessoas nas ruas.

Segunda e terceira maiores cidades do estado, Feira de Santana e Vitória da Conquista, respectivamente, têm taxas de ocupação de 87% e 97%, o que deixa muito pressionados os sistemas de saúde locais.

Na cidade do sudoeste baiano, tanto no Hospital Geral de Vitória da Conquista quanto no Hospital São Vicente de Paulo, a ocupação é de 100%, enquanto no Hospital de Clínica de Conquista o índice é 90%. Existe ainda um agravante: todos os 70 leitos de UTI adulto para Covid-19 da região estão instalados no município.

A prefeitura, entretanto, ainda considera "controlados" os números relacionados à pandemia em Conquista. "A prefeitura ressalta que o momento é de cautela, visto que a regulação é estadual e, por isso, Conquista também recebe pacientes de outros municípios baianos", informa a administração municipal, em nota.

De acordo com a prefeitura, representantes da polícia, Ministério Público, Câ-

COVID-19 Com a curva ascendente no número de casos da doença, 13 das 24 cidades baianas com leitos de UTI possuem taxa de ocupação média em 80%

Toque de recolher começa com sistemas de saúde lotados



Raphaël Müller / Ag. A TARDE / 21.5.2020

Na capital, apesar de a taxa de ocupação ser de 75%, diversas unidades estão pressionadas, como o Simões Filho

mara de Vereadores, conselhos municipais, setores de bares, comércio e entretenimento manifestaram apoio ao toque de recolher.

Em Feira de Santana, o Hospital Geral Clériston Andrade está com 100% de ocupação tanto na UTI quanto nos leitos clínicos. No Hospital de Campanha, 15 dos 18 leitos de UTI estão com pacientes, segundo o sistema de acompanhamento de leitos da Secretaria de Saúde do

Estado (Sesab).

O secretário municipal de Saúde, Edval Gomes, apresenta números um pouco menores, mas ainda preocupantes. "Hoje, graças a Deus, temos 13 pessoas em nossa UTI do Hospital de Campanha. Este valor representa 72% de ocupação. Apesar desta taxa atual, temos visto com preocupação os relatos de unidades de UTI lotadas em algumas regiões do estado e o aumento de

casos de uma forma geral", diz. A diferença dos números pode ocorrer por demora na atualização do sistema.

O diretor do Hospital de Campanha de Feira, Francisco Mota, nega que o sistema esteja em colapso, mas lembra a importância do distanciamento social, uso de máscaras e higienização das mãos. Ele atribuiu a alta na ocupação dos leitos às aglomerações observadas na cidade e também a mo-

dores que, nas últimas semanas, foram veranear.

No sul da Bahia, todas as cidades com leitos de UTI para Covid têm altas taxas de ocupação. Em Itabuna, 85% dos leitos estão com pacientes, enquanto em Ilhéus o índice é de 92%. Em Valença são 90% dos leitos ocupados. A situação mais crítica é observada em Jequié, onde a ocupação é de 100% – são 19 leitos no Hospital Geral Prado Valadares e ou-

Aeroporto e rodoviária vão funcionar 24 horas

RAPHAEL SANTANA

O toque de recolher, determinado pelo governador Rui Costa (PT) e publicado no Diário Oficial do Estado (DOE), entra em vigor hoje e será válido pelos próximos sete dias em 343 cidades da Bahia, incluindo Salvador. A medida tem como objetivo frear o avanço da Covid-19.

Diante disso, quem tem viagem agendada, chegando ou partindo do aeroporto da capital baiana, deve ficar atento. Os voos permanecem inalterados durante o período do decreto, mas a Vinci Airports – concessionária que administra o terminal – orienta que os passageiros estejam com o com-

No sistema metroviário da capital baiana, as viagens serão realizadas até as 22h30

provante de viagem em mãos no deslocamento para o aeroporto ou para hotel, pousada, hostel e outros meios de hospedagem.

"É importante que os passageiros estejam atentos,



Raphaël Müller / Ag. A TARDE / 9.9.2020

Os horários dos voos no aeroporto de Salvador não serão alterados

da Bahia (SSP), os veículos que estiverem em deslocamento não serão abordados, apenas as pessoas que estiverem nas ruas sem justificativa dentro do horário não permitido.

Dois crimes

Segundo a SSP, o cidadão que estiver, por exemplo, na porta de casa, com um grupo de amigos, vai ser abordado pela Polícia Militar (PM) para que retorne ao interior da residência. Em caso de resistência, a PM vai conduzir o infrator à delegacia. Segundo a instituição, nesse caso, a pessoa responderá por dois crimes: desobediência e atentado contra a saúde pública.

Testes rápidos apontam para alta da doença em mais três bairros

GABRIEL GALINDO*

Pelo menos 137 novos casos de Covid-19 foram detectados por meio de testes rápidos realizados ontem em Salvador, registrando mais uma alta, no segundo dia das medidas de proteção à vida, adotadas pela prefeitura nos bairros de Pernambuco, Fazenda Grande do Retiro e Boca do Rio.

Segundo dados da assessoria de comunicação da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), após a realização de 150 testes foram detectados 45 casos positivos na Boca do Rio; 35, em Pernambuco; e 57, em Fazenda Grande do Retiro. Esses bairros se juntaram aos da Pituba, Itapuã e

Brotas nas medidas da prefeitura de restrição, impostas pelo município desde a última quarta-feira, após apresentarem alta preocupante no número de casos.

As restrições visam desacelerar o crescimento de casos e riscos de contaminação, identificando aqueles que possuem o vírus, mas ainda estão assintomáticos e circulando pelas ruas.

"Mais uma vez reforçamos a importância da utilização das máscaras"

HELENA LIMA, da prefeitura

A operação da prefeitura também realiza a desinfecção dos locais e faz distribuição de máscaras. Helena Lima, do Centro de Operações Emergenciais da Covid-19, alertou sobre a importância da prevenção para o controle dos casos.

"Mais uma vez reforçamos a importância de utilização do álcool em gel para a higienização, a lavagem das mãos, do rosto, a utilização das máscaras, evitar aglomeração, evitar principalmente maior trânsito de pessoas nos locais onde há indivíduos considerados de



Shirley Stolze / Ag. A TARDE 30.5.2020

Ontem, 137 exames testaram positivo

maior risco ou de maior vulnerabilidade. O que a gente sempre fala que é questão de realizar o teste se a pessoa tiver um sintoma gripal, tiver algum sintoma respiratório, já que a Covid ela pode se apresentar de forma leve. Dessa forma, é importante o indivíduo ficar atento para qualquer sintomatologia, mesmo que seja uma sintomatologia gripal, porque pode, sim, está associado à doença", diz ela.

Segundo a Prefeitura de Salvador, Pernambuco é o segundo bairro com mais casos confirmados de Covid-19 na cidade.

*SOB A SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO

POLÍTICA

politica@grupoatarde.com.br

SENADO Flagrado com dinheiro na cueca, Chico Rodrigues reassume mandato  www.atarde.com.br/politica

CÁSSIO SANTANA

O governo federal excluiu 12.706 mil famílias baianas do programa Bolsa Família entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021, revelam dados do Comitê Técnico da Assistência Social do Consórcio Nordeste. A Bahia figura como o estado com mais baixas entre os beneficiários em todo o país.

A divulgação dos dados acontece após o deputado federal baiano, João Roma (Republicanos), ter sido nomeado novo titular do Ministério da Cidadania, pasta responsável pela gerência dos programas sociais do governo.

No cômputo geral, o Nordeste teve uma redução de 48 mil famílias beneficiadas pelo programa. Outras 13 mil famílias foram cortadas na região Norte, no mesmo período. Em contrapartida, as regiões Sul (+ 26.504), Sudeste

BAQUE A divulgação dos dados acontece após o baiano João Roma assumir o Ministério da Cidadania, pasta responsável pela gerência dos programas sociais

Bahia tem 12.706 famílias excluídas do Bolsa Família

(+ 21.479) e Centro Oeste (+ 4.090) registraram aumento no número de famílias beneficiadas pelo governo de Jair Bolsonaro (sem partido).

Para o secretário de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia, Carlos Martins, a exclusão de beneficiários das duas regiões "mais empobrecidas" do país "é uma ação criminosa".

"É uma ação criminosa, sem nenhuma razoabilidade técnica, política e econômica. Privilegiar as regiões mais ricas, que não tiveram grandes perdas, com acréscimos de pessoas no programa Bolsa Família, enquanto que as regiões Norte e Nordeste tiveram perdas expressivas é um absurdo", afirmou Martins. "Condenamos sob todos os aspectos [os cortes no programa], sobretudo nesse momento em que precisamos dar mais apoio a famílias mais empobrecidas".

De acordo com o secretário, o Governo Federal descumpra liminar em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), impetrada pelo Governo da Bahia e mais seis estados do Nordeste, que proíbe a redução do número de beneficiários do Bolsa Família na região. Martins disse que irá mapear os mu-



Alina Souza / Especial Palácio Piratini

Em números absolutos, a Bahia teve o maior corte de benefícios em todo o País

"É uma ação criminosa, sem nenhuma razoabilidade técnica, política e econômica"

CARLOS MARTINS, secretário de Desenvolvimento Social da Bahia

nicipios baianos que sofreram perdas de beneficiários.

"O Governo do Estado da Bahia entrou com uma ação e tem uma liminar no STF proibindo a redução do número de beneficiários no estado, e isso quer dizer que eles estão descumprindo a liminar. Já coloquei minha equipe de plantão e nós vamos verificar cidade por cidade em que foi

verificada a exclusão [de famílias do Bolsa Família] e pedir a Procuradoria Geral do Estado para anexar ao processo [que tramita no STF], e informar ao Supremo que o Governo Federal está descumprindo a liminar."

Cortes "inaceitáveis"

Deputada federal pelo PSB, Lídice da Mata classificou os cortes como "inaceitáveis", e

não descartou a possibilidade de a ação representar uma "retaliação" ao estado por parte do Governo Federal.

"É realmente lamentável que haja um corte tão grande do Bolsa Família no País, especialmente na Bahia. Em um período de pandemia, com a queda no emprego, com a crise econômica que estamos vivendo, cortar o Bolsa Família é um exercício de perversidade, de falta de compaixão, de empatia com a maior parte da população. Tem toda minha reprovação essa posição do governo. Ainda é possível se analisar que pode ser uma retaliação à Bahia, mas independente disso, qualquer que seja a motivação, é inaceitável", disse a deputada.

Em números absolutos, a Bahia também é o estado com o maior corte de benefícios em todo o país. Ao mesmo tempo, Minas Gerais (+ 23.047), Rio Grande do Sul (+ 12.119) e Paraná (+ 9.693) registraram aumentos expressivos.

"Estamos com 14 milhões de desempregados, temos o fim do auxílio emergencial e aumento da pobreza, e era natural que o Ministério da Cidadania, que o governo federal, se preocupasse em socorrer as pessoas nas regiões mais empobrecidas do país. A região Norte, além de tudo isso, está convivendo com o caos no sistema de saúde, e a Bahia e alguns estados do Nordeste vivem algo semelhante", lamentou o secretário Martins. "Em meio a um dos momentos mais difíceis, o governo corta benefícios de quem mais precisa. É um absurdo que pode custar a vida de muitas pessoas".

INFORME PUBLICITÁRIO

CORONAVÍRUS CONGRESSO – PALÁCIO DO PLANALTO

JOSÉ MENDONÇA
joseandrademendonca@hotmail.com

Num congresso em Paris, há uma década, Dr. Roberto Kalil falou que os governantes deveriam ter consciência da ciência, levar a sério. O COVID 19 lembra a segunda guerra mundial, quando duas cidades japonesa, Hiroshima e Nagasaki foram destruídas. Felizmente a guerra não chegou em Ribeirópolis e Itabaiana – Sergipe, eu tinha seis anos. Estamos na terceira guerra mundial, com amplitude maior, mil e duzentos brasileiros estão deixando o mundo em um dia, saudade e tristeza, pessoas dedicadas à família e ao próximo.

A ONU – Organização das Nações Unidas, deveria ter chamado todos os presidentes, independente de regime, para lutar contra essa terceira guerra, CORONAVÍRUS. Presidente em seu país, os governadores. Governadores os prefeitos.

A Bahia deu exemplo para o mundo, o governador e ex-prefeito bom que estivessem na ONU ou no Palácio do Planalto. Têm presidentes que não alcançam a importância da ONU.

É triste ver que o Brasil não tem um projeto nacional para os próximos vinte anos, no mínimo doze anos integrado aos Estados. O brasileiro só votar no candidato que estiver integrado ao projeto nacional, acompanhar o discurso de campanha.

Brasileiros, vamos trabalhar contra a corrupção – demos exemplo no município Ipiáú 2001 à 2008, corrupção zero, administração ampla, participação de todos secretários, atuando na cidade e zona rural.

Racismo não, só nas selvas, tenho medo de animais não domesticados. Corrupção rouba recursos da ciência, saúde, educação, mercado de trabalho, salário, condição de vida.

ARTIGO TEM ONZE PARÁGRAFOS, vale a pena entrar no Facebook: José A. Mendonça para se inteirar.

ENTREVISTA

Lula critica gestão de Bolsonaro na pandemia

DA REDAÇÃO

Em entrevista ao portal UOL ontem, o ex-presidente Lula fez duras críticas ao governo Bolsonaro pela condução do enfrentamento à covid-19. O petista disse que vê como irresponsável a maneira como o país tem conduzido a crise sanitária.

"Eu acho que a irresponsabilidade com que o Brasil está tratando a questão da pandemia é muito séria", pontuou o ex-presidente. Lula lembrou de ações do atual presidente da República, Jair Bolsonaro, e criticou a conduta do mandatário e a do ministro da Saúde, Eduardo Pazuello.

"O Bolsonaro negava e continua negando [a vacina], o ministro da Saúde não montou um protocolo oficial do governo em relação à vacina, eles passaram metade do tempo tentando vender remédios que não valiam para nada. Eu acho que não tem medida de curto prazo, porque não tem vacina para

comprar", afirmou.

O político aproveitou a oportunidade para incentivar o uso de máscaras, distanciamento social e higiene pessoal como forma de combate à pandemia. Lula destacou que, enquanto não há vacina para todos, as medidas de prevenção devem ser respeitadas.

"Aventura"

Perguntado sobre o pleito de 2022, o ex-presidente avaliou como "aventura" uma candidatura do apresentador Luciano Huck, e disse que "apesar do desastre", Bolsonaro "tem chance" de se reeleger.

O petista disse ainda que o ministro Edson Fachin do STF se acovardou três anos atrás diante do tuité do general Eduardo Villas Bôas pressionando o Supremo a negar a ele um habeas corpus às vésperas da campanha eleitoral. E foi além, afirmando que não é direito constitucional do Alto Comando do Exército dar um "pito" na corte.

AMEAÇAS AO STF

Audiência de custódia mantém a prisão de Daniel Silveira

DA REDAÇÃO E AGÊNCIA BRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem manter a prisão do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ), após o juiz Airton Vieira, que atua como magistrado instrutor do gabinete do ministro Alexandre de Moraes, realizar uma audiência de custódia com o parlamentar.

A audiência foi realizada por videoconferência. Após a decisão, o parlamentar, que estava preso na Superintendência da Polícia Federal (PF) no Rio de Janeiro, foi transferido para um batalhão da Polícia Militar.

Durante uma vistoria na sala antes da transferência, foram encontrados dois celulares na bolsa de objetos pessoais do parlamentar. A Corregedoria da PF abriu sindicância para apurar a ocorrência.

Na quarta-feira, o plenário da Corte referendou o mandado de prisão expedi-

do na terça-feira pelo ministro. A motivação da prisão foi um vídeo publicado na internet no qual o deputado faz ofensas, ameaças e defende a destituição dos ministros do Supremo.

O episódio também levou o deputado a ser denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) ao STF.

A Câmara dos Deputados pode decidir hoje à tarde o destino do deputado. A audiência, por enquanto é pela manutenção da prisão.

A defesa de Silveira argumenta que a prisão repre-

senta "violento ataque" à liberdade de expressão e à inviolabilidade da atividade parlamentar.

No depoimento, Daniel Silveira disse que a publicação do vídeo na internet não pode ser entendida como situação de flagrante, hipótese na qual parlamentares podem ser presos. Segundo ele, a prisão é irregular.

"Por exemplo, se houvesse algum vídeo disponível de um narcotraficante, tendo sido visto por mim, questiono se eu poderia, tempos depois, autuá-lo em flagrante. Por isso, aproveitando esta audiência de custódia, deixo registrado o meu entendimento sobre a questão", afirmou.

Na decisão, o juiz auxiliar entendeu que a prisão deveria ser mantida após o plenário da Corte ter referendado a decisão individual do ministro Alexandre de Moraes. Dessa forma, somente uma decisão da Câmara ou do próprio STF poderá tirar o deputado da prisão, disse o juiz.

Câmara dos Deputados pode decidir ainda hoje o destino do parlamentar

ELEIÇÃO 2022

Rui Costa: anúncio de candidatura de Haddad apenas 'inicia debate'

DA REDAÇÃO

O nome do ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad não está definido pelo PT para a disputa presidencial de 2022, pelo menos na visão do governador Rui Costa. Em entrevista ao programa Manhattan Connection na última quarta-feira, o chefe do Executivo estadual disse que a legenda tem muito a mostrar, por


isso a necessidade de a sigla ter um candidato

Recentemente, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicou Fernando Haddad como pré-candidato do PT à presidência da República, caso ele mesmo não possa concorrer ao cargo máximo do Executivo.

"A minha percepção sobre o que o Lula fez foi puxar e iniciar um debate. É legítimo que o candidato de

2018 inicie as conversas", avaliou.

Rui também já esteve cotado como provável presidencial na sigla. Em 2022, o governador encerra o segundo mandato e fica livre para uma nova disputa. "Vamos participar ativamente dos debates e dialogar com demais governadores do país. Só assim a gente pode salvar o Brasil da atual catástrofe", finalizou.



MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA



EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS

Prazo 20 (Dez) Dias

PROCESSO N.	1006686-98.2020.4.01.3306
AUTOR	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT
REU	MANOEL JACÓ DE MORAIS

A Superintendência Regional do DNIT no Estado da Bahia, em atenção ao disposto no caput do art. 34 do Decreto-Lei nº 3.365/41, faz saber a quem este ler ou tiver conhecimento de que foi expedido este Edital para:

FINALIDADE: dar amplo e irrestrito conhecimento a quem interessar, que nos autos da ação de desapropriação nº 1006686-98.2020.4.01.3306, ajuizada pelo DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT em face de **MANOEL JACÓ DE MORAIS**, foi declarada a desapropriação por utilidade pública do imóvel situado na Fazenda Lagoa dos Porcos, Pedro Alexandre/BA, pertencente a **MANOEL JACÓ DE MORAIS**, cuja área desapropriada corresponde a faixa de domínio da Rodovia BR 235/BA, para que passe a constar na faixa de domínio da União, CNPJ 00.489.828/0023-60 (Secretaria do Patrimônio da União na Bahia).

PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO: 10 (dez) dias.

ADVERTÊNCIA: Após o término do prazo do edital, começará a fluir o prazo de manifestação, findo o qual não mais caberá interposição de requerimento, em razão do instituto da preclusão.

SEDE DO JUÍZO: Rua da Gangorra, Quadra 12, Lote 148-A, Alves de Souza, Paulo Afonso/BA, CEP 48608-240. Telefone: (75) 3281-1214. E-mail: 01vara.paf@trf1.jus.br.

AMAURI SOUSA LIMA
Superintendente Regional no Estado da Bahia

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

CRIME PF deflagra operação contra fraudes no auxílio emergencial

www.atarde.com.br/economia

Lucas Lacaz Ruiz / AE / 15.8.2021

CONCURSO Instituto contratará para o Censo mais de 200 mil em todo o país

IBGE abre seleção com 14 mil vagas na Bahia

DA REDAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou ontem dois editais de processos seletivos simplificados (PSS) oferecendo ao todo 204.307 vagas temporárias, em todo o país, para trabalhar na preparação e realização do Censo Demográfico 2021.

Desse total, 14.028 vagas são ofertadas na Bahia com abrangência para todos os 417 municípios do estado, sendo 2.909 vagas disponíveis em Salvador e 11.119 fora da capital.

Do total de vagas oferecidas na Bahia, 1.581 são para agentes censitários municipais, com uma remuneração mensal de R\$ 2.100, e 1.095 vagas para agentes censitários supervisores, com remuneração mensal – de R\$

Vagas são para todos os 417 municípios do estado, sendo 2.909 na capital e 11.119 no interior

1.700. Os dois cargos exigem ensino médio completo e possuem jornada de trabalho de 40 horas semanais.

A maior parte das vagas, 12.447, é para a função de recenseador com 2.627 para Salvador e o restante para o interior do estado. O cargo exige o ensino fundamental completo, e a remuneração é por produção. Os recensea-



Selecionados vão trabalhar na preparação e realização do Censo 2021

dores não têm horário fixo, devem cumprir 25 horas por semana durante três meses. Os contratados para todas as funções receberão 13º e férias proporcionais, por tempo trabalhado.

Inscrições

As inscrições no processo seletivo para as vagas de agentes censitários municipais e

supervisores (ACM e ACS) começam amanhã, 19 de fevereiro, e vão até o dia 15 de março. Elas custam R\$ 39,49. Já as inscrições para concorrer às posições de recenseador se iniciam em 23 de fevereiro e vão até 19 de março. Custam R\$ 25,77.

As inscrições devem ser realizadas exclusivamente pelo site do Cebraspe, em-

presas organizadora da seleção (<https://www.cebraspe.org.br/concursos/>). Lá também estão os editais completos – é possível acessá-los ainda no portal do IBGE (www.ibge.gov.br).

O processo seletivo simplificado para agentes censitários consistirá de uma prova objetiva prevista para o dia 18/4/2021. Já os can-

didatos a recenseador farão uma prova objetiva, prevista para o dia 25/4/2021.

Quem se inscreveu na seleção de 2020, adiada por conta da pandemia de Covid-19, não está com a inscrição garantida para os processos seletivos deste ano. É preciso fazer nova inscrição e pagar a taxa para garantir a participação na nova seleção.

REAJUSTE

Petrobras anuncia novo aumento de combustíveis

VINÍCIUS LISBOA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

A Petrobras anunciou ontem um novo aumento médio nos preços da gasolina e do diesel em suas refinarias, que chegarão a R\$ 2,48 e R\$ 2,58 por litro, respectivamente. A partir de hoje, será aplicado um reajuste de R\$ 0,23 para o litro da gasolina e de R\$ 0,34 para o do diesel.

O preço cobrado nas refinarias da Petrobras corresponde a cerca de 33% do preço pago pelos consumidores finais da gasolina e a 51% do preço final do diesel, segundo a estatal. A companhia explica que “até chegar ao consumidor são acrescidos tributos federais e estaduais, custos para aquisição e mistura obrigatória de bio-

combustíveis, além das margens brutas das companhias distribuidoras e dos postos revendedores de combustíveis”.

Três vezes

Os preços praticados nas refinarias da Petrobras são reajustados de acordo com a taxa de câmbio e a variação do preço internacional do petróleo, negociado em dólar. Desde janeiro, a Petrobras já reajustou três vezes o preço do diesel e quatro vezes o da gasolina, que tinha o valor médio de R\$ 1,84 em 29 de dezembro e chegará a R\$ 2,48 com o reajuste que vigora a partir de hoje.

Este ano os aumentos aconteceram nos dias 18 e 26 de janeiro e no dia 8 de fevereiro.

DINHEIRO

Rui pede autorização para empréstimo de R\$ 1,5 bi

DA REDAÇÃO

O governador Rui Costa (PT) pediu à Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) autorização para contrair um empréstimo de R\$ 1,5 bilhão com o Banco do Brasil.

Em mensagem enviada à Casa, publicada no Diário Oficial do Legislativo ontem, o petista justifica que o recurso deve ser usado em investimentos nas áreas de “infraestrutura de transportes, mobilidade urbana, infraestrutura urbana, fortalecimento de fundo garantidor e gestão governamental.

A proposta prevê ainda que o BB poderá fazer descontos diretamente da conta do Estado no banco.

“Para pagamento do prin-

cipal, juros, tarifas bancárias e demais encargos financeiros e despesas da operação de crédito, fica o Banco do Brasil S.A. autorizado a debitar na conta corrente de titularidade do Estado mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, em que são efetuados os créditos dos recursos do Estado, os montantes necessários às amortizações e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados”.

O deputado estadual Sandro Régis (DEM), líder da Oposição na Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), criticou o empréstimo solicitado pelo governo do estado.

LEIA A MATÉRIA NA ÍNTEGRA NO PORTAL A TARDE

ENTREVISTA

Iniciativa apoia mulheres empreendedoras da capital



RODRIGO TARDIO

A importância do apoio a iniciativas que envolvam tecnologia, sustentabilidade, empreendedorismo feminino e o auxílio na retomada econômica da capital baiana estão entre as prioridades da Secretaria de Sustentabilidade e Resiliência de Salvador (Secis), de acordo com Edna França, titular da pasta. Segundo a secretária, “apoiar iniciativas assim é algo gratificante”.

“A gente percebe o crescimento das mulheres no mercado. Isso fortalece a

presença das mulheres nesse segmento de desenvolvimento econômico, sobretudo em um momento de pandemia como esse”, disse em entrevista ao programa Isso é Bahia, na A TARDE FM, ontem.

A Ecociclo, empresa formada por mulheres que criou o primeiro absorvente biodegradável do Brasil, e a Secis desenvolveram um projeto de marketplace voltado ao público feminino das periferias de Salvador, que vende produtos sustentáveis.

A iniciativa oferece, de forma gratuita, o suporte fundamental para empreendedor.

LEIA A MATÉRIA NA ÍNTEGRA NO PORTAL A TARDE

AMPLIAÇÕES E MELHORIAS NA REDE ELÉTRICA

INFORMAMOS QUE HAVERÁ INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS LOCALIDADES ABAIXO, PARA QUE SEJAM REALIZADOS SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO E MELHORIAS NA REDE ELÉTRICA:



SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA

24/02/2021 QUARTA-FEIRA
LAURO DE FREITAS/CAJI - das 10:00 às 11:30 - Rua Dinah Rodrigues e Rua Doutor Maurício.
LAURO DE FREITAS/ITINGA - das 08:00 às 14:00 - Rua Adélia Oliveira dos R Paranhos, Rua Alfa Condomínio Loteamento Jardim Cidade Nova Quadra 11, Rua Antonio de Matos, Rua Aristides Pereira, Rua Beta, Rua Canapolis, Rua Candiba, Rua Eurico Oliveira, Rua Fernando S Moreira, Rua Floriano Peixoto, Rua Leonor A Dantas, Rua Lourenco F dos Santos, Rua Maria Jose Pereira e Rua São Cristóvão.
SALVADOR/BARRA - das 09:00 às 16:30 - Largo do Porto da Barra e Rua Forte de São Diogo.
SALVADOR/CABULA - das 09:00 às 17:00 - Rua Antonio de Sampaio e Rua Silveira Martins.
SALVADOR/CABULA VI - das 09:00 às 15:00 - Alameda das Mangueiras, Av. Martim, Av. Passos, Beco do Vale, Rua Alberto Ferreira, Rua Apolinário de Santana, Rua Edson Farias, Rua Eustáquio Nascimento, Rua Manoel Rufino, Rua Marluce Barreto Sales, Rua Osvaldo Silveira, Rua Tenente Valmir Alcântara, Rua Teodulo de Albuquerque, Tv. 1 Goncalves, Tv. Jose Goncalves, Tv. Santa Cecília, Tv. Teodulo de Albuquerque e Tv. Villa Valle.
SALVADOR/GRANJAS RURAIS PRESIDENTE VARGAS - das 09:00 às 17:00 - Loteamento Granjas Rurais Presidente Vargas, Rua da Indonésia, Rua das Honduras, Rua do Zaire e Rua Dominica.

25/02/2021 QUINTA-FEIRA
LAURO DE FREITAS/BURRAQUINHO - das 09:00 às 16:00 - Rua Arlete Souza Costa e Rua Francisco Gomes da Silva.
SALVADOR/AMARALINA - das 09:00 às 17:00 - Rua das Ubaranas, Rua do Balneário, Rua Mestre Bimba e Rua Visconde de Itaborahy.
SALVADOR/BARRA - das 09:00 às 15:00 - Rua Marques de Caravelas.
SALVADOR/BARREIRAS - das 09:00 às 15:00 - Rua Santa Bernadete e Vila Dois Irmãos.
SALVADOR/COUOTOS - das 09:00 às 16:00 - Rua Ceara, Rua Santa Rosa e Rua Seara.
SALVADOR/ILHA DE MARE - das 09:30 às 17:30 - Rua dos Botelhos e Rua Itamoabo.

COELBA SERVIÇOS

1.116 É O TELEFONE DA COELBA PARA SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA. ANTES DE QUALQUER LIGAÇÃO, VERIFIQUE O DISJUNTOR DE SUA INSTALAÇÃO.
 2. AO FAZER A SUA RECLAMAÇÃO, INFORME O NÚMERO DO CONSUMIDOR INDICADO NA SUA CONTA, ISSO FACILITARÁ O ATENDIMENTO.

SALVADOR/ONDINA - das 08:00 às 15:00 - Parte da Av. Ademar de Barros e Rua Raymundo Pereira de Magalhaes.
SALVADOR/PERO VAZ - das 09:00 às 17:00 - Av. Aleluia, Av. Diu, Av. São Jeronimo, Av. Zuleica, Rua das Ostras, Rua Doutor Eduardo Santos, Rua Pero Vaz, Rua Virgilio Goncalves e Tv. Pero Vaz.
SAO SEBASTIAO DO PASSE/HUMILDES - das 08:30 às 16:30 - Rua Agua Branca, Rua Boa União, Rua Castro Alves, Rua do Quice, Rua Francisco de Assis, Rua Francisco de Assis Ventura, Rua Joselito Batista, Rua Lamarão, Rua Miguel Dias dos Santos, Rua Padre Vieira, Rua Quice, Rua Rui Barbosa, Tv. (01, 02, 03 E 04) Rui Barbosa, Tv. 2 Jorge Amado, Tv. Carlito Menezes, Tv. Jorge Amado e Tv. Nilson Pereira.
SIMÕES FILHO/PONTO PARADA - das 08:30 às 16:30 - Av. Caio, Av. Lomanto Junior, Av. Presidente Médici, Rua da Caixa D Agua, Rua General Labatut, Rua Marechal Deodoro, Rua Marechal Hermes da Fonseca, Rua Nova, Rua Padre Agenor Birner, Rua Presidente Costa E Silva e Rua Presidente Médici.

26/02/2021 SEXTA-FEIRA
CAMACARI/VILA DE ABRANTES - das 08:30 às 16:30 - Estrada do Coco Km 13, Fazenda Malícia e Rua Estrada 25.
SALVADOR/AMARALINA - das 09:00 às 14:00 - Parte da Av. Amaralina.
SALVADOR/DORON - das 09:00 às 15:00 - Conjunto Doron e Rua Cledeonor Soares.
SALVADOR/ONDINA - das 09:00 às 17:00 - Rua Dr. Joao Garcez Froes.

28/02/2021 DOMINGO
CANDEIAS/CARUACU - das 07:00 às 16:30 - Parte da Estrada Br. 324 Km 31 5.

02/03/2021 TERÇA-FEIRA
SALVADOR/BARRA - das 09:00 às 15:00 - Av. Almirante Marques de Leão, Av. Oceânica, Rua Afonso Celso, Rua Almirante Marques de Leão e Tv. Marques de Leão.

www.coelba.com.br

ARISSON MARINHO

Movimento negro pede volta do auxílio de R\$ 600 e vacinação para todos

PROTESTO Integrantes do movimento negro se reuniram em frente à Câmara Municipal de Salvador, na manhã de ontem, para cobrar a criação de ações de combate à miséria, como a implementação do auxílio emergencial estadual e municipal, a retomada do auxílio emergencial federal de R\$ 600 até o fim da pandemia e a vacinação em massa para toda a população através do Sistema Único de Saúde (SUS).

O ato foi coordenado pelo movimento Coalizão Negra Por Direitos. Com faixas e cartazes, os manifestantes exigiram mais comprometimento e empenho das autoridades para resolver os problemas provocados ou agravados pela pandemia. Eles também usaram panelas e pratos vazios para denunciar o estado de calamidade pública ocasionado pelo novo coronavírus.

“Outro ponto é a volta do auxílio emergencial de R\$ 600. O governo federal estimula a parcela no valor de R\$ 200, e o Congresso trabalha com a hipótese de R\$ 250.



O grupo protocolou na Câmara um documento com todas as pautas do movimento

Entretanto, temos hoje uma população expressiva que vive na miséria, pessoas que sobrevivem com R\$ 170. A pandemia não inventou o racismo nem a desigualdade,

nem o genocídio que acomete a população negra e periférica, mas ela está agravando esse contexto crônico do Brasil”, afirmou a advogada Belle Damasceno.

BAHIA

Bahia é o estado com mais cortes no Bolsa Família

CONSÓRCIO NORDESTE As regiões Norte e Nordeste registraram novos cortes de benefícios do governo federal, segundo dados do Comitê Técnico da Assistência Social do Consórcio Nordeste. Eles mostram que, de dezembro a fevereiro de 2021, o Nordeste teve uma redução de 48 mil famílias beneficiadas pelo Bolsa Família. Outras 13 mil famílias foram cortadas na região Norte, no mesmo período. Paralelo a isso, as regiões Sul (+26.504), Sudeste (+21.479) e Centro-Oeste (+4.090) registraram au-

mento no número de famílias beneficiadas.

A Bahia é o estado do Nordeste que mais perdeu benefícios: foram excluídas 12.706 famílias entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021. Em seguida, vem o Ceará (- 8.639), Pernambuco (- 7.550) e Maranhão (- 6.609). Em número absoluto, a Bahia também é o estado com o maior corte de benefícios em todo o país.

Ao mesmo tempo, Minas Gerais (- 23.047), Rio Grande do Sul (- 12.119) e Paraná (- 9.693) registraram au-

mentos têm hoje uma demanda reprimida de 673.842 famílias. Ou seja, mais de 670 mil famílias possuem perfil para o programa, mas estão na chamada fila de espera.

“São as duas regiões [Nor-

12.706

famílias baianas foram excluídas do programa entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021, segundo o Consórcio Nordeste

te e Nordeste] mais vulneráveis e com a maior parte da população mais pobre do país. Em meio a um dos momentos mais difíceis, o governo corta benefícios de quem mais precisa”, afirmou o secretário de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia, Carlos Martins, do governo do petista Rui Costa.

No comparativo entre dezembro de 2019 e dezembro de 2020, todas as regiões do país registraram aumento no número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família. Mas, no Nordeste e no Norte,

o crescimento foi menor do que nas outras regiões.

Nesse período, o número de famílias beneficiadas cresceu 6% na região Norte e 5% na região Nordeste. As regiões Sul (16%), Sudeste (14%) e Centro Oeste (13%) registraram o dobro do crescimento percentual no Norte e Nordeste. “A falta do pagamento do auxílio emergencial mais o corte expressivo no Bolsa Família colocam as duas regiões em rota de colisão com uma crise social ainda mais aguda”, reclamou o secretário de Justiça da Bahia, Carlos Martins.

Com renovação, Bahia receberá investimento de R\$ 3,5 bi da FCA



O setor ferroviário brasileiro passa por uma revolução. Está em curso no país uma série de mudanças na relação entre empresas que administram linhas férreas e o poder público. Novos contratos de concessão vão gerar oportunidades de mais cargas, desenvolvimento regional, geração de empregos e impostos. A circulação de trens entre a Bahia e Minas Gerais pela Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) será beneficiada e estão previstos mais de R\$ 3,5 bilhões de investimento no trecho baiano.

Esses recursos serão direcionados para melhorias na linha atual, como a troca de trilhos e dormentes e ainda a aquisição de dezenas de locomotivas. Isso vai proporcionar uma movimentação mais ágil e segura de produtos diversos, injetando ainda mais eficiência ao negócio. Entre 2019 e 2020, o fluxo de cargas entre os dois estados cresceu quase 20%. Na Bahia, a FCA conta com rotas regulares de derivados de petróleo, cal, minério de ferro, minério de cromo, minério de magnetita, contêineres e cimento.

"Além dos negócios regulares que mantemos, sabemos que há um potencial a ser de-

envolvido na região. Temos alguns potenciais clientes e estudamos outras oportunidades mapeadas. A ferrovia é o melhor modal para distâncias longas e grandes volumes. A Bahia conta com grandes projetos na área de mineração e estamos trabalhando para entregar eficiência para esse e outros setores. A renovação vai trazer um horizonte de longo prazo benéfico para todos", aponta Asley Ribeiro, gerente geral Comercial para Siderurgia, Construção e Industrializados da VLI.

O primeiro levantamento indica que, com a renovação do contrato da FCA, o volume operado no trecho da Bahia aumentará. "O estudo de demanda utilizado pela agência reguladora está em fase de atualização. Isso significa que a proposta apresentada estará perfeitamente adequada à realidade de mercado atual. Nos próximos meses esse levantamento se juntará à análise de todas as contribuições feitas pelo público. O resultado vai gerar valor para o estado, fortalecendo nossa posição de empresa parceira da economia e da sociedade baiana", conclui Silvana Alcântara, diretora de Relações Institucionais e Regulatório da VLI.

O ESTÚDIO CORREIO PRODUZ CONTEÚDO SOB MEDIDA PARA MARCAS, EM DIFERENTES PLATAFORMAS.



Divulgação VLI
Locomotiva VLI, controladora da FCA: renovação contempla a aquisição de novas máquinas no trecho baiano



Vista aérea da Oficina de Alagoinhas: unidade pode receber investimento de R\$ 2,3 mi

GUSTAVO ANDRADE

Em Alagoinhas, R\$ 2,3 milhões para ampliação e modernização de oficina de trens

Duzentos quilômetros separaram Alagoinhas e laço, mas os municípios estão conectados pela operação ferroviária e abrigam oficinas de manutenção de locomotivas e vagões. São dois pontos essenciais para suportar a demanda e manter mais equipamentos disponíveis na linha. Com a renovação, a unidade alagoinhense, a cerca de 100 quilômetros de Salvador, receberá R\$ 2,3 milhões em investimentos para uma ampliação que vai garantir mais eficiência nas operações. A obra tornará a oficina uma das maiores do país.

A relevância da FCA é observada a partir de uma singularidade entre as demais

operadoras ferroviárias do país: a vocação para carga geral. Na Bahia não é diferente. Camaçari, Brumado, Campo Formoso, Candeias (Porto de Aratu), Pojuca e Itiuba são outras cidades do mapa ferroviário regional, pontos de carga e descarga de produtos. A malha transporta contêineres para a Braskem, cimento e clínquer para a LafargeHolcim e minério para a Bamin. Os dois últimos fluxos representam investimentos locais recentes.

"A parceria com a VLI, no trecho Minas-Bahia, tem sido muito positiva para nós. Com o transporte ferroviário, conseguimos maior disponibilidade e agilidade no atendi-

mento junto aos nossos clientes, além de reduzir nossas emissões de CO² no processo logístico", afirma Grimaldo Gonçalves, gerente de Operações Logísticas Nordeste da LafargeHolcim, empresa cliente da FCA na região.

Nos últimos anos, cerca de R\$ 150 milhões foram investidos na linha. A FCA gera quase 500 empregos diretos e indiretos e a maioria (87%) é ocupada por mão de obra local. Este mês, a empresa abriu processo de recrutamento para contratação de maquinistas e outros profissionais no estado, em mais um sinal da crescente movimentação no trecho baiano da FCA.

Confira os canais de atendimento da VLI em
<https://www.vli-logistica.com.br/faie-conosco/>

Iniciativa da FCA promove reforma de estação em Cachoeira



Cuidar da memória ferroviária e criar espaços para que as novas gerações conheçam o passado. Essas diretrizes têm auxiliado a VLI, controladora da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), na manutenção de imóveis que não integram a operação de trens de carga. Nos últimos anos, a companhia destinou mais de R\$ 10 milhões para seis ativos. Dentre estes, está a estação de Cachoeira, na Bahia, que recebeu um investimento de R\$ 6 milhões para viabilizar sua reforma. A base do programa intitulado Estação de Memórias consiste em uma reforma geral, adequando sistemas elétrico e hidrossanitário às normas vigentes, troca de piso, telhado etc.

Os projetos são desenvolvidos junto ao poder público, que também participa do alinhamento sobre como recuperar a funcionalidade da edificação para a sociedade depois que o imóvel for cedido. "Acreditamos que pensar o futuro passa por valorizar o nosso passado. Aliar a preservação dos locais ao resgate da memória fortalece a nossa estratégia de deixar legado e compartilhar valor com a sociedade. Nosso planejamento é que, anualmente, novas estações sejam escolhidas para o programa", ressalta Maria Clara Fernandes, gerente de Sustentabilidade da VLI. Após os procedimentos de destinação envolvendo o governo federal e o poder público local, o espaço pode abrigar unidades do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar e um centro de memória ferroviária.

O ESTUDO CORREIO PRODUZ CONTEÚDO SOB MEDIDA PARA MARCAS, EM DIFERENTES PLATAFORMAS.

Patrimônio preservado:
Estação Cachoeira após melhorias



DIVULGAÇÃO VLI



Lara Silva, natural de Senhor do Bonfim e operadora de manobra na Bahia

GUSTAVO ANDRADE

A FCA na Bahia pelos olhos de quem constrói essa história

Todos os resultados alcançados e projeções que a VLI faz para a atuação da FCA em território baiano passam diretamente pelo mais importante dos pilares que sustentam essa transformação logística proposta pela empresa: as pessoas. A operadora de manobra Lara Maria da Silva, 30 anos, natural de Senhor do Bonfim, é um exemplo disso. Contratada há três anos, então sem experiência no setor, Lara relata com orgulho a trajetória. "Mesmo quando me candidatei para trainee operacional, não tinha grandes expectativas. Ser selecionada por uma empresa desse porte foi uma grata surpresa", revela.

A profissional conta que o fato de ingressar na VLI, despertou o interesse de outros conterrâneos. "Hoje as pessoas me perguntam como fazer parte da empresa, como é o processo seletivo, se há vagas abertas. Eu incentivo que mantenham esse sonho,

pois se eu, sem experiência em ferrovia, consegui chegar lá, elas também poderão", garante. "A FCA na Bahia e a atuação da VLI dão esperança para um futuro melhor e novas oportunidades. Eu quero ser uma porta que se abre na ferrovia também para que outras mulheres possam fazer parte dessa operação", finaliza.

Wilson Pereira Nascimento Júnior é um cidadão iacuenense cuja história - e da família - se mistura à FCA. "O meu pai era ferroviário e eu desde pequeno o via sair para trabalhar devidamente uniformizado. Foi isso o que despertou em mim o interesse pelo ofício e é por este motivo que hoje tenho 19 anos de ferrovia", afirma.

O Inspetor Geral de Operações, de 41 anos, ingressou na empresa em 2001 como mantenedor de via. De lá para cá, passou por sucessivas promoções: auxiliar de maquinista e maquinista, até

chegar ao cargo atual. Wilson é uma testemunha ocular das mudanças promovidas pela FCA na região ao longo de duas décadas. "A mudança foi gigantesca dentro e fora da ferrovia. A empresa promove trabalhos voltados à comunidade e se preocupa com as pessoas que vivem próximas da operação. Existe, do outro lado, o interesse dos cidadãos de laço em trabalhar na VLI e sempre há uma comoção grande quando vagões são abertas", afirma. "A ferrovia alavanca a economia local. Novas cargas, vagas de emprego e a cidade acompanha tudo isso. A expectativa em torno do futuro é grande", acrescenta.

Quando questionado sobre os planos pessoais para o futuro, Wilson não hesita. "Pretendo seguir na VLI e na FCA enquanto durar a minha carreira profissional. É o meu plano A. Não quero e não me vejo fazendo outra coisa", conclui.

Aula sobre patrimônio e cultura mobiliza jovens

Voltado para fortalecer o patrimônio cultural e imaterial dos municípios de Brumado e Alagoinhas, entre outras localidades, o programa Conexão Comunidade, promovido pela VLI, desenvolve oficinas colaborativas de arte e comunicação para fomentar entre os estudantes o debate sobre a importância do patrimônio local. "O objetivo é gerar dentro de cada indivíduo a consciência e a necessidade de preservar, valorizar e entender a origem do local em que vivemos", explica Raissa Fernandes Faria, da Agência de Iniciativa Cidadã (AIC), coordenadora do projeto.

Raissa explica que a iniciativa atua em duas frentes. Uma delas focada nas escolas e nos estudantes das instituições públicas de ensino, e outra direcionada à integração, apoio e conscientização junto aos agentes culturais locais.

Nem mesmo a pandemia foi capaz de desacelerar o ímpeto integrador do projeto. "Em 2020, em razão do cenário imposto pelo coronavírus, criamos uma ampla estratégia de ensino remoto, que contou com um material didático chamado "diário do explorador", com atividades e videoaulas remotas para que os alunos pudessem seguir acompanhando nosso conteúdo. Entendendo que muitos não têm acesso à internet, esses conteúdos foram enviados pelo correio e estão sendo disseminados por intermédio de rádios regionais", explica.

O programa já atendeu a 5 mil estudantes no Brasil, sendo 1,7 mil na Bahia.

FERROVIA E COMUNIDADE ATUAM JUNTAS

A FCA passa na frente da Escola Estadual Deputado Luís Eduardo Magalhães, no bairro Barreiro, em Alagoinhas.

A relevância da ferrovia para a comunidade fez com que a professora Maria de Lourdes Ramos, 70 anos, propusesse aos alunos, com faixa etária entre 14 e 20 anos, que elaborassem um projeto para resgatar a história da ferrovia no município. Para isso, contou com o apoio da VLI. "Nossa primeira ação, em conjunto, viabilizou palestras de profissionais da empresa acerca do histórico, conservação, segurança e cuidados com a ferrovia. De lá para cá, estreitamos nossa relação e diversos outros projetos saíram do papel para beneficiar alunos e comunidade", afirma.

Um destes desdobramentos foi a introdução do SAB (Segurança Ambiental do Barreiro) que estimula um novo olhar da comunidade para a ferrovia e o descarte correto do lixo.

OLHA O TREM DO FORRÓ

Uma viagem de trem rumo à tradição, história e cultura, em ritmo de festa. Este é o já tradicional "Trem do Forró", promovido pelos municípios de laço, Alagoinhas e Senhor do Bonfim em parceria com a ferrovia. O passeio é oferecido a todos os cidadãos destes municípios e promove não só uma ação social de integração e festejos, como a lembrança e reforço das tradições ferroviárias destes locais. A ação já faz parte do calendário cultural destes municípios e é realizada anualmente com o apoio das respectivas prefeituras. "Além de ser uma atração cultural mais importante de Senhor do Bonfim e região, o Trem do Forró tem um papel social. A cada edição arrecadamos 500 quilos de leite em pó que é doado para instituições filantrópicas locais", afirma Rodrigo Gomes Wanderley, ex-Secretário de Cultura de Senhor do Bonfim.

24h

ECONOMIA

10 | Sal

Petrobras aumenta a gasolina pela quinta vez desde janeiro

COMBUSTÍVEIS A Petrobras anunciou, ontem, um novo aumento médio nos preços da gasolina e do diesel em suas refinarias, que chegarão a R\$ 2,48 e R\$ 2,58 por litro, respectivamente. A partir de hoje, será aplicado um reajuste de R\$ 0,23 para o litro da gasolina e de R\$ 0,34 para o do diesel.

No mesmo dia, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou, durante sua live semanal nas redes sociais, que o governo decidiu zerar os impostos federais que incidem sobre o gás liquefeito de petróleo (GLP) – o gás de cozinha – e o óleo diesel. A suspensão sobre o gás será definitiva. Já a interrupção na cobrança federal sobre o diesel terá duração de dois meses.

Segundo a Petrobras, o preço cobrado nas refinarias corresponde a cerca de 33% do preço pago pelos consumidores finais da gasolina e a 51% do preço final do diesel. A companhia explica que "até chegar ao consumidor são acrescidos tributos federais e estaduais, custos para aquisição e mistura obrigatória de biocombustíveis, além das margens brutas das companhias distribuidoras e dos postos revendedores".

O aumento da Petrobras passa a vigorar a partir de hoje nas refinarias. O preço para o consumidor final é acrescido de imposto e lucro dos postos



Sobre a questão dos impostos federais no diesel, Bolsonaro explicou que o corte será temporário até que o governo encontre uma forma de eliminar a cobrança de forma definitiva. O presidente também criticou os reajustes recentes no preço dos combustíveis por parte da Petrobras e chegou a indicar que haverá mudanças na estatal em breve.

Os preços praticados nas refinarias da Petrobras são reajustados de acordo com a taxa de câmbio e a variação

do preço internacional do petróleo, negociado em dólar. Desde janeiro, a Petrobras já reajustou três vezes o preço do diesel e quatro vezes o da gasolina, que tinha o valor médio de R\$ 1,84 em 29 de dezembro e chegará a R\$ 2,48 com o reajuste que vigora a partir de hoje.

Atualmente, o único imposto federal sobre o GLP e o diesel é o PIS/Cofins, que é de R\$ 2,18 por botijão e cerca de 35 centavos por litro do diesel, segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Luz ficará mais cara para compensar prejuízos com bandeira tarifária

SOBROU PARA O CONSUMIDOR Os brasileiros vão pagar mais caro pela energia elétrica esse ano para compensar o déficit de R\$ 3,1 bilhões na arrecadação da bandeira tarifária de 2020, anunciou, ontem, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A bandeira tarifária é o sistema criado desde 2015 para aplicar cobrança adicional nas contas de luz sempre que ocorre o aumento no custo da produção da energia no país.

O dinheiro seria para cobrir o uso intenso das termelétricas, usinas que geram energia

4,45
bilhões de reais foi o custo das bandeiras tarifárias em 2020

mais cara, quando há um forte aumento na demanda pelo recurso no país.

No ano passado, a cobrança da bandeira tarifária ficou seis meses suspensa por decisão da Aneel, que adotou a medida para aliviar os impactos da pandemia da covid-19 na economia do país. Ao mesmo tempo, por conta do confinamento das pessoas em casa e o aumento da modalidade de trabalho em home office, houve mais pressão por energia.

A cobrança da bandeira tarifária foi retomada em

dezembro do ano passado. Agora em fevereiro, por exemplo, vigora a bandeira amarela, que aplica taxa extra de R\$ 1,34 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

Ainda de acordo com o anúncio da Aneel, o custo a ser coberto pelas bandeiras tarifárias em 2020 foi de R\$ 4,45 bilhões. Entretanto, foram arrecadados somente R\$ 1,33 bilhão com a cobrança das taxas em seis meses do ano. Por isso a população terá de arcar com os R\$ 3,1 bilhões de prejuízo.

CONSORCIO SUST. DO TERRITÓRIO DO SÃO FRANCISCO – CONSTESF
AVISO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro do CONSTESF torna público aos interessados que se realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 003/2021. Tipo: Menor preço. Objeto: fornecimento de combustíveis na cidade de Juazeiro – BA. Sessão de Abertura: 02/03/2021, às 09:00h.
Pregão Presencial nº 004/2021. Tipo: Menor preço. Objeto: fornecimento de combustíveis na cidade de Sobradinho – BA. Sessão de Abertura: 02/03/2021, às 10:00h. Local para informações e retirada do edital: sede do consórcio, fone: (74) 3612-1967. E-MAIL: JESUS.PACHECO.SANTOS@PREGOEIRO

PETROLEIROS SUSPENDEM GREVE NA BAHIA

RLAM Após a Petrobras reabrir as negociações em relação às condições da venda da Refinaria Landulpho Alves (Rlam) para o fundo árabe Mubadala, os petroleiros integrantes do Sindipetro Bahia decidiram suspender, de maneira temporária, a greve que estava em curso.

A depender dos avanços nas negociações, o Sindipetro vai definir posteriormente se a greve será retomada ou não. A entidade sindical, que é rigorosamente contra a venda da Rlam, diz que "quer garantir a manutenção dos direitos, empregos, benefícios e salários dos trabalhadores da refinaria e discutir as contratações e o futuro dos atuais contratos de trabalho, do fim dos assédios aos trabalhadores e da garantia de um ambiente laboral saudável".

Localizada no município de São Francisco do Conde, no recôncavo baiano, a Rlam possui capacidade de processamento de 323 mil barris/dia (14% da capacidade total de refino de petróleo do Brasil), e seus ativos incluem os quatro terminais de armazenamento e um conjunto de oleodutos que totalizam 669 km.

Carolina Cerqueira*

REPORTAGEM

carolina.cerqueira@redesbahia.com.br

Os banhos hoje vão 'sextar' mais cedo. Nada de bares, restaurantes ou qualquer outra movimentação depois das 22h em Salvador e outras 342 cidades do estado. A regra é clara: se não houver justificativa de urgência, todo mundo deve ficar em casa enquanto vigora o toque de recolher. Pela regra instituída pelo governo baiano em decreto, das 22h às 5h do dia seguinte, até 25 de fevereiro, somente atividades essenciais estarão liberadas para funcionar.

A medida foi adotada por conta do risco de colapso no sistema de saúde baiano devido ao aumento de casos de covid-19 e aos altos índices de ocupação dos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e de atendimentos nos gripários da capital. Essas unidades estão com longas filas e dificuldade de regular pacientes. No gripário do Pau Miúdo, por exemplo, os atendimentos saltaram da média de 1,1 mil mensais para 4,5 mil, somente em janeiro, com perspectiva de 5 mil atendimentos agora em fevereiro.

Segundo o boletim epidemiológico divulgado pela Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab), ontem, dos 1078 leitos de UTI para adultos no estado, 76% deles estão com pacientes graves. Nas UTIs pediátricas, a ocupação é de 67%. Em Salvador, dos 1049 leitos de UTI disponíveis para adultos, 75% estão ocupados. Nos pediátricos, a ocupação é de 74%.

TUDO MAIS CEDO

Os estabelecimentos comerciais e de serviços das cidades afetadas pelo toque de recolher deverão encerrar as suas atividades até às 21h30, para garantir o deslocamento dos funcionários e colaboradores às suas residências. Os locais deverão estar fechados e vazios às 22h.

Segundo o governador Rui Costa, é necessária a colaboração de todos para as restrições não serem ainda maiores nos próximos dias. "Para a gente não ser obrigado, de forma compulsória, a voltar a fechar, em horário de maior movimento, é melhor que todo mundo contribua fechando no horário de baixo movimento, para que não sejamos obrigados a ampliar este horário, e o comprometimento da rentabilidade do negócio vai piorar", disse.

Anteontem, o prefeito de Salvador, Bruno Reis, também pediu a colaboração das pessoas em obediência ao toque de recolher, para que "sejam evitadas medidas mais drásticas" por conta do aumento de casos de covid-19.

Para Tomas Fagundes, um dos sócios do bar Zaaccaria, que fica na Pituba, a medida vai trazer impactos significativos para os estabelecimen-

Salvador hoje vai dormir mais cedo

Toque de Recolher começa às 22h na Bahia; saiba como ficam os serviços na capital

Para a gente não ser obrigado, de forma compulsória, a voltar a fechar, em horário de maior movimento, é melhor que todo mundo contribua fechando no horário de baixo movimento. **Rui Costa**

Governador

Todos os funcionários e clientes devem estar em suas casas às 22h. Então, para que dê tempo de isso acontecer, a gente vai encerrar as atividades às 20h. **Tomas Fagundes**

Sócio do bar Zaaccaria, na Pituba, que resolveu abrir mais cedo hoje

É importante que os passageiros estejam atentos, principalmente, ao deslocamento até o terminal nos horários de restrição. **Aeroporto de Salvador**

Assessoria do terminal, em nota

tos. "Além de a gente se prejudicar como proprietário, os funcionários também saem no prejuízo, o que é o pior de tudo. A gente emprega, na verdade, famílias. E existe a possibilidade ainda de que não sejam só sete dias de decreto, então isso deixa todo mundo muito aflito", diz ele, em referência ao fato de que o decreto governamental pode ser prorrogado.

A decisão dele para hoje foi de abrir o seu estabelecimento um pouco mais cedo, às 16h, e fechar às 20h. "Todos os funcionários e clientes devem estar em suas casas às 22h. Então, para que dê tempo de isso acontecer, a gente vai encerrar as atividades às 20h", explica Fagundes. Na terça, quarta e quinta, o bar ficará fechado. "O prejuízo seria ainda maior se a gente funcionasse", completa.

Já para o gastrobar Beckel's, também na Pituba, a alternativa foi lançar promoções. "Hoje, quem vier de preto terá chopp dobrado a noite toda. Um protesto silencioso ao absurdo de alguns decretos", diz o aviso nas redes sociais do estabelecimento. A publicação ainda completa: "Não estamos tratando de bebidas ou diversão, mas de dezenas de milhares de empregos só na Bahia".

ÔNIBUS E FROTA REGULADORA

Os ônibus urbanos em Salvador farão sua última viagem às 22h30 e retornarão às atividades a partir das 5h do dia seguinte. Além dos veículos regulares, a Secretaria de Mobilidade (Semob) vai disponibilizar 20 ônibus da frota reguladora, distribuídos nas estações da Lapa, Pirajá, Acesso Norte e Mussurunga, que atenderão os corredores próximos de acordo com a necessidade, visando agilizar o escoamento de passageiros em direção às suas casas.

O órgão dará atenção especial aos Polos Geradores de Viagem (PGV), como shoppings e empresas de call center, que liberam grande quantidade de funcionários após o fechamento. Agentes de trânsito e transporte estarão nos principais pontos monitorando o atendimento e realizando os ajustes necessários para garantir o atendimento no transporte.

OUTROS MODAIS

Táxis, mototáxis e motoristas por aplicativo poderão circular após as 22h, desde que fique comprovada a necessidade de atendimento às situações especificadas como exceção no decreto, que se resumem aos serviços de saúde e farmácia; ou em que fique comprovada a urgência do deslocamento.

Em cumprimento ao decreto, a CCR Metrô Bahia vai antecipar o fechamento do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas para às 22h30, a partir desta sexta. Até o dia 2, o metrô seguirá funcionando das 5h às 22h30, em todos os dias da semana.

A CCR também informou que, além da limpeza manual, que já havia sido reforçada, os trens agora passam por um processo de nebu-

Em cidades como Alagoinhas, as ruas na noite de ontem já ficaram mais calmas antes mesmo do começo das restrições



lização de névoa seca contra o novo coronavírus. O produto tem aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), não oferece risco à saúde humana nem ao meio ambiente e tem eficácia atestada pelo Instituto de Biologia da Universidade Estadual de Campinas.

Já o Aeroporto de Salvador tem previstos 298 voos entre às 22h e às 05h, com cerca de 36 mil passageiros sendo embarcados. Quem tem passa-

gem comprada pode ficar tranquilo. As viagens agendadas, com partidas ou chegadas no Aeroporto de Salvador, permanecem inalteradas durante o período do decreto estadual. A decisão garante que os profissionais que trabalham no terminal aéreo se desloquem entre suas residências e o trabalho.

Os horários de funcionamento do sistema de travessia hidroviária entre a capital e as cidades de Itaparica e Vera

WARR GENTLE



CONFIRA OS HORÁRIOS DOS SHOPPINGS:

● **Fique atento:** Entre os dias 19 e 25 de fevereiro, os shoppings de Salvador terão seus horários de funcionamento alterados. No mesmo período, os cinemas desses empreendimentos estarão com atividades suspensas, cumprindo o Decreto Municipal N.º 33.547/20. *Planeje suas compras:*

- **Piedade** De segunda a sexta das 10h às 21h; sábado, 10h às 20h; e domingo fechado
- **Paralela** De segunda a sábado, das 10h às 21h; e no domingo, das 12h às 21h
- **Center Lapa** De segunda a sexta das 10h às 21h; sábado, 10h às 20h, domingo, praça de alimentação de 12h às 20h e lojas das 12h às 18h
- **Shopping da Bahia** De segunda a sábado das 10h às 21h; domingo, as lojas das 13h às 21h e a praça de alimentação, das 12h às 21h
- **Bela Vista** De segunda a sábado, das 10h às 21h; e domingo, as lojas das 13h às 21h e a praça de alimentação das 12h às 21h
- **Barra** De segunda a sábado, das 10h às 21h; e no domingo, das 12h às 20h

● **Shopping Paseo** De segunda a sábado, das 11h às 20h; e no domingo, funcionamento opcional das lojas entre as 13h e às 19h

● **Itaigara** De segunda a sábado, das 10h às 20h; e no domingo fica fechado

● **Parque Shopping Bahia** De segunda a sábado, das 10h às 21h; e no domingo, 12h às 21h

● **Salvador Shopping** De segunda a sábado, as lojas abrem das 10h às 21h e o Bompreço, de 7h às 21h; no domingo, as lojas funcionam de 12h às 21h e o Bompreço das 8h às 21h. O Espaço Gourmet abre de segunda a domingo de 12h às 21h

● **Salvador Norte Shopping** De segunda a sábado, as lojas abrem de 10h às 21h; no domingo, das 12h às 21h. O Big Bompreço funciona de segunda a domingo, das 9h às 21h

● **Online** Os clientes que preferirem também podem realizar as suas compras através das plataformas digitais "Salvador Shopping Online" (www.salvadorshoppingonline.com.br) e "Salvador Norte Online" (www.salvadornorteonline.com.br). Além dos sites, as compras podem também ser feitas pelo aplicativo das plataformas, que estão disponíveis para download gratuito para os sistemas operacionais Android e iOS, com a entrega nos Drive Thrus de cada shopping.

ARLETON MARINHO



VEJA O QUE PODE E O QUE NÃO PODE FUNCIONAR:

- **Trabalho à noite** Quem trabalha durante o horário em que vigora o toque de recolher - das 22h às 5h da manhã do dia seguinte - pode circular pela cidade, desde que portando um documento comprobatório;
- **Vida Boêmia** Os bares e restaurantes da cidade devem estar vazios e fechados às 22h e não podem oferecer delivery;
- **Combustíveis** Os postos de gasolina podem funcionar, mas as lojas de conveniência instaladas nesses locais, não;
- **Supermercados** Têm de fechar às 21h30 e só podem reabrir no dia seguinte após o toque de recolher. Também não podem oferecer delivery no horário das restrições;

● **Remédios** O serviço de delivery só está liberado para as farmácias, que também podem funcionar após 22h;

● **Liberados** Durante a vigência do toque de recolher podem funcionar somente os serviços profissionais de transporte privado de passageiros, desde que seguindo estritamente as regras do decreto, e os serviços ligados às áreas de saúde e de segurança.

PM remaneja tropas para garantir as restrições na Bahia

Durante a vigência do decreto que estabelece o toque de recolher em 343 cidades baianas por sete dias, a Polícia Militar da Bahia (PM-BA) irá remanejar a tropa para que as medidas sejam cumpridas pela população.

A orientação é levar os infratores resistentes que estejam descumprindo o toque de recolher para a delegacia. Mas, de acordo com a porta voz da PM-BA, major Flávia Barreto, o principal objetivo não é prender as pessoas.

"Esta é uma ação para preservar a saúde e estamos orientando desde já para que as pessoas não permaneçam na rua. Caso encontremos pessoas descumprindo o que está estabelecido, aí sim iremos conduzir para a delegacia porque estarão cometendo dois crimes previstos no decreto, que é o de desobediência e o crime contra a saúde pública. Essa condução só será feita se as pessoas insistirem em permanecer nas ruas aglomerando. Quem estiver se deslocando para suas residências ou à procura de serviços essenciais, como farmácias e hospitais, poderá circular normalmente. Tudo será analisado e com muito bom senso iremos permitir ou não a circulação das pessoas", esclarece.

A PM também disponibiliza canais oficiais para a denúncia de aglomerações em vias públicas ou áreas privadas. A queixa pode ser feita pelos números 190 ou (71) 3235-0000 para a capital. No interior o número é 181. A denúncia é realizada de forma anônima e a viatura mais próxima será deslocada. "Temos certeza que a parceria da comunidade com a PM fará a diferença porque somos uma só força na união das comunidades conosco, a serviço dos cidadãos", destaca a major.

VEJA CIDADES COM TOQUE DE RECOLHER: GL0.B0/3560UGT

Shoppings de Salvador mudam os horários a partir desta sexta em obediência ao toque de recolher que vai até dia 25

Cruz também sofrerão alteração. No ferry-boat, o último horário de operação da noite será 21h30 em São Joaquim e em Bom Despacho. A partir de amanhã, o primeiro horário passa a ser operado às 5h30 nos dois terminais.

Já as lanchas operam até às 20h e, pela manhã, inicia 5h20, em Vera Cruz, com grade regular de horários de meia em meia hora.

COM A ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO.

Congresso

Por benefício, governo deve enxugar PEC de ajuste fiscal e editar medida provisória

Das Agências

REPORTAGEM
correio24horas@redet Bahia.com.br

O governo e lideranças partidárias fecharam um acordo ontem que prevê a edição de uma MP (medida provisória) para liberar o auxílio emergencial, além da aprovação - já na próxima semana - de uma proposta unificada que trará medidas de ajuste fiscal. O plano foi construído em reunião de líderes partidários em um encontro entre os ministros Paulo Guedes (Economia) e Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

Pelo acordo, serão fundidas as PECs (Propostas de Emenda à Constituição) Emergencial e do Pacto Federativo. Os dois textos tramitam no Senado desde o fim de 2019 e preveem, entre outros pontos, o acionamento de gatilhos de ajuste fiscal. A ideia do governo e da cúpula do Congresso é aprovar a emenda à Constituição até a próxima quinta-feira. Em seguida, seria editada a MP, que tem validade imediata e traria as regras para liberação do auxílio.

Segundo o senador, o relatório da PEC será apresentado até a segunda-feira. Pacheco não deu detalhes sobre o formato, valor ou número de parcelas do auxílio. A equipe econômica defende o pagamento de três (ou, no máximo, quatro) parcelas entre R\$ 200 e R\$ 250. A versão de 2020 começou com três parcelas de R\$ 600, e teve uma prorrogação por R\$ 300.

Em breve pronunciamento na tarde de ontem, o presidente do Senado disse que a aprovação da PEC não será uma contrapartida ao gasto com a assistência, mas sim um sinal de que o governo e o Congresso entendem ser necessário ter responsabilidade fiscal. "A aprovação permitirá criar uma cláusula de calamidade para que se tenha a brecha necessária para termos o auxílio emergencial no Brasil", disse.

O estado de calamidade, aprovado em março de 2020 e encerrado no fim daquele ano, permitiu que o Executivo não cumprisse a meta fiscal. O Orçamento de Guerra foi uma es-

Acordo abre espaço para a volta do auxílio



Luiz Eduardo Ramos, Lira, Rodrigo Pacheco e Paulo Guedes fecharam o acordo para a volta do auxílio

●● Foi mais uma rodada de conversas para o encaminhamento do auxílio e da contrapartida
Rodrigo Pacheco

Presidente do Senado

●● A lista de prioridades do Congresso é formada pelo auxílio e pelas vacinas contra a covid-19
Arthur Lira

Presidente da Câmara

●● As pessoas precisam ainda da ajuda do estado brasileiro, ponto. Há uma convergência total
Márcio Bittar

Senador

pecie de "conta separada" para o governo lançar os gastos da pandemia. A fala de Pacheco sinaliza que o auxílio será bancado com maior endividamento do Estado.

"O objetivo da reunião foi novamente nós tratarmos a respeito do encaminhamento do auxílio emergencial no Brasil e da contrapartida que nós estamos buscando fazer, não como condição para a implantação do auxílio emergencial, mas como uma sinalização positiva que o Senado e a Câmara têm responsabilidade fiscal", declarou Pacheco.

HARMONIA

Lira, por sua vez, elogiou a harmonia entre Câmara, Senado e governo e afirmou que a reunião foi simbólica para tratar "dos assuntos que são importantes para o Brasil". "As PECs que tramitam no Senado, as que tramitam na

Câmara e o auxílio emergencial, além das vacinas e da pandemia", disse.

Sem citar a controvérsia envolvendo a prisão do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ), Lira falou que todos os outros assuntos "são laterais". "A nossa democracia é forjada em firmeza de instituições e nós, com isso, demos aqui uma demonstração clara para toda a população de que enfrentaremos os problemas", ressaltou.

"Eles se acomodam gradativamente com o tempo, mas as pautas que foram traçadas pelo governo federal, pela Câmara e pelo Senado continuarão firmes, sem obstáculos para que as suas discussões e aprovações aconteçam o mais rápido possível nas duas Casas."

As duas PECs (Emergencial do Pacto Federativo) foram enviadas pelo governo federal ao

Congresso em novembro de 2019. A PEC Emergencial contém medidas para equilibrar as contas públicas federais, enquanto a PEC do Pacto Federativo tem como principal objetivo a melhoria da situação financeira dos estados.

À tarde, ao chegar ao Ministério da Economia para uma reunião com o ministro Paulo Guedes, o relator das duas PECs, senador Márcio Bittar (MDB-AC) confirmou a jornalistas que as propostas serão unificadas.

"O que é fundamental para o país é que a gente dê um sinal completo, uma moeda de duas faces", afirmou. "As pessoas precisam ainda da ajuda do estado, ponto. Há uma convergência total. Ao mesmo tempo em que você sinaliza concretamente para a retomada da agenda para qual o presidente Bolsonaro foi eleito", acrescentou.

PEC pode reduzir salários dos servidores

A PEC Emergencial foi enviada no fim de 2019 pela área econômica ao Congresso Nacional. A PEC está ligada à tentativa do governo de manter o cumprimento da "regra de ouro", que evita o aumento da dívida pública. O mecanismo permite que o governo se endivide a fim de levantar recursos para investimentos, pois geram emprego e renda, mas não para pagar despesas correntes.

A proposta prevê a criação de um Conselho Fiscal da República, para avaliar a situação das contas públicas, além de criar o estado de emergência fiscal, durante o qual, além de proibição de reajuste aos servidores, poderia haver redução de jornada e de salário do funcionalismo.

A área econômica tem defendido que também seja incorporada, na proposta, a criação de um estado de calamidade pública.

PACTO FEDERATIVO

Já a PEC do Pacto Federativo propõe uma série de mudanças no conjunto de regras constitucionais que determina a arrecadação de recursos e os campos de atuação de União, estados e municípios e suas obrigações para com os contribuintes.

O texto inclui a extinção do Plano Plurianual, que projeta o orçamento federal dos quatro anos seguintes à sua publicação, e a criação de um "Conselho Fiscal da República" que se reuniria a cada três meses para avaliar a situação fiscal de União, estados e municípios.

PROPOSTAS

● **PEC do Pacto Federativo dá mais recursos e autonomia financeira para estados e municípios. Proposta do governo é liberar R\$ 400 bi aos estados e municípios em 15 anos. Prevê ainda que estados e municípios receberão toda a arrecadação de salário-educação e a definir o uso dos recursos**

● **PEC Emergencial Propõe que os gatilhos existentes no caso de descumprimento do teto de gastos públicos sejam acionados, também, se a chamada "regra de ouro" não for cumprida**

● **PEC dos Fundos Públicos extingue a maior parte dos 281 fundos públicos e permite o uso de recursos para pagamento da dívida pública.**

ENDIVIDAMENTO

Governador pede novo empréstimo e oposição critica



O DEPUTADO Sandro Régis criticou o "aumento de endividamento" do estado

Em meio ao agravamento da crise no país, o governador da Bahia, Rui Costa (PT), enviou à Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) um pedido para contrair um novo empréstimo de R\$ 1,5 bilhão junto ao Banco do Brasil. Líder da oposição no Legislativo baiano, o deputado estadual Sandro Régis (DEM) criticou o "aumento de endividamento" do estado o que, segundo ele, "pode representar o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal".

Na mensagem encaminhada à AL-BA, o chefe do

Executivo baiano afirmou que o recurso, se aprovado, será para a "viabilização de investimentos previstos no orçamento do Estado nas áreas de infraestrutura de transportes, mobilidade urbana, infraestrutura urbana, fortalecimento de fundo garantidor e gestão governamental".

Segundo a oposição, no ano passado, o governo de Rui Costa já acumulava R\$ 5 bilhões em operações de crédito, levando em consideração a cotação do dólar e do euro do início de 2020. Com este novo pedido, o número pode saltar para mais de 6

bilhões, o que representa quase R\$ 1 bilhão em empréstimos por ano.

"Sem falar que, nesta nova solicitação, o governo é muito genérico na justificativa para realizar a operação de crédito. Nós não podemos dar mais um cheque em branco ao Executivo. Esse aumento de endividamento do governo pode, inclusive, representar descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal", disse Régis. "Muito melhor seria que o governo fizesse o dever de casa e seguisse as recomendações feitas pelo Tesouro Nacional, como o corte de despesas

e a modernização da máquina arrecadatória", acrescentou.

O parlamentar democrata disse ainda que a Bahia é classificada com a nota C em relação à capacidade de pagamento (Capag). "Com essa classificação, a Bahia é considerada má pagadora e não pode receber garantias da União para realizar operações de crédito. Não é razoável que o governo aumente o endividamento, o que pode levar a Bahia a um estado de falência, afetando os serviços públicos essenciais, que já têm diversos problemas", afirmou. (RDS)

Tribuna

AL-BA vai apreciar proposta de mudanças na PGE



O GOVERNO do Estado encaminhou à Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) um projeto com objetivo de realizar adequações organizacionais na PGE

O Governo do Estado encaminhou à Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) um projeto com o objetivo de realizar adequações organizacionais "necessárias à eficiência" das atividades institucionais da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Em mensagem ao presidente do Parlamento, deputado estadual Adolfo Menezes (PSD), o governador Rui Costa (PT) solicitou regime de urgência na apreciação da matéria.

O projeto do Executivo transforma três cargos em comissão de procurador-chefe de Procuradoria Jurídica, símbolo DAS-2C, dos quadros da Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac), do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac) e

da Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb), em um cargo de procurador-geral adjunto para Assuntos Jurídicos, símbolo DAS-2A, e mais dois cargos de assessor técnico, símbolo DAS-3.

Também transforma dois cargos em comissão de procurador-chefe de Procuradoria Jurídica, símbolo DAS-2C, dos quadros do Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (Detran) e da Fundação de Hematologia e Hemoterapia da Bahia (Hemoba), em um cargo de coordenador II, símbolo DAS-3, dois cargos de coordenador III, símbolo DAI-4 e dois cargos de coordenador IV, símbolo DAI-5. Todos os postos que surgem com a alteração passam a integrar o quadro de cargos em comissão da

PGE, em conformidade com o disposto no Art. 5º da Lei Complementar nº 49, de 15 de maio de 2020.

A proposição ainda estabelece, dentre outros, que o gabinete do procurador-geral do Estado será dirigido pelo procurador-geral adjunto para Assuntos Administrativos e que este será nomeado em comissão pelo governador dentre os integrantes da carreira com mais de cinco anos de efetivo exercício das funções de procurador do Estado. Define, também, funções do cargo de procurador-geral adjunto para Assuntos Jurídicos, e redefine funções dos cargos de procurador-geral adjunto para Assuntos Administrativos e de procurador-chefe.

TRANSPARÊNCIA - A Procuradoria Geral do Estado disponibilizou, no seu site institucional (www.pge.ba.gov.br) as orientações jurídicas e peças elaboradas para que a Administração Pública realize contratações emergenciais ou outras ações de igual relevância, de forma mais tranquila e eficiente.

O material, que inclui ainda a legislação estadual e federal relacionada à pandemia, está disponível no ícone 'Em Evidência', localizado abaixo da área de notícias do site da PGE. Para a procuradora chefe da Procuradoria Administrativa, Bárbara Camardelli, o Estado vive hoje uma situação atípica na qual suas decisões precisam ser cêleres, legais e eficientes. **(HB)**

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 19/02/2021	Página: 06

Tribuna

Bahia mantém liderança na geração de energias renováveis

Por dois anos consecutivos, a Bahia é líder na geração de energia a partir das fontes solar e eólica no Brasil. De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), após analisar dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em 2020 a energia gerada pelos empreendimentos de eólica e solar na Bahia equivalem a 25% da energia gerada pelas usinas de Itaipu e Angra I e II. O Governo do Estado, através da SDE, tem empenhado os melhores esforços para viabilizar a implantação de complexos renováveis.

“Temos um potencial energético espetacular. A Bahia é destaque nacional na geração de energia solar e eólica e nós estamos, como Governo do Estado,

prontos para oferecer apoio institucional para licenciamento ambiental e regularização de áreas. As energias renováveis proporcionam a redução das desigualdades sociais nos municípios, em especial no semiárido, contribuindo com o ICMS das cidades, além de gerar emprego e renda para o povo baiano”, afirma o vice-governador João Leão, secretário da pasta.

Em 2020, a Bahia liderou nacionalmente tanto a geração de energia eólica (29,5%), quanto solar (32%), gerando respectivamente, no ano, um total de 16,4 Terawatts/hora (TW/h) e 1,8 TW/h em energia. Os dados constam do Informe Executivo de Energias Renováveis de dezembro, divulgados nesta sexta-feira (24), pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE).

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Dia & Noite
Data: 19/02/2021	Página: 08

Tribuna

Em Tempo

alexferraz10@gmail.com

Alex Ferraz

A Bahia descendo a ladeira

Depois da Ford e a perda de bilhões para a economia, o esvaziamento da Bahia acrescenta agora o desastre da privatização da Refinaria Landulpho Alves. Daqui a pouco essa bomba explode. Hum!

Auxílio será compensado com congelamento de salários

O GLOBO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, avalia que o congelamento do salário dos servidores públicos de União, estados e municípios em vigor neste ano é suficiente como compensação para pagar uma nova rodada do auxílio emergencial aos mais vulneráveis a partir de março.

Mas o valor do benefício em 2021 não pode passar de R\$ 250 em quatro parcelas, segundo avaliam fontes próximas ao ministro. Também é necessário aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para viabilizar juridicamente o benefício.

A proibição de reajustes, além da contratação de pes-

soal, foi aprovada no ano passado como compensação ao projeto de socorro para estados e municípios. A equipe econômica estima uma economia de R\$ 130 bilhões para União, estados e municípios, entre 2020 e este ano.

Esse valor seria suficiente para conceder o auxílio emergencial, na avaliação de pessoas próximas a Guedes. Para isso, porém, o ministro trabalha para que o pagamento não dure mais de quatro meses e atinja no máximo 40 milhões de pessoas.

O período de quatro meses é o tempo que os integrantes do Ministério da Economia calculam como necessário para ampliar a vacinação em massa.

Tribuna

Petrobras sobe 10% a gasolina e 15% o diesel

Essa é a quarta vez que a estatal vai elevar os preços dos combustíveis somente este ano

YURI ABREU
REPORTER

Em um período de 50 dias neste ano, o bolso do consumidor brasileiro vem sentindo o peso da política de preços dos combustíveis feita pela Petrobrás. A partir desta sexta-feira, pela quarta vez em 2021, a estatal vai elevar em R\$ 0,23 o preço da gasolina nas refinarias, passando a cobrar R\$ 2,48 por litro – aumento de 10,2%. Com mais esta, o preço do combustível já subiu 34,7% apenas neste ano.

Porém, o reajuste também será aplicado no diesel. O preço nas refinarias será de R\$ 2,58 por litro, uma alta de 15,1%. Este é o terceiro reajuste anual, com o item acumulando uma elevação de 27,7%

somente em 2021, da mesma forma. Em nota, a empresa justificou os aumentos para poder alinhar os preços daqui aos praticados no mercado internacional, para garantir que o país siga "sendo suprido sem riscos de desabastecimento pelos diferentes atores responsáveis pelo atendimento às diversas regiões brasileiras: distribuidores, importadores e outros refinadores, além da Petrobras".

Ainda segundo a estatal, este mesmo equilíbrio competitivo é responsável pelas reduções de preços quando a oferta cresce no mercado internacional, como ocorrido ao longo de 2020. Apesar dos aumentos acima dos 10%, o repasse não deve ser feito de maneira totalitária nas bombas e, por sua vez, aos motoristas, uma vez que há vários fatores influenciam o preço



NAS ALTURAS Consumidores reclamam e com razão: valor da gasolina já passa dos R\$ 5 nos postos de combustíveis, o litro. Já o diesel chega a R\$ 4

final do combustível, como tributos e o lucro das distribuidoras.

"Os preços praticados pela Petrobrás (...) têm influência limitada sobre os preços percebidos pelos consumidores finais. O preço da gasolina e do diesel vendidos na bomba do pos-

to revendedor é diferente do valor cobrado nas refinarias da Petrobras. Vale destacar ainda que as revisões de preços feitas pela Petrobras podem ou não se refletir no preço final ao consumidor. Como a legislação brasileira garante liberdade de preços no mercado de com-

combustíveis e derivados, a mudança no preço final dependerá de repasses feitos por outros integrantes da cadeia de combustíveis", disse a Petrobrás.

Em Salvador, uma reportagem feita pela equipe da **Tribuna da Bahia**, no último domingo, apontou que

alguns postos estavam vendendo a gasolina comum pelo valor de R\$ 5,19, o litro. De acordo com dados da própria Agência Nacional do Petróleo (ANP), há pouco mais de um ano, uma pesquisa feita pelo órgão entre os dias 16 de fevereiro e 22 de fevereiro de 2020 mostrou que o preço médio de revenda da gasolina, na capital baiana, estava em R\$ 4,38: 15% mais barato.

Procurado, o Sindicato dos Donos de Postos de Combustíveis da Bahia (Sindicombustíveis) se manifestou por nota. "A escalada dos preços dos combustíveis é reflexo da política de reajustes da Petrobras, atrelada ao mercado internacional e ao dólar, além da alta carga tributária. A empresa brasileira, nos últimos 30 dias, reajustou a 'gasolina A' em 34,78% e o diesel em 27,7%. O Sindicombustíveis Bahia esclarece que o mercado é livre e competitivo, cabendo a cada posto revendedor decidir se irá repassar ou não ao consumidor os reajustes da Petrobras, e que respeita a livre concorrência".

Foto: Romildo de Jesus

RUI COSTA PEDE AUTORIZAÇÃO À AL-BA PARA PEGAR EMPRÉSTIMO DE R\$ 1,5 BILHÃO JUNTO A BANCO DO BRASIL



admin 18 Fevereiro, 2021

O governador da Bahia, Rui Costa, pediu autorização da Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) para contratar uma operação de crédito no valor de R\$ 1,5 bilhão junto ao Banco do Brasil. O valor seria destinada à viabilização de investimentos previstos no Orçamento do Estado nas áreas de infraestrutura de transportes, mobilidade urbana, infraestrutura urbana, fortalecimento de fundo garantidor e gestão governamental. A proposta segue para as comissões da Casa, depois vai o plenário e, se aprovada, segue para sanção do governador.

Foto: divulgação

OPOSIÇÃO CRITICA PEDIDO DE EMPRÉSTIMO DO GOVERNADOR RUI COSTA



admin 18 Fevereiro, 2021

O deputado estadual Sandro Régis (Democratas), líder da Oposição na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), criticou nesta quinta-feira (18) o novo pedido de operação de crédito enviado pelo governador Rui Costa (PT) para a Casa, nova valor de R\$ 1,5 bilhão, junto ao Banco do Brasil. Para o parlamentar, o novo empréstimo pode prejudicar as contas do estado, aumentando o endividamento, e comprometer o funcionamento dos serviços públicos.

Régis lembra que a Bahia ainda é classificada com a nota C em relação à capacidade de pagamento (Capag), de acordo com o Tesouro Nacional. "Com essa classificação, a Bahia é considerada má pagadora e não pode receber garantias da União para realizar operações de crédito. Não é razoável que o governo aumente o endividamento, o que pode levar a Bahia a um estado de falência, afetando os serviços públicos essenciais, que já têm diversos problemas", alerta Régis.

O líder da Oposição também questiona o pedido de empréstimo neste momento de crise financeira severa, com queda de arrecadação e com as contas do estado já sufocadas. "Muito melhor seria que o governo fizesse o dever de casa e seguisse as recomendações feitas pelo Tesouro Nacional, como o corte de despesas e a modernização da máquina arrecadatória", pontua o deputado.

No ano passado, levantamento realizado pela bancada da Oposição mostrou que o governo de Rui Costa já acumulava R\$ 5 bilhões em operações de crédito, levando em consideração a cotação do dólar e do euro do início de 2020. Com este novo pedido, este número pode saltar para R\$ mais de 6 bilhões, o que representa quase R\$ 1 bilhão em empréstimos por ano.

"Sem falar que, nesta nova solicitação, o governo é muito genérico na justificativa para realizar a operação de crédito. Nós não podemos dar mais um cheque em branco ao Executivo. Esse aumento de endividamento do governo pode, inclusive, representar descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal", disse Régis.

Foto: divulgação



You are here: [🏠](#) > [2021](#) > [Fevereiro](#) > [18](#) > GOVERNO DA BAHIA DESMENTE REDUÇÃO EM SALÁRIO DO FUNCIONALISMO

GOVERNO DA BAHIA DESMENTE REDUÇÃO EM SALÁRIO DO FUNCIONALISMO



admin 18 Fevereiro, 2021

O Governo da Bahia desmentiu que haveria redução de 20% dos salários dos servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas. A fake news circulou nas redes sociais nesta quinta-feira (18).

No entanto, em nota, o governo informou que não vai propor a redução de 20% nos salários dos servidores públicos por quatro meses.

Também é falso que o projeto seguiria para votação na Assembleia Legislativa até o final da semana.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 18/02/2021	Caderno: Notícias



Quinta, 18 de Fevereiro de 2021 - 21:20

IGP-M acumula taxa de inflação de 28,64% em 12 meses, diz FGV



O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), usado no reajuste dos contratos de aluguel, registrou inflação de 2,29% na segunda prévia de fevereiro deste ano. A taxa é inferior à observada na segunda prévia de janeiro (2,37%). Segundo a Fundação Getulio Vargas (FGV), o IGP-M acumula taxa de inflação de 28,64% em 12 meses.

A queda foi puxada pelos preços no atacado e no varejo. A inflação do Índice de Preços ao Produtor Amplo, que mede o atacado, caiu de 3,08% na prévia de janeiro para 2,98% na prévia de fevereiro, de acordo com a Agência Brasil.

Já a inflação do Índice de Preços ao Consumidor recuou de 0,42% na prévia de janeiro para 0,29% na prévia de fevereiro. Por outro lado, o Índice Nacional de Custo da Construção teve alta, ao passar de 0,97% em janeiro para 1% em fevereiro.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 18/02/2021	Caderno: Notícias



Quinta, 18 de Fevereiro de 2021 - 20:01

Bolsonaro anuncia isenção do diesel e fim do imposto federal no gás de cozinha

O presidente Jair Bolsonaro anunciou nesta quinta-feira (18) que, vai zerar impostos federais a partir de 1º de março, sobre o gás de cozinha. Durante live nas redes sociais, ao lado do ministro da infraestrutura, Bolsonaro revelou também que vai zerar por dois meses, a partir de 1º de março, os impostos federais que incidem sobre o óleo diesel.

"Temos agora que achar uma maneira de mostrar à população quanto é o **ICMS de cada estado** e sobra, então, uma margem de lucro da distribuidora, né, e o valor da distribuição. Para o pessoal saber quem é que, realmente, porventura está abusando aí para vender o gás na ponta da linha", disse o presidente.

Apesar disso, o presidente criticou a Petrobras e disse, inicialmente, que não iria interferir na estatal. Porém comentou que alguma mudança poderia ocorrer na empresa.

"Nesses dois meses nós vamos estudar uma maneira definitiva de buscar zerar o imposto para ajudar a contrabalancear esses aumentos, no meu entender excessivo, da Petrobras. Mas eu não posso interferir, nem iria interferir na Petrobras, se bem que alguma coisa vai acontecer na Petrobras nos próximos dias, você tem que mudar alguma coisa, vai acontecer", completou.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 18/02/2021	Caderno: Notícias



Quinta, 18 de Fevereiro de 2021 - 19:00

Governo e Congresso acordam propostas de ajuste fiscal para liberar auxílio

por Renato Machado, Danielle Brant e Bernardo Caram | Folhapress

O governo e lideranças partidárias fecharam um acordo nesta quinta-feira (18) que prevê a edição de uma MP (medida provisória) para liberar o auxílio emergencial, além da aprovação - já na próxima semana- de uma proposta unificada que trará medidas de ajuste fiscal.

O plano foi construído em reunião de líderes partidários e em um encontro entre os ministros Paulo Guedes (Economia) e Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

Pelo acordo, serão fundidas as PECs (Propostas de Emenda à Constituição) Emergencial e do Pacto Federativo. Os dois textos tramitam no Senado desde o fim de 2019 e preveem, entre outros pontos, o acionamento de gatilhos de ajuste fiscal.

A ideia do governo e da cúpula do Congresso é aprovar a emenda à Constituição até a próxima quinta-feira (25). Em seguida, seria editada a MP, que tem validade imediata e traria as regras para liberação do auxílio.

Em breve pronunciamento na tarde desta quinta, o presidente do Senado disse que a aprovação da PEC não será uma contrapartida ao gasto com a assistência, mas sim um sinal de que o governo e o Congresso entendem ser necessário ter responsabilidade fiscal.

"A aprovação permitirá criar uma cláusula de calamidade para que se tenha a brecha necessária para termos o auxílio emergencial no Brasil", disse. Pacheco não deu detalhes sobre o formato, valor ou número de parcelas do auxílio. A equipe econômica defende o pagamento de três (ou, no máximo, quatro) parcelas entre R\$ 200 e R\$ 250.

Segundo o senador, o relatório da PEC será apresentado até a próxima segunda-feira (22). Lira, por sua vez, elogiou a harmonia entre Câmara, Senado e governo e afirmou que a reunião foi simbólica para tratar "dos assuntos que são importantes para o Brasil".

"As PECs que tramitam no Senado, as que tramitam na Câmara e o auxílio emergencial, além das vacinas e da pandemia", disse.

Sem citar a controvérsia envolvendo a prisão do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ), Lira falou que todos os outros assuntos "são laterais."

"A nossa democracia é forjada em firmeza de instituições e nós, com isso, demos aqui uma demonstração clara para toda a população de que enfrentaremos os problemas", ressaltou.

"Eles se acomodam gradativamente com o tempo, mas as pautas que foram traçadas pelo governo federal, pela Câmara e pelo Senado continuarão firmes, sem obstáculos para que as suas discussões e aprovações aconteçam o mais rápido possível nas duas Casas."

Veículo: Bocão News	
Data: 19/02/2021	



TCU suspende licitação bilionária do Ministério da Economia



19 de Fevereiro de 2021 às 07:12

Por: Reprodução TCU - Por: Redação BNews

O Tribunal de Contas da União (TCU) oficializou ao Ministério da Economia que a pasta precisa suspender um pregão eletrônico de quase R\$ 2 bilhões para contratar uma empresa terceirizada, segundo apurou à Revista Veja.

A companhia ia prestar os serviços de “apoio administrativo, recepção e secretariado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, no âmbito do Distrito Federal, com disponibilização de solução tecnológica para gestão e fiscalização contratual, por meio de aplicação web e aplicativo mobile”. A decisão foi tomada pelo TCU no início deste mês, na sessão de 3 de fevereiro, e confirmou a medida cautelar que já havia sido concedida pelo ministro Raimundo Carreiro para suspender o pregão.

Ao suspender a licitação e eventuais atos e contratos dela decorrentes, o Tribunal entendeu que os estudos técnicos preliminares da licitação não demonstraram o benefício para a administração pública da adoção de prazo contratual originário superior a 12 meses, principalmente por se tratar de modelo de serviço nunca antes prestado, “com exigências inovadoras em relação aos modelos mais tradicionais, a exemplo do software de gerenciamento”.

O TCU também verificou que o ministério da Economia não motivou, de forma robusta, a adoção do critério de julgamento de menor preço global dos lotes licitados, situação que compromete a competitividade do certame e que infringe o atual entendimento de obrigatoriedade de adjudicação por itens em licitações destinadas à contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujos objetos sejam divisíveis.

O doutor em direito público Ricardo Barretto, do escritório Barretto & Rost Advogados, afirma que os ministros acertaram com a suspensão. “A decisão é necessária porque ainda é preciso esclarecer o modelo de contratação adotado pelo Ministério da Economia, que inseriu diversos objetos distintos no âmbito de um mesmo pregão”, afirma o especialista. Segundo ele, a decisão “permitirá ao Tribunal de Contas apurar a economicidade e a eficiência da licitação, tendo em vista, sobretudo, a dimensão bilionária da contratação pretendida”.

No julgamento, os ministros entenderam que os estudos técnicos que definiram os critérios de formação de lotes da licitação não apresentaram justificativas suficientes para a não divisão do objeto do certame em cotas destinadas exclusivamente para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme determinado pela Lei Complementar nº 123/2006.

Veículo: Bocão News	
Data: 19/02/2021	



Autorização para contragarantia a empréstimo de até R\$ 500 mi da Embasa é colocada em votação na AL-BA



19 de Fevereiro de 2021 às 06:25

Por: AL-BA / Divulgação Por: João Brandão

O presidente da Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), Adolfo Menezes, colocou em em pauta para votação na próxima terça-feira (23) de um projeto de lei do Executivo.

Conforme publicação no Diário Oficial do Legislativo estadual desta sexta-feira (19), trata-se de uma autorização da AL-BA para o governo estadual prestar contragarantia à União em operação de crédito interna a ser celebrada entre a Embasae o Banco do Brasil, no valor de até R\$ 500 milhões.

Nesta quinta (18), [o governador Rui Costa enviou um pedido de empréstimo à Casa de R\\$ 1,5 bilhão junto ao Banco do Brasil.](#)

Veículo: Bocão News	
Data: 18/02/2021	



Petroleiros da Bahia suspendem greve temporariamente



18 de Fevereiro de 2021 às 20:37

or: Divulgação

Por: Redação BNews

Os petroleiros da Bahia decidiram suspender [a greve anunciada para começar a partir desta quinta-feira \(18\)](#). Durante o grande ato realizado, em frente à Refinaria Landulpho Alves, a direção da Petrobrás enviou notificação ao Sindipetro Bahia informando o desejo de reabrir uma mesa de negociação com a entidade sindical.

Diante dessa possibilidade, o sindicato decidiu pela suspensão do movimento grevista, de forma temporária, informando a decisão à categoria. Caso não haja avanços satisfatórios nas negociações, o Sindipetro vai definir posteriormente uma nova data de início da greve, que já foi aprovada.

Em nota, o Sindipetro informa que o estado de greve está mantido e que a decisão de suspender o movimento paredista é uma tentativa de avançar na pauta de reivindicações da categoria, especialmente no que diz respeito aos trabalhadores próprios e terceirizados da Rlam e seus terminais, que vivem um clima de insegurança e apreensão devido ao anúncio da venda da refinaria ao fundo árabe Mubadala.

"A entidade sindical, que é rigorosamente contra a venda da Rlam, quer garantir a manutenção dos direitos, empregos, benefícios e salários desses trabalhadores e discutir as contratações e o futuro dos atuais contratos de trabalho, do fim dos assédios aos trabalhadores e da garantia de um ambiente laboral saudável, caso não consiga evitar a conclusão do processo de venda da Rlam, apesar dos esforços que vêm sendo feitos nesse sentido", declara.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 18/02/2021	



Bahia mantém liderança na geração de energia por fonte renováveis

18 fevereiro 2021



Foto: Manu Dias/Arquivo GOVBA

Por dois anos consecutivos, a Bahia é líder na geração de energia a partir das fontes solar e eólica no Brasil. De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), após analisar dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em 2020, a energia gerada pelos empreendimentos de eólica e solar na Bahia equivalem a 25% da energia gerada pelas usinas de Itaipu e Angra I e II. O Governo do Estado, por meio da SDE, tem empenhado os melhores esforços para viabilizar a implantação de complexos renováveis.

“Temos um potencial energético espetacular. A Bahia é destaque nacional na geração de energia solar e eólica e nós estamos, como Governo do Estado, prontos para oferecer apoio institucional para licenciamento ambiental e regularização de áreas. As energias renováveis proporcionam a redução das desigualdades sociais nos municípios, em especial no semiárido, contribuindo com o ICMS das cidades, além de gerar emprego e renda para o povo baiano”, afirma o vice-governador João Leão, secretário da pasta.

Em 2020, a Bahia liderou nacionalmente tanto a geração de energia eólica (29,5%), quanto solar (32%), gerando respectivamente, no ano, um total de 16,4 Terawatts/hora (TW/h) e 1,8 TW/h em energia. Os dados constam do Informe Executivo de Energias Renováveis de dezembro, divulgados nesta sexta-feira (24), pela SDE.

Eólica

Os 185 parques eólicos, em funcionamento em 20 municípios, já investiram mais de R\$ 18,6 bilhões e criaram mais de 51 mil empregos diretos na fase de construção dos complexos, que tem 4,6 megawatts (MW) de capacidade instalada e mais de 1,3 mil aerogeradores em operação.

Os 126 parques, em construção e com construção prestes a se iniciar, têm capacidade instalada de 3,6 GW. A previsão é que, juntos, possam injetar R\$ 13 bilhões em investimentos no estado até 2026 e gerem 54,6 mil empregos diretos e indiretos. Com as novas usinas, a Bahia pode alcançar 8,2 GW de potência instalada em eólica.

Solar

São 29 parques fotovoltaicos em operação, com 777 MW de capacidade instalada e mais de 3 milhões de módulos fotovoltaicos, onde já foram investidos R\$ 3,8 bilhões em sete municípios, onde foram gerados mais de 10 mil empregos diretos na fase de construção dos parques.



Foto: João Ramos

Até 2026, os 60 parques em construção e com construção prestes a se iniciar devem investir R\$ 8,1 bilhões e gerar 28 mil empregos diretos na fase de construção dos complexos. A previsão é que eles incluam na rede elétrica 2,2 MW, fazendo a Bahia alcançar 2,9 MW de capacidade instalada.

Fonte: Ascom/SDE

Veículo: Gov Bahia	
Data: 18/02/2021	



Recadastramento de aposentados e pensionistas do Estado continua suspenso

18 fevereiro 2021



A Secretaria da Administração (Saeb) esclarece que o recadastramento de aposentados e pensionistas do Estado está suspenso desde março de 2020, como previsto pelos decretos estaduais nº 19.529/2020 e nº 20.149/2020. Todo mês é publicado novo decreto, que prorroga a suspensão para o mês seguinte. A Saeb ainda esclarece que todos os aposentados e pensionistas com recadastramento pendente desde o ano passado têm assegurado o pagamento de seus benefícios previdenciários, sem qualquer tipo de ônus.

Desta forma, é falsa a informação que tem circulado nas redes sociais, declarando ser necessário o recadastramento de aposentados e pensionistas do Estado. Também é falso que o procedimento seria feito de forma escalonada – a Previdência Estadual modificou a sistemática no ano passado, passando a realizar o procedimento no mês de aniversário do aposentado ou do servidor que originou o benefício ao pensionista.

A suspensão do recadastramento tem como principal objetivo preservar idosos e pessoas em grupos de risco, mais vulneráveis ao novo coronavírus, evitando seu deslocamento a uma unidade da Rede SAC para validar seus dados cadastrais junto à Previdência Estadual. Estima-se que, todos os meses, quase 11 mil pessoas deixam de se dirigir aos postos SAC em todo o estado em virtude da suspensão deste procedimento.

A Saeb reforça que aposentados, pensionistas e seus familiares devem buscar os canais oficiais da secretaria para acompanhar todas as informações a respeito do recadastramento, como suas redes sociais (Facebook, Instagram e Twitter, no perfil @saebgovba) e seu site institucional (www.saeb.ba.gov.br), além do [Portal do Servidor](#), que reúne orientações e procedimentos sobre a rotina e do call center da Previdência Estadual (0800 071 5353 / 4020 5353).

Fonte: Ascom/ Saeb

Veículo: Gov Bahia	
Data: 18/02/2021	



PGE e TCE realizam live sobre a nova lei de licitações, inovações e desafios

18 fevereiro 2021



Foto: Fernando Vivas/GOVBA

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento da Procuradoria Geral do Estado da Bahia (CEA), em parceria com a Escola de Contas Conselheiro José Borba Pedreira Lapa (ECPL), do Tribunal de Contas do Estado Bahia, realizam, no próximo dia 24, às 15h, através dos canais da Escola Virtual da PGE e do TCE no YouTube, a primeira live sobre Políticas Públicas – A Arte do Encontro de 2021. O evento é gratuito, com certificação e as inscrições podem ser realizadas no site www.tce.ba.gov.br/eventos.

Nesta primeira edição, as apresentações terão como tema ‘A nova lei de licitações, inovações e desafios’. A palestrante será a procuradora do Estado da Bahia aposentada, Edite Mesquita Hupsel e o mediador o assessor-chefe da Assessoria Técnico-Jurídica do TCE/BA, Wendel Régis Ramos.

Para Edite Hupsel o projeto de lei 4253/20, prestes a se tornar a nova lei nacional de licitações e contratações públicas, não é perfeito, sequer atende a todas as necessidades do Estado quanto à matéria. Traz, porém, inovações significativas extraídas de outros regramentos nacionais e internacionais, também de experiências acumuladas pela própria Administração Pública brasileira.

“É um projeto inovador quando institui, por exemplo, o diálogo competitivo como nova modalidade licitatória, quando recomenda a adoção da Modelagem de Informação da Construção nas obras e serviços engenharia e arquitetura, quando prevê o comitê de resolução de disputas como mecanismo de resolução de conflitos entre os contratados”, afirmou.

Os convidados

Edite Hupsel é procuradora do Estado da Bahia aposentada, mestra em Direito Administrativo pela Universidade de Coimbra e professora de Direito Administrativo. É também autora do livro Comentários à Lei de Licitações e Contratações do Estado da Bahia, em coautoria com Leila Bianca Correia Lima da Costa.

Wendel Régis Ramos é assessor-chefe da Assessoria Técnico-Jurídica do TCE/BA e advogado. Possui MBA em auditoria, controladoria e gestão financeira pela FGV e pós-graduação em Comércio Exterior pela Universidade Pompeu Fabra e em Direito do Comércio Internacional pela Universidade Autônoma de Barcelona.

Parceria

A realização deste evento, assim como de uma série de outros que já ocorreram e ainda ocorrerão é fruto de um acordo de Cooperação Técnica firmado entre a PGE e o Tribunal de Contas do Estado (TCE) para estabelecer a cooperação técnico-científica e cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências entre os partícipes, visando à formação, aperfeiçoamento e especialização técnica do quadro de pessoal, bem como ao desenvolvimento institucional mediante a implementação de ações, programas, projetos, atividades complementares de interesse comum aos acordados.

O acordo permite a promoção de eventos conjuntamente, sobre temas de interesse comum, e especialmente, sobre intercâmbio de informações, tecnologias e publicações para o desenvolvimento da educação corporativa da gestão e da advocacia pública, além de prevê a formação, o aperfeiçoamento e a especialização técnica de recursos humanos e desenvolvimento institucional.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 18/02/2021	



Mais 200 tratores são entregues pelo Governo do Estado para municípios e associações

18 fevereiro 2021



Foto: Paula Fróes/GOVBA

Prefeituras e associações do interior da Bahia receberam do Governo do Estado 200 tratores, além de implementos agrícolas. A entrega simbólica de 78 desses tratores foi realizada pelo governador Rui Costa na manhã desta quinta-feira (18), no Parque de Exposições, em Salvador, sem a presença de convidados ou imprensa, devido ao aumento de casos de Covid-19 na Bahia. Os tratores possuem potência de 75CV, são da marca Solis, e o investimento total é de cerca de R\$ 160 milhões.

Segundo o governador, as máquinas serão repassadas para prefeituras e associações. “Com isso nós fortalecemos a agricultura familiar e fortalecemos o programa Bahia Produtiva. Com absoluta convicção, nós vamos conseguir produzir mais, o agricultor vai ganhar mais e fortalecer a economia de cada cidade. Vamos melhorar também a renda e o emprego. É a Bahia trabalhando firme em parceria com os nossos deputados, com os prefeitos e com as associações”.

Rui destacou que os entes municipais e associações contempladas já podem buscar os seus equipamentos. “Em função da pandemia, não estamos realizando o evento de entrega, como gostaríamos, com muita gente aqui. Então, nós suspendemos o evento, fazendo esse registro e convidando prefeituras e associações para virem buscar suas máquinas e começarem a trabalhar”. Rui agradeceu aos deputados federais e destacou que “este é o maior programa de modernização agrícola para pequenos e médios agricultores”.

Repórter: Raul Rodrigues

Veículo: Gov Bahia	
Data: 18/02/2021	



Coelba inicia entrega de refrigeradores para vacinas na Bahia

18 fevereiro 2021



Foto: Divulgação/Coelba

A Coelba iniciou, nesta quinta-feira (18), a doação dos 296 refrigeradores científicos destinados aos municípios baianos para armazenar as vacinas contra a Covid-19. A primeira remessa desses equipamentos já se encontra em Feira de Santana e será entregue aos municípios de Alcobaça, Antas, Coronel João Sá, Crisópolis, Irajuba, Macajuba e Várzea da Roça.

A distribuição será gradativa, e a previsão é que as demais cidades contempladas com a doação devem receber as câmaras de refrigeração até o fim do mês de março. A iniciativa levou em consideração as cidades com os menores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e faz parte do Programa de Eficiência Energética (PEE) regulado pela Agência Nacional de Eficiência Energética (Aneel).

A doação desses equipamentos totaliza R\$ 3,1 milhões, que se somam às outras ações já realizadas pela empresa voltadas ao combate da pandemia como a compra de testes em parceria com a Fiocruz e doação de respiradores, em um montante que já alcança R\$ 20 milhões nas distribuidoras da Neoenergia: Coelba (BA), Celpe (PE), Cosern (RN) e Elektro (SP/MS).

“A vacinação é, nesse momento, a principal ação de combate à pandemia de Covid-19, por isso estamos apoiando os municípios da nossa área de concessão que necessitam dos refrigeradores adequados para o armazenamento da vacina. A iniciativa reafirma o nosso compromisso social da Companhia com os baianos”, afirma o diretor presidente da Coelba, Luiz Antônio Ciarlini.

Os novos refrigeradores serão destinados aos municípios atendidos pela Coelba que possuem IDHM até 0,61. Serão beneficiados 296 municípios baianos. Responsáveis pela gestão dos programas de imunização, o Governo do Estado e a prefeitura de Salvador, parceiros na ação, receberão, cada um, dois refrigeradores com capacidade de 280 litros e 420 litros respectivamente, totalizando 300 refrigeradores doados.

A instalação de cada refrigerador científico deve injetar no sistema elétrico uma carga de 89 kW e consumo anual de 781 MWh, que será compensado com o recolhimento, em cada município, de dois equipamentos de refrigeração antigos e doação de lâmpadas eficientes para postos de saúde, hospitais e para consumidores residenciais baixa renda.

Os refrigeradores científicos têm temperatura programável e constante entre 2°C e 8°C, além de alarmes para avisar em caso de interrupção de energia e baterias recarregáveis para suprir o frio em caso de eventual intercorrência, com autonomia de até 12 horas. Os equipamentos também possuem sensores e um sistema de

alarme remoto a distância, que realiza chamadas telefônicas se houver uma queda de temperatura ou a bateria estiver em um nível baixo.

As câmaras de conservação são de fabricação nacional e têm capacidade de 280 litros, suficientes para armazenar cerca de 18 mil doses de 0,5 ml.

Sustentabilidade

Para receber os novos equipamentos, os governos municipais e estaduais devem entregar refrigeradores e freezers antigos para a Coelba. A companhia irá retirar substâncias como os gases CFC (clorofluorocarboneto), que podem contribuir com o efeito estufa, e fazer o descarte correto dos equipamentos.

“Ao utilizar como estratégia o recebimento dos equipamentos de refrigeração antigos e não adequados para conservação das vacinas, estamos compensando o acréscimo de carga de 89 kW. A iniciativa da Coelba é de extrema importância social para as regiões onde atuamos e está alinhada aos compromissos do grupo de combate às mudanças climáticas e ao desperdício de energia”, enfatiza Ana Christina Mascarenhas, gerente de Eficiência Energética da Coelba.

Troca de lâmpadas

Os municípios que vão receber os novos refrigeradores para vacinas contarão também com ações de trocas de lâmpadas por modelos de LED, mais eficientes. Ao longo de um ano e meio, serão substituídas cerca de 50 mil lâmpadas de postos e unidades de saúde e mais 15 mil diretamente para a população de baixa renda. Com isso, tanto as prefeituras quanto os moradores dessas cidades poderão economizar na conta de energia e adotar hábitos mais sustentáveis.

Fonte: Ascom/Coelba

FCA COBRA FRETE CARO E MINERADORAS UTILIZAM CAMINHÃO



admin 19 Fevereiro, 2021

Mineradoras nos municípios de Juazeiro, Jaguarari e Campo Formoso, região norte da Bahia, produziram e transportaram por caminhão mais de 2,2 milhões de toneladas de minérios em 2020. Apesar de haver opção ferroviária passando pelos três municípios e indo até o Porto de Aratu, próximo a Salvador, as empresas consideram o frete cobrado pela concessionária VLI proibitivo e preferem enviar por caminhão os materiais extraídos e processados.

Segundo levantamento feito pela Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) na base de dados de da Agência Nacional de Mineração, apenas o calcário produzido em Campo Formoso, importante produtor de cimento no estado, somou 1,1 milhão de toneladas. A lista de minérios que poderiam ir de trem para o porto inclui quartzo, cobre, cromo, areia e argila, dentre outros.

Para o presidente da Mineração Caraíba, Manoel Valério, a revitalização da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) é fundamental para reduzir os custos de transporte da empresa. "Antigamente, o nosso concentrado de cobre era escoado pela ferrovia. Mas o custo ficou simplesmente inviável em relação ao transporte rodoviário. O que é um contrassenso, já que a ferrovia poderia transportar não só produtos de mineradoras da região, como Ferbasa, fábricas de cimento, mas também produtos agropecuários e combustíveis", diz Valério.

VLI quer administrar ferrovia por mais 30 anos

Gerida pela VLI desde 1996, a FCA entrou no radar dos baianos no início de fevereiro deste ano por conta de uma consulta pública realizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), sobre a renovação da concessão por mais 30 anos. Uma das vozes dissonantes foi a do presidente da CBPM. Para Antonio Carlos Tramm, a concessionária não trouxe benefícios para a Bahia e a concessão não pode ser aprovada sem que haja garantias de investimento e reativação da malha no estado.

"Já que em todos esses anos de vigência do contrato não foram tomadas providências para melhorar a malha, por que não se estuda o desmembramento desta rede oferecida para que se façam duas ou três concorrências separadas? Quanto de carga produzíamos antes e quanto produzimos hoje? Nosso agronegócio hoje traz 20 milhões de toneladas pela rodovia até o porto de aratu. A VLI se queixa de não ter carga e eu me queixo de não ter trem para colocar carga", disse Tramm.

PRIMEIRA ETAPA DE OBRAS DO VLT DEVE DURAR ATÉ TRÊS MESES



admin  19 Fevereiro, 2021 

As obras de implantação do novo sistema: Veículo Leve de Transporte (VLT) foram iniciadas na segunda-feira (15). O presidente da Companhia de Transportes do Estado da Bahia (CTB), José Eduardo Copello, analisou os impactos do novo modal para a população da região do Subúrbio. "O novo sistema terá 23,3 km de extensão, 25 estações previstas, atendendo desde a Ilha de São João, em Simões Filho, até a integração com o metrô na estação Acesso Norte. A tarifa vai ser integrada aos sistemas de ônibus e metrô, além do tempo de viagem, que vai ser de 25 minutos. Antes, com os trens, o tempo era de 40 minutos", avaliou na manhã de hoje (19) no programa Isso é Bahia, na rádio A Tarde FM.

Com o fim da operação dos trens, a primeira etapa de obras para implantação do VLT do Subúrbio já foi iniciada e a previsão de conclusão é de até três meses. De acordo com Copello, neste momento, as obras estão focadas na remoção do sistema antigo e da rede elétrica, o que interfere na colocação de máquinas de grande porte.

"Na estação da Calçada, já há início de trabalhos do novo sistema, com a remoção de trilhos, tapunamento da via, sondagem e teste de carga de fundações. O contingente de pessoas ainda é pequeno, mas a expectativa é a de que 2.500 pessoas trabalhem nesta etapa de obras e, durante a operação, 700 ou 800 profissionais", afirmou.

COM INVESTIMENTOS QUE PASSAM R\$ 20 BI, BAHIA SE MANTÉM LÍDER NA GERAÇÃO DE ENERGIA POR FONTE RENOVÁVEIS



admin 18 Fevereiro, 2021

Por dois anos consecutivos, a Bahia é líder na geração de energia a partir das fontes solar e eólica no Brasil. De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), após analisar dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em 2020 a energia gerada pelos empreendimentos de eólica e solar na Bahia equivalem a 25% da energia gerada pelas usinas de Itaipu e Angra I e II.

“Temos um potencial energético espetacular. A Bahia é destaque nacional na geração de energia solar e eólica e nós estamos, como Governo do Estado, prontos para oferecer apoio institucional para licenciamento ambiental e regularização de áreas. As energias renováveis proporcionam a redução das desigualdades sociais nos municípios, em especial no semiárido, contribuindo com o ICMS das cidades, além de gerar emprego e renda para o povo baiano”, afirma o vice-governador João Leão, secretário da pasta.

Em 2020, a Bahia liderou nacionalmente tanto a geração de energia eólica (29,5%), quanto solar (32%), gerando respectivamente, no ano, um total de 16,4 Terawatts/hora (TW/h) e 1,8 TW/h em energia. Os dados constam do Informe Executivo de Energias Renováveis de dezembro, divulgados nesta sexta-feira (24), pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE).

Eólica

Os 185 parques eólicos, em funcionamento em 20 municípios, *já investiram mais de R\$ 18,6 bilhões* e criaram mais de 51 mil empregos diretos na fase de construção dos complexos, que tem 4,6 megawatts (MW) de capacidade instalada e mais de 1,3 mil aerogeradores em operação.

Os 126 parques, em construção e com construção prestes a se iniciar, têm capacidade instalada de 3,6 GW. A previsão é que, juntos, possam injetar R\$ 13 bilhões em investimentos no estado até 2026 e gerem 54,6 mil empregos diretos e indiretos. Com as novas usinas, a Bahia pode alcançar 8,2 GW de potência instalada em eólica.

Solar

São 29 parques fotovoltaicos em operação, com 777 MW de capacidade instalada e mais de 3 milhões de módulos fotovoltaicos, onde *já foram investidos R\$ 3,8 bilhões* em sete municípios, onde foram gerados mais de 10 mil empregos diretos na fase de construção dos parques.

Até 2026, os 60 parques em construção e com construção prestes a se iniciar devem investir R\$ 8,1 bilhões e gerar 28 mil empregos diretos na fase de construção dos complexos. A previsão é que eles incluam na rede elétrica 2,2 MW, fazendo a Bahia alcançar 2,9 MW de capacidade instalada.

PETROLEIROS DA BA SUSPENDEM GREVE TEMPORARIAMENTE



admin 18 Fevereiro, 2021

Os petroleiros da Bahia decidiram suspender, temporariamente, a greve que tinha sido iniciada nesta quinta-feira (18). Na tarde desta quinta, o Sindipetro, que representa os trabalhadores, informou que a paralisação iniciada pela manhã foi suspensa pois a Petrobras afirmou a eles que iria reabrir negociação.

Diante da possibilidade, o sindicato teria sido aconselhado pela assessoria jurídica pela suspensão da greve e retorno à mesa de negociação. A depender dos avanços nas negociações, o Sindipetro vai definir posteriormente se a greve será retomada, ou não.

Apesar da suspensão temporária, o Sindipetro diz que o estado de greve está mantido e que a decisão de suspender o ato é uma tentativa de avançar na pauta de reivindicações da categoria, especialmente no que diz respeito aos trabalhadores da Rlam, que vivem um clima de insegurança e apreensão devido ao anúncio da venda da refinaria ao fundo árabe Mubadala.

A Refinaria Landulpho Alves foi vendida por US\$ 1,65 bilhão ao grupo Mubadala Capital, de Abu Dhabi, no dia 8 de fevereiro. Os petroleiros já tinham feito uma manifestação contra a venda da refinaria no dia 10 de fevereiro.



JUSTIÇA DETERMINA QUE FUNCIONÁRIOS DEMITIDOS DA FORD VOLTEM A TRABALHAR



admin 18 Fevereiro, 2021

O Tribunal Regional do Trabalho da Bahia (TRT5-BA) determinou nesta quinta-feira (18) que os funcionários demitidos da Ford deverão retornar aos trabalhos na próxima segunda-feira (22). A decisão não abrange trabalhadores das empresas que atuam como auxiliares da montadora.

"Haverá o retorno no primeiro turno, o das 6h, do dia 22 de fevereiro, à produção da Ford e em todas as empresas sistemistas que aderirem integralmente os termos desse acordo parcial aqui celebrado, até amanhã, durante a reunião que será realizada para tratativas entre o Sindicato, Federação e a Ford, onde será discutido o cronograma e as condições de retomada do processo produtivo", disse o desembargador Jeferson Alves Silva Muricy.

Deve ocorrer uma nova reunião entre o sindicato dos metalúrgicos e Ford nesta sexta-feira (19).



⇒ Posted in ECONOMIA / POLÍTICA

PETROBRAS VENDEU REFINARIA NA BAHIA PELA METADE DO PREÇO



admin 18 Fevereiro, 2021

Uma análise realizada pelo Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep) apontou que a Petrobras negociou a venda da Refinaria Landulpho Alves (Rlam), na Bahia, pela metade do valor que poderia receber.

Segundo os cálculos do Ineep, a Rlam está avaliada entre US\$ 3 bilhões e US\$ 4 bilhões. Na semana passada, a Petrobras anunciou que o grupo Mubadala Capital, dos Emirados Árabes, venceu a disputa pela refinaria com uma oferta de US\$ 1,65 bilhão.

O Ineep é um instituto ligado à Federação Única dos Petroleiros (FUP), que representa os trabalhadores. A Petrobras afirmou, em nota, que a negociação foi realizada a partir de uma faixa de valores, que a negociação foi realizada a partir de uma faixa de valores, que considera as características técnicas, de produtividade e do potencial da refinaria, assim como cenários corporativos para planejamento.

"Além disso, a Petrobras contrata assessores financeiros independentes (bancos ou instituições financeiras com reconhecida experiência) para avaliar as transações e atestar se o valor de venda é justo do ponto de vista financeiro", diz a nota (veja a íntegra no fim deste texto). A empresa ressaltou, ainda, que todo o processo é auditado por órgãos de fiscalização, e que a venda só é concluída "após aprovação das instâncias competentes".

EXCLUSIVO: BAHIA APRESENTA PROPOSTA PARA MELHORIAS NA FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA AMANHÃ



admin 18 Fevereiro, 2021

Por: João Paulo Almeida

Em entrevista exclusiva ao portal Bahia Econômica, o secretário de planejamento da Bahia Walter Pinheiro afirmou que o governo do estado vai receber amanhã, sexta-feira (19), integrantes da empresa VLI Logística, concessionária da Ferrovia Centro Atlântica (FCA), para debater melhorias no equipamento. Segundo Pinheiro, o governo já tem pronto um material que mostra quais os investimentos necessários e quais os setores da Bahia que sairão beneficiados com a obra.

"Nós estamos recebendo na próxima sexta o pessoal da VLI Logística para debater os benefícios para a Bahia e para a concessionária de uma ferrovia moderna no estado. Esse projeto é de 2009 no primeiro ano do governo Wagner e agora que a concessão está prestes a ser renovada nós estamos pedindo melhorias na ferrovia, que é de fundamental importância para o desenvolvimento econômico da Bahia, nos próximos anos", disse, o secretário.

A entrevista completa com Pinheiro onde ele explica quais os setores mais beneficiados com essa ferrovia você acompanha na próxima segunda aqui no portal Bahia Econômica.

Foto: divulgação

Petróleo em alta faz a gasolina disparar



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Simone Kafruni

Os combustíveis estão com os preços em disparada no Brasil e a valorização do dólar ante o real e do barril de petróleo no mercado internacional devem manter a tendência de alta. As duas variáveis compõem a política de preços da Petrobras. Como as mudanças nos impostos propostas pelo governo federal podem não ter efeito na redução de preços, segundo avaliam tributaristas, o consumidor deve preparar o bolso se quiser manter o carro em circulação.

No levantamento semanal da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), terminado em 13 de fevereiro, o preço médio da gasolina no Distrito Federal estava em R\$ 5,087, sendo o máximo de R\$ 5,359. No entanto, depois disso, houve revisão da base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com impacto de R\$ 0,10 no litro do combustível, e elevação do preço do etanol anidro, que é adicionado na proporção de 27% na gasolina C, com acréscimo de mais R\$ 0,10 no preço

de bomba.

Além disso, ontem, o barril de petróleo chegou próximo de US\$ 65 e o dólar foi cotado a R\$ 5,42, com alta de 0,80%. Sérgio Araújo, presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), disse que o óleo está em alta porque faz frio no hemisfério norte e o consumo do combustível, utilizado como fonte de aquecimento, aumentou. 'A tendência é bater nos US\$ 70 por barril', estimou.

Segundo ele, a proposta do governo federal, de mexer no ICMS, é um avanço de simplificação tributária, mas não terá efeito na redução de preço para o consumidor. 'A Abicom sugere a implantação de um fundo de estabilização, usando a receita excedente dos royalties do petróleo. Isso resolveria o problema para a Petrobras, para os importadores, produtores e consumidores, em especial os caminhoneiros. Sem impacto no orçamento e com capacidade de suavizar a volatilidade dos preços', sustentou.

Araújo explicou que, mesmo em alta, os preços praticados pela Petrobras ainda sofrem defasagem em relação aos do mercado internacional. 'A defasagem média na gasolina chegou em R\$ 0,21 por litro e no diesel, a R\$ 0,40 por litro. Até quando a Petrobras vai segurar estas perdas?', indagou.

Para Gabriel Quintanilha, advogado tributarista e professor de Direito Tributário da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Constituição já prevê a substituição de recolhimento monofásico do ICMS dos combustíveis. 'A lei complementar que o governo apresentou regulamenta um dispositivo constitucional. Não tem

grandes mudanças e não traz nenhum efeito de redução nos preços para o consumidor. Se o objetivo fosse reduzir a tributação, bastava isentar de PIS/Cofins ou tirar da Cide', disse. A Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico representa R\$ 0,10 no litro da gasolina. Atualmente, não há cobrança no diesel.

Quintanilha assinalou que uma alíquota única de ICMS poderia ser uma solução. 'Várias alíquotas fomentam a guerra fiscal entre os estados, o que só prejudica a **arrecadação**. Seria fundamental que o ICMS tivesse alíquota única, mas isso não depende do governo federal, mas da reforma tributária', destacou.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

E&N

ECONOMIA & NEGÓCIOS

SALE Home Office >>>
+ Bem Estor
CADEIRA AERON COMPLETA
Cor grafite e com todos os ajustes
12x R\$ 770,00
GARANTIA 12 ANOS

HeranMiller

NOVO AMBIENTE

Fale com um consultor

LOJA ONLINE: novoambiente.com.br
AL. GABRIEL MONTEIRO DA SILVA, 463
TEL: (45) 311 3042 3330
SHOWROOM: SHOWROOMSINOVAMBIENTE.COM.BR
NOVOAMBIENTE SP RJ

Dentro do Orçamento. Enquanto não sai nova rodada do auxílio, equipe econômica busca alternativas sem impacto no endividamento público para tentar ajudar a alavancar atividade; transferência de recursos já existentes para o Pronampe também é estudada

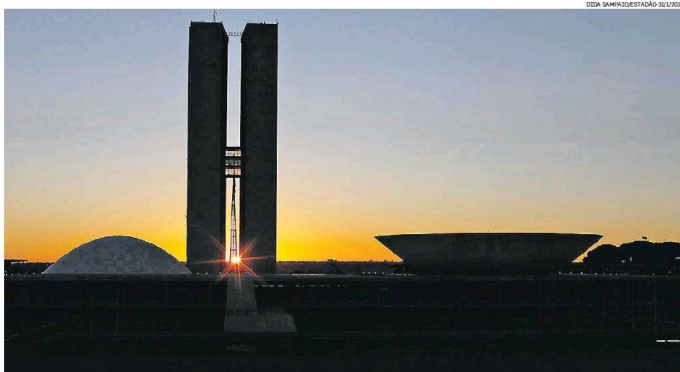
Governo quer antecipar 13º de aposentado e abono para injetar R\$ 57 bi na economia

Idiana Tomazelli
Adriana Fernandes | BRASÍLIA

O governo quer garantir uma injeção de R\$ 57 bilhões na economia brasileira com a antecipação do 13.º de aposentados e pensionistas do INSS e do abono salarial, uma espécie de 14.º salário a trabalhadores com carteira que ganham até dois salários mínimos. As duas medidas não têm impacto nas contas porque só alteram o calendário de um pagamento já previsto para o ano, mas devem ajudar a segurar os efeitos negativos do recrudescimento da pandemia de covid-19 sobre a atividade econômica.

A antecipação do abono é a única medida que já saiu do papel, com repasses que podem chegar a R\$ 7,33 bilhões. Já o pagamento adiantado do 13.º dos beneficiários da Previdência ainda depende de uma definição sobre o calendário. Cada parcela representa uma injeção de cerca de R\$ 25 bilhões, segundo apurou o *Estadão/Broadcast*. A proposta em estudo é repetir a antecipação das duas parcelas, já realizada no ano passado.

O recurso já foi utilizado em 2020, quando o 13.º dos aposentados e pensionistas foi pago nos meses de março e maio. A divisão em 2021 ainda está indefinida e depende da disponibilidade de caixa do Tesouro Nacional, que já precisa administrar mais de R\$ 700 bilhões em compromissos com investidores da



Microcrédito. Governo também trabalha para baratear o acesso de famílias beneficiárias de programas sociais ao crédito

Novo socorro
R\$ 250
é o valor que se cogita para a nova rodada de auxílio, mas parlamentares da base aliada tentam valor entre R\$ 280 e R\$ 300

dívida pública do País nos próximos quatro meses do ano. A ação, porém, deve garantir algum fôlego à atividade enquanto governo e Congresso se acertam em torno do tamanho

da nova rodada do auxílio emergencial a vulneráveis. Em meio ao aumento do número de casos de covid-19, a economia brasileira começou 2021 dando sinais de perda de fôlego, e a queda no Produto Interno Bruto (PIB) pode se prolongar até o fim do segundo trimestre deste ano, mirando a trajetória de recuperação aguardada pela equipe econômica.

O auxílio é um ponto delicado das negociações porque depende de dinheiro novo, a ser obtido pelo governo via endivi-

damento, já bastante elevado por causa das medidas de socorro adotadas em 2020. Nos últimos dias, as negociações caminharam rumo a um arranjo de quatro novas parcelas de R\$ 250, mas parlamentares da base aliada do governo ainda tentam emplacar valores maiores, de R\$ 280 a R\$ 320. A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, tem cobrado medidas de ajuste para compensar o novo esforço de ajuda à população, ainda que venham num segundo momento.

Sem impacto. Para contornar as restrições, uma das frentes de trabalho da equipe econômica tem focado em medidas sem impacto fiscal. Uma das ações em estudo é direcionar recursos hoje parados no Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), voltado a facilitar operações de crédito a pequenas e médias empresas por meio do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), ao Fundo de Garantia de Operações (FGO), que deu suporte ao Pronampe, programa voltado a micro, pe-

quenas e médias empresas que teve suas linhas esgotadas diante da alta demanda. Com a transferência dos recursos, seria possível viabilizar uma nova rodada de crédito mais acessível aos pequenos empresários. As condições devem ser alteradas para permitir que mais empresas acessem a linha, com uma parcela menor do crédito garantida pelo fundo em troca de uma taxa de juros levemente maior, mas ainda abaixo do cobrado em média pelos bancos.

O governo também trabalha para baratear e facilitar o acesso de famílias beneficiárias de programas sociais a linhas de microcrédito, como já mostrou o Estadão. O uso de fundos garantidores ou mecanismos de aval solidário, em que todos os integrantes de um grupo são responsáveis pelos pagamentos em dia das prestações, são analisados para tornar a operação viável.

Em outra frente, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) abriu uma renegociação de débitos tributários para empresas que postergaram os pagamentos de tributos entre março e dezembro de 2020 e ainda não têm condições de pagá-los.

Redução de jornada. A restrição fiscal, por sua vez, tem colocado obstáculos à retomada do programa que permite às empresas reduzir salário e jornada de trabalhadores ou suspender contratos, acenada pelo próprio ministro Paulo Guedes.

Guedes tenta ganhar tempo para aprovar PEC

'Protocolo da crise' começa com medidas que não trazem impacto no caixa do Tesouro, para depois chegar ao auxílio

BRASÍLIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, começou a acionar o novo protocolo de crise para o combate do recrudescimento da covid-19 enquanto busca ganhar tempo para aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de Orçamento de Guerra para garantir o pagamento de um auxílio emergencial.

O protocolo da crise começou com essas medidas nesse vício jurídico depois do fim do estado da calamidade no dia 31 de dezembro. São medidas que não trazem impacto direto no caixa do Tesouro Nacional. Esse protocolo inicial foi acionado no início da pandemia no ano passado e agora se repete. Segundo apurou o *Estadão*, a medida de antecipação do 13.º salário já passou pelo crivo técnico do Ministério da Econo-

Medidas de ajuste
Guedes tenta garantir medidas de ajuste na nova PEC de Guerra e para isso a área econômica já aceita que para um limite de gastos não patamar em torno R\$ 30 bi para o pagamento de auxílio

mia e aguarda deliberação final pela Casa Civil, o que poderá ocorrer em breve.

Já a concessão da primeira parcela do auxílio, na melhor das hipóteses com o cenário mais favorável só no final de março, a depender da tramitação da PEC. Por isso, o acionamento de novo protocolo é considerado pela equipe econômica como essencial para essa fase que o ministro chama de "cauda" da pandemia.

Guedes tenta garantir medidas de ajuste na nova PEC de Guerra e para isso a área econômica já aceita que para um limite de gastos num patamar em torno R\$ 30 bilhões o pagamento de auxílio não haja necessidade de uma contrapartida de novas medidas de ajuste, valendo a economia que já foi obtida com o congelamento de salários dos servidores.

Como mostrou ontem o *Estadão*, seria dada uma espécie de "waiver" (dispensa) em troca de aprovação de um protocolo de medidas de ajuste fiscal a serem acionados no futuro.

A versão da PEC, no entanto, deverá ser bem mais compacta do que a pretendida pelo ministro que conseguiu emplacar nas conversas de ontem com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (DEM-MG), e do Senado, Rodrigo Pacheco, a garantia de que o auxílio será concedido por meio de um PEC e não via uma crédito extraordinário sem garantias jurídicas. A.F.F.T.

24/02/2021, ÀS 14h30 - LEILÃO ONLINE DE

APARTAMENTO EM COPACABANA

DE FRENTE PARA O MAR. AVENIDA ATLÂNTICA - 1 VAGA NA GARAGEM E ÁREA ÚTIL DE 176,63 m²
DESOcupADA - LANCE INICIAL: R\$ 2.423.000,00

ENVIE SEU LANCE EM:
WWW.SODRESANTORO.COM.BR

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

(F) Min. 02.19h de 2ª 19h local. (C) - regularização e entrega prazos no âmbito competente do eventual desenvolvimento da obra contratada que não a ser agendada no local, com a largura em 27m e profundidade em 10m, servindo para o uso de estacionamento. (S) - Fretamento de materiais e equipamentos para o local. (P) - Pagamento e entrega de materiais no local. (T) - Entrega de materiais no local. (L) - Entrega de materiais no local. (M) - Entrega de materiais no local. (N) - Entrega de materiais no local. (O) - Entrega de materiais no local. (P) - Entrega de materiais no local. (R) - Entrega de materiais no local. (S) - Entrega de materiais no local. (T) - Entrega de materiais no local. (U) - Entrega de materiais no local. (V) - Entrega de materiais no local. (W) - Entrega de materiais no local. (X) - Entrega de materiais no local. (Y) - Entrega de materiais no local. (Z) - Entrega de materiais no local. (AA) - Entrega de materiais no local. (AB) - Entrega de materiais no local. (AC) - Entrega de materiais no local. (AD) - Entrega de materiais no local. (AE) - Entrega de materiais no local. (AF) - Entrega de materiais no local. (AG) - Entrega de materiais no local. (AH) - Entrega de materiais no local. (AI) - Entrega de materiais no local. (AJ) - Entrega de materiais no local. (AK) - Entrega de materiais no local. (AL) - Entrega de materiais no local. (AM) - Entrega de materiais no local. (AN) - Entrega de materiais no local. (AO) - Entrega de materiais no local. (AP) - Entrega de materiais no local. (AQ) - Entrega de materiais no local. (AR) - Entrega de materiais no local. (AS) - Entrega de materiais no local. (AT) - Entrega de materiais no local. (AU) - Entrega de materiais no local. (AV) - Entrega de materiais no local. (AW) - Entrega de materiais no local. (AX) - Entrega de materiais no local. (AY) - Entrega de materiais no local. (AZ) - Entrega de materiais no local. (BA) - Entrega de materiais no local. (BB) - Entrega de materiais no local. (BC) - Entrega de materiais no local. (BD) - Entrega de materiais no local. (BE) - Entrega de materiais no local. (BF) - Entrega de materiais no local. (BG) - Entrega de materiais no local. (BH) - Entrega de materiais no local. (BI) - Entrega de materiais no local. (BJ) - Entrega de materiais no local. (BK) - Entrega de materiais no local. (BL) - Entrega de materiais no local. (BM) - Entrega de materiais no local. (BN) - Entrega de materiais no local. (BO) - Entrega de materiais no local. (BP) - Entrega de materiais no local. (BQ) - Entrega de materiais no local. (BR) - Entrega de materiais no local. (BS) - Entrega de materiais no local. (BT) - Entrega de materiais no local. (BU) - Entrega de materiais no local. (BV) - Entrega de materiais no local. (BW) - Entrega de materiais no local. (BX) - Entrega de materiais no local. (BY) - Entrega de materiais no local. (BZ) - Entrega de materiais no local. (CA) - Entrega de materiais no local. (CB) - Entrega de materiais no local. (CC) - Entrega de materiais no local. (CD) - Entrega de materiais no local. (CE) - Entrega de materiais no local. (CF) - Entrega de materiais no local. (CG) - Entrega de materiais no local. (CH) - Entrega de materiais no local. (CI) - Entrega de materiais no local. (CJ) - Entrega de materiais no local. (CK) - Entrega de materiais no local. (CL) - Entrega de materiais no local. (CM) - Entrega de materiais no local. (CN) - Entrega de materiais no local. (CO) - Entrega de materiais no local. (CP) - Entrega de materiais no local. (CQ) - Entrega de materiais no local. (CR) - Entrega de materiais no local. (CS) - Entrega de materiais no local. (CT) - Entrega de materiais no local. (CU) - Entrega de materiais no local. (CV) - Entrega de materiais no local. (CW) - Entrega de materiais no local. (CX) - Entrega de materiais no local. (CY) - Entrega de materiais no local. (CZ) - Entrega de materiais no local. (DA) - Entrega de materiais no local. (DB) - Entrega de materiais no local. (DC) - Entrega de materiais no local. (DD) - Entrega de materiais no local. (DE) - Entrega de materiais no local. (DF) - Entrega de materiais no local. (DG) - Entrega de materiais no local. (DH) - Entrega de materiais no local. (DI) - Entrega de materiais no local. (DJ) - Entrega de materiais no local. (DK) - Entrega de materiais no local. (DL) - Entrega de materiais no local. (DM) - Entrega de materiais no local. (DN) - Entrega de materiais no local. (DO) - Entrega de materiais no local. (DP) - Entrega de materiais no local. (DQ) - Entrega de materiais no local. (DR) - Entrega de materiais no local. (DS) - Entrega de materiais no local. (DT) - Entrega de materiais no local. (DU) - Entrega de materiais no local. (DV) - Entrega de materiais no local. (DW) - Entrega de materiais no local. (DX) - Entrega de materiais no local. (DY) - Entrega de materiais no local. (DZ) - Entrega de materiais no local. (EA) - Entrega de materiais no local. (EB) - Entrega de materiais no local. (EC) - Entrega de materiais no local. (ED) - Entrega de materiais no local. (EE) - Entrega de materiais no local. (EF) - Entrega de materiais no local. (EG) - Entrega de materiais no local. (EH) - Entrega de materiais no local. (EI) - Entrega de materiais no local. (EJ) - Entrega de materiais no local. (EK) - Entrega de materiais no local. (EL) - Entrega de materiais no local. (EM) - Entrega de materiais no local. (EN) - Entrega de materiais no local. (EO) - Entrega de materiais no local. (EP) - Entrega de materiais no local. (EQ) - Entrega de materiais no local. (ER) - Entrega de materiais no local. (ES) - Entrega de materiais no local. (ET) - Entrega de materiais no local. (EU) - Entrega de materiais no local. (EV) - Entrega de materiais no local. (EW) - Entrega de materiais no local. (EX) - Entrega de materiais no local. (EY) - Entrega de materiais no local. (EZ) - Entrega de materiais no local. (FA) - Entrega de materiais no local. (FB) - Entrega de materiais no local. (FC) - Entrega de materiais no local. (FD) - Entrega de materiais no local. (FE) - Entrega de materiais no local. (FF) - Entrega de materiais no local. (FG) - Entrega de materiais no local. (FH) - Entrega de materiais no local. (FI) - Entrega de materiais no local. (FJ) - Entrega de materiais no local. (FK) - Entrega de materiais no local. (FL) - Entrega de materiais no local. (FM) - Entrega de materiais no local. (FN) - Entrega de materiais no local. (FO) - Entrega de materiais no local. (FP) - Entrega de materiais no local. (FQ) - Entrega de materiais no local. (FR) - Entrega de materiais no local. (FS) - Entrega de materiais no local. (FT) - Entrega de materiais no local. (FU) - Entrega de materiais no local. (FV) - Entrega de materiais no local. (FW) - Entrega de materiais no local. (FX) - Entrega de materiais no local. (FY) - Entrega de materiais no local. (FZ) - Entrega de materiais no local. (GA) - Entrega de materiais no local. (GB) - Entrega de materiais no local. (GC) - Entrega de materiais no local. (GD) - Entrega de materiais no local. (GE) - Entrega de materiais no local. (GF) - Entrega de materiais no local. (GG) - Entrega de materiais no local. (GH) - Entrega de materiais no local. (GI) - Entrega de materiais no local. (GJ) - Entrega de materiais no local. (GK) - Entrega de materiais no local. (GL) - Entrega de materiais no local. (GM) - Entrega de materiais no local. (GN) - Entrega de materiais no local. (GO) - Entrega de materiais no local. (GP) - Entrega de materiais no local. (GQ) - Entrega de materiais no local. (GR) - Entrega de materiais no local. (GS) - Entrega de materiais no local. (GT) - Entrega de materiais no local. (GU) - Entrega de materiais no local. (GV) - Entrega de materiais no local. (GW) - Entrega de materiais no local. (GX) - Entrega de materiais no local. (GY) - Entrega de materiais no local. (GZ) - Entrega de materiais no local. (HA) - Entrega de materiais no local. (HB) - Entrega de materiais no local. (HC) - Entrega de materiais no local. (HD) - Entrega de materiais no local. (HE) - Entrega de materiais no local. (HF) - Entrega de materiais no local. (HG) - Entrega de materiais no local. (HH) - Entrega de materiais no local. (HI) - Entrega de materiais no local. (HJ) - Entrega de materiais no local. (HK) - Entrega de materiais no local. (HL) - Entrega de materiais no local. (HM) - Entrega de materiais no local. (HN) - Entrega de materiais no local. (HO) - Entrega de materiais no local. (HP) - Entrega de materiais no local. (HQ) - Entrega de materiais no local. (HR) - Entrega de materiais no local. (HS) - Entrega de materiais no local. (HT) - Entrega de materiais no local. (HU) - Entrega de materiais no local. (HV) - Entrega de materiais no local. (HW) - Entrega de materiais no local. (HX) - Entrega de materiais no local. (HY) - Entrega de materiais no local. (HZ) - Entrega de materiais no local. (IA) - Entrega de materiais no local. (IB) - Entrega de materiais no local. (IC) - Entrega de materiais no local. (ID) - Entrega de materiais no local. (IE) - Entrega de materiais no local. (IF) - Entrega de materiais no local. (IG) - Entrega de materiais no local. (IH) - Entrega de materiais no local. (II) - Entrega de materiais no local. (IJ) - Entrega de materiais no local. (IK) - Entrega de materiais no local. (IL) - Entrega de materiais no local. (IM) - Entrega de materiais no local. (IN) - Entrega de materiais no local. (IO) - Entrega de materiais no local. (IP) - Entrega de materiais no local. (IQ) - Entrega de materiais no local. (IR) - Entrega de materiais no local. (IS) - Entrega de materiais no local. (IT) - Entrega de materiais no local. (IU) - Entrega de materiais no local. (IV) - Entrega de materiais no local. (IW) - Entrega de materiais no local. (IX) - Entrega de materiais no local. (IY) - Entrega de materiais no local. (IZ) - Entrega de materiais no local. (JA) - Entrega de materiais no local. (JB) - Entrega de materiais no local. (JC) - Entrega de materiais no local. (JD) - Entrega de materiais no local. (JE) - Entrega de materiais no local. (JF) - Entrega de materiais no local. (JG) - Entrega de materiais no local. (JH) - Entrega de materiais no local. (JI) - Entrega de materiais no local. (JJ) - Entrega de materiais no local. (JK) - Entrega de materiais no local. (JL) - Entrega de materiais no local. (JM) - Entrega de materiais no local. (JN) - Entrega de materiais no local. (JO) - Entrega de materiais no local. (JP) - Entrega de materiais no local. (JQ) - Entrega de materiais no local. (JR) - Entrega de materiais no local. (JS) - Entrega de materiais no local. (JT) - Entrega de materiais no local. (JU) - Entrega de materiais no local. (JV) - Entrega de materiais no local. (JW) - Entrega de materiais no local. (JX) - Entrega de materiais no local. (JY) - Entrega de materiais no local. (JZ) - Entrega de materiais no local. (KA) - Entrega de materiais no local. (KB) - Entrega de materiais no local. (KC) - Entrega de materiais no local. (KD) - Entrega de materiais no local. (KE) - Entrega de materiais no local. (KF) - Entrega de materiais no local. (KG) - Entrega de materiais no local. (KH) - Entrega de materiais no local. (KI) - Entrega de materiais no local. (KJ) - Entrega de materiais no local. (KL) - Entrega de materiais no local. (KM) - Entrega de materiais no local. (KN) - Entrega de materiais no local. (KO) - Entrega de materiais no local. (KP) - Entrega de materiais no local. (KQ) - Entrega de materiais no local. (KR) - Entrega de materiais no local. (KS) - Entrega de materiais no local. (KT) - Entrega de materiais no local. (KU) - Entrega de materiais no local. (KV) - Entrega de materiais no local. (KW) - Entrega de materiais no local. (KX) - Entrega de materiais no local. (KY) - Entrega de materiais no local. (KZ) - Entrega de materiais no local. (LA) - Entrega de materiais no local. (LB) - Entrega de materiais no local. (LC) - Entrega de materiais no local. (LD) - Entrega de materiais no local. (LE) - Entrega de materiais no local. (LF) - Entrega de materiais no local. (LG) - Entrega de materiais no local. (LH) - Entrega de materiais no local. (LI) - Entrega de materiais no local. (LJ) - Entrega de materiais no local. (LK) - Entrega de materiais no local. (LL) - Entrega de materiais no local. (LM) - Entrega de materiais no local. (LN) - Entrega de materiais no local. (LO) - Entrega de materiais no local. (LP) - Entrega de materiais no local. (LQ) - Entrega de materiais no local. (LR) - Entrega de materiais no local. (LS) - Entrega de materiais no local. (LT) - Entrega de materiais no local. (LU) - Entrega de materiais no local. (LV) - Entrega de materiais no local. (LW) - Entrega de materiais no local. (LX) - Entrega de materiais no local. (LY) - Entrega de materiais no local. (LZ) - Entrega de materiais no local. (MA) - Entrega de materiais no local. (MB) - Entrega de materiais no local. (MC) - Entrega de materiais no local. (MD) - Entrega de materiais no local. (ME) - Entrega de materiais no local. (MF) - Entrega de materiais no local. (MG) - Entrega de materiais no local. (MH) - Entrega de materiais no local. (MI) - Entrega de materiais no local. (MJ) - Entrega de materiais no local. (MK) - Entrega de materiais no local. (ML) - Entrega de materiais no local. (MM) - Entrega de materiais no local. (MN) - Entrega de materiais no local. (MO) - Entrega de materiais no local. (MP) - Entrega de materiais no local. (MQ) - Entrega de materiais no local. (MR) - Entrega de materiais no local. (MS) - Entrega de materiais no local. (MT) - Entrega de materiais no local. (MU) - Entrega de materiais no local. (MV) - Entrega de materiais no local. (MW) - Entrega de materiais no local. (MX) - Entrega de materiais no local. (MY) - Entrega de materiais no local. (MZ) - Entrega de materiais no local. (NA) - Entrega de materiais no local. (NB) - Entrega de materiais no local. (NC) - Entrega de materiais no local. (ND) - Entrega de materiais no local. (NE) - Entrega de materiais no local. (NF) - Entrega de materiais no local. (NG) - Entrega de materiais no local. (NH) - Entrega de materiais no local. (NI) - Entrega de materiais no local. (NJ) - Entrega de materiais no local. (NK) - Entrega de materiais no local. (NL) - Entrega de materiais no local. (NM) - Entrega de materiais no local. (NN) - Entrega de materiais no local. (NO) - Entrega de materiais no local. (NP) - Entrega de materiais no local. (NQ) - Entrega de materiais no local. (NR) - Entrega de materiais no local. (NS) - Entrega de materiais no local. (NT) - Entrega de materiais no local. (NU) - Entrega de materiais no local. (NV) - Entrega de materiais no local. (NW) - Entrega de materiais no local. (NX) - Entrega de materiais no local. (NY) - Entrega de materiais no local. (NZ) - Entrega de materiais no local. (OA) - Entrega de materiais no local. (OB) - Entrega de materiais no local. (OC) - Entrega de materiais no local. (OD) - Entrega de materiais no local. (OE) - Entrega de materiais no local. (OF) - Entrega de materiais no local. (OG) - Entrega de materiais no local. (OH) - Entrega de materiais no local. (OI) - Entrega de materiais no local. (OJ) - Entrega de materiais no local. (OK) - Entrega de materiais no local. (OL) - Entrega de materiais no local. (OM) - Entrega de materiais no local. (ON) - Entrega de materiais no local. (OO) - Entrega de materiais no local. (OP) - Entrega de materiais no local. (OQ) - Entrega de materiais no local. (OR) - Entrega de materiais no local. (OS) - Entrega de materiais no local. (OT) - Entrega de materiais no local. (OU) - Entrega de materiais no local. (OV) - Entrega de materiais no local. (OW) - Entrega de materiais no local. (OX) - Entrega de materiais no local. (OY) - Entrega de materiais no local. (OZ) - Entrega de materiais no local. (PA) - Entrega de materiais no local. (PB) - Entrega de materiais no local. (PC) - Entrega de materiais no local. (PD) - Entrega de materiais no local. (PE) - Entrega de materiais no local. (PF) - Entrega de materiais no local. (PG) - Entrega de materiais no local. (PH) - Entrega de materiais no local. (PI) - Entrega de materiais no local. (PJ) - Entrega de materiais no local. (PK) - Entrega de materiais no local. (PL) - Entrega de materiais no local. (PM) - Entrega de materiais no local. (PN) - Entrega de materiais no local. (PO) - Entrega de materiais no local. (PP) - Entrega de materiais no local. (PQ) - Entrega de materiais no local. (PR) - Entrega de materiais no local. (PS) - Entrega de materiais no local. (PT) - Entrega de materiais no local. (PU) - Entrega de materiais no local. (PV) - Entrega de materiais no local. (PW) - Entrega de materiais no local. (PX) - Entrega de materiais no local. (PY) - Entrega de materiais no local. (PZ) - Entrega de materiais no local. (QA) - Entrega de materiais no local. (QB) - Entrega de materiais no local. (QC) - Entrega de materiais no local. (QD) - Entrega de materiais no local. (QE) - Entrega de materiais no local. (QF) - Entrega de materiais no local. (QG) - Entrega de materiais no local. (QH) - Entrega de materiais no local. (QI) - Entrega de materiais no local. (QJ) - Entrega de materiais no local. (QK) - Entrega de materiais no local. (QL) - Entrega de materiais no local. (QM) - Entrega de materiais no local. (QN) - Entrega de materiais no local. (QO) - Entrega de materiais no local. (QP) - Entrega de materiais no local. (QQ) - Entrega de materiais no local. (QR) - Entrega de materiais no local. (QS) - Entrega de materiais no local. (QT) - Entrega de materiais no local. (QU) - Entrega de materiais no local. (QV) - Entrega de materiais no local. (QW) - Entrega de materiais no local. (QX) - Entrega de materiais no local. (QY) - Entrega de materiais no local. (QZ) - Entrega de materiais no local. (RA) - Entrega de materiais no local. (RB) - Entrega de materiais no local. (RC) - Entrega de materiais no local. (RD) - Entrega de materiais no local. (RE) - Entrega de materiais no local. (RF) - Entrega de materiais no local. (RG) - Entrega de materiais no local. (RH) - Entrega de materiais no local. (RI) - Entrega de materiais no local. (RJ) - Entrega de materiais no local. (RK) - Entrega de materiais no local. (RL) - Entrega de materiais no local. (RM) - Entrega de materiais no local. (RN) - Entrega de materiais no local. (RO) - Entrega de materiais no local. (RP) - Entrega de materiais no local. (RQ) - Entrega de materiais no local. (RR) - Entrega de materiais no local. (RS) - Entrega de materiais no local. (RT) - Entrega de materiais no local. (RU) - Entrega de materiais no local. (RV) - Entrega de materiais no local. (RW) - Entrega de materiais no local. (RX) - Entrega de materiais no local. (RY) - Entrega de materiais no local. (RZ) - Entrega de materiais no local. (SA) - Entrega de materiais no local. (SB) - Entrega de materiais no local. (SC) - Entrega de materiais no local. (SD) - Entrega de materiais no local. (SE) - Entrega de materiais no local. (SF) - Entrega de materiais no local. (SG) - Entrega de materiais no local. (SH) - Entrega de materiais no local. (SI) - Entrega de materiais no local. (SJ) - Entrega de materiais no local. (SK) - Entrega de materiais no local. (SL) - Entrega de materiais no local. (SM) - Entrega de materiais no local. (SN) - Entrega de materiais no local. (SO) - Entrega de materiais no local. (SP) - Entrega de materiais no local. (SQ) - Entrega de materiais no local. (SR) - Entrega de materiais no local. (SS) - Entrega de materiais no local. (ST) - Entrega de materiais no local. (SU) - Entrega de materiais no local. (SV) - Entrega de materiais no local. (SW) - Entrega de materiais no local. (SX) - Entrega de materiais no local. (SY) - Entrega de materiais no local. (SZ) - Entrega de materiais no local. (TA) - Entrega de materiais no local. (TB) - Entrega de materiais no local. (TC) - Entrega de materiais no local. (TD) - Entrega de materiais no local. (TE) - Entrega de materiais no local. (TF) - Entrega de materiais no local. (TG) - Entrega de materiais no local. (TH) - Entrega de materiais no local. (TI) - Entrega de materiais no local. (TJ) - Entrega de materiais no local. (TK) - Entrega de materiais no local. (TL) - Entrega de materiais no local. (TM) - Entrega de materiais no local. (TN) - Entrega de materiais no local. (TO) - Entrega de materiais no local. (TP) - Entrega de materiais no local. (TQ) - Entrega de materiais no local. (TR) - Entrega de materiais no local. (TS) - Entrega de materiais no local. (TT) - Entrega de materiais no local. (TU) - Entrega de materiais no local. (TV) - Entrega de materiais no local. (TW) - Entrega de materiais no local. (TX) - Entrega de materiais no local. (TY) - Entrega de materiais no local. (TZ) - Entrega de materiais no local. (UA) - Entrega de materiais no local. (UB) - Entrega de materiais no local. (UC) - Entrega de materiais no local. (UD) - Entrega de materiais no local. (UE) - Entrega de materiais no local. (UF) - Entrega de materiais no local. (UG) - Entrega de materiais no local. (UH) - Entrega de materiais no local. (UI) - Entrega de materiais no local. (UJ) - Entrega de materiais no local. (UK) - Entrega de materiais no local. (UL) - Entrega de materiais no local. (UM) - Entrega de materiais no local. (UN) - Entrega de materiais no local. (UO) - Entrega de materiais no local. (UP) - Entrega de materiais no local. (UQ) - Entrega de materiais no local. (UR) - Entrega de materiais no local. (US) - Entrega de materiais no local. (UT) - Entrega de materiais no local. (UU) - Entrega de materiais no local. (UV) - Entrega de materiais no local. (UW) - Entrega de materiais no local. (UX) - Entrega de materiais no local. (UY) - Entrega de materiais no local. (UZ) - Entrega de materiais no local. (VA) - Entrega de materiais no local. (VB) - Entrega de materiais no local. (VC) - Entrega de materiais no local. (VD) - Entrega de materiais no local. (VE) - Entrega de materiais no local. (VF) - Entrega de materiais no local. (VG) - Entrega de materiais no local. (VH) - Entrega de materiais no local. (VI) - Entrega de materiais no local. (VJ) - Entrega de materiais no local. (VK) - Entrega de materiais no local. (VL) - Entrega de materiais no local. (VM) - Entrega de materiais no local. (VN) - Entrega de materiais no local. (VO) - Entrega de materiais no local. (VP) - Entrega de materiais no local. (VQ) - Entrega de materiais no local. (VR) - Entrega de materiais no local. (VS) - Entrega de materiais no local. (VT) - Entrega de materiais no local. (VU) - Entrega de materiais no local. (VV) - Entrega de materiais no local. (VW) - Entrega de materiais no local. (VX) - Entrega de materiais no local. (VY) - Entrega de materiais no local. (VZ) - Entrega de materiais no local. (WA) - Entrega de materiais no local. (WB) - Entrega de materiais no local. (WC) - Entrega de materiais no local. (WD) - Entrega de materiais no local. (WE) - Entrega de materiais no local. (WF) - Entrega de materiais no local. (WG) - Entrega de materiais no local. (WH) - Entrega de materiais no local. (WI) - Entrega de materiais no local. (WJ) - Entrega de materiais no local. (WK) - Entrega de materiais no local. (WL) - Entrega de materiais no local. (WM) - Entrega de materiais no local. (WN) - Entrega de materiais no local. (WO) - Entrega de materiais no local. (WP) - Entrega de materiais no local. (WQ) - Entrega de materiais no local. (WR) - Entrega de materiais no local. (WS) - Entrega de materiais no local. (WT) - Entrega de materiais no local. (WU) - Entrega de materiais no local. (WV) - Entrega de materiais no local. (WW) - Entrega de materiais no local. (WX) - Entrega de materiais no local. (WY) - Entrega de materiais no local. (WZ) - Entrega de materiais no local. (XA) - Entrega de materiais no local. (XB) - Entrega de materiais no local. (XC) - Entrega de materiais no local. (XD) - Entrega de materiais no local. (XE) - Entrega de materiais no local. (XF) - Entrega de materiais no local. (XG) - Entrega de materiais no local. (XH) - Entrega de materiais no local. (XI) - Entrega de materiais no local. (XJ) - Entrega de materiais no local. (XK) - Entrega de materiais no local. (XL) - Entrega de materiais no local. (XM) - Entrega de materiais no local. (XN) - Entrega de materiais no local. (XO) - Entrega de materiais no local. (XP) - Entrega de materiais no local. (XQ) - Entrega de materiais no local. (XR) - Entrega de materiais no local. (XS) - Entrega de materiais no local. (XT) - Entrega de materiais no local. (XU) - Entrega de materiais no local. (XV) - Entrega de materiais no local. (XW) - Entrega de materiais no local. (XX) - Entrega de materiais no local. (XY) - Entrega de materiais no local. (XZ) - Entrega de materiais no local. (YA) - Entrega de materiais no local. (YB) - Entrega de materiais no local. (YC) - Entrega de materiais no local. (YD) - Entrega de materiais no local. (YE) - Entrega de materiais no local. (YF) - Entrega de materiais no local. (YG) - Entrega de materiais no local. (YH) - Entrega de materiais no local. (YI) - Entrega de materiais no local. (YJ) - Entrega de materiais no local. (YK) - Entrega de materiais no local. (YL) - Entrega de materiais no local. (YM) - Entrega de materiais no local. (YN) - Entrega de materiais no local. (YO) - Entrega de materiais no local. (YP) - Entrega de materiais no local. (YQ) - Entrega de materiais no local. (YR) - Entrega de materiais no local. (YS) - Entrega de materiais no local. (YT) - Entrega de materiais no local. (YU) - Entrega de materiais no local. (YV) - Entrega de materiais no local. (YW) - Entrega de materiais no local. (YX) - Entrega de materiais no local. (YZ) - Entrega de materiais no local. (ZA) - Entrega de materiais no local. (ZB) - Entrega de materiais no local. (ZC) - Entrega de materiais no local. (ZD) - Entrega de materiais no local. (ZE) - Entrega de materiais no local. (ZF) - Entrega de materiais no local. (ZG) - Entrega de materiais no local. (ZH) - Entrega de materiais no local. (ZI) - Entrega de materiais no local. (ZJ) - Entrega de materiais no local. (ZK) - Entrega de materiais no local. (ZL) - Entrega de materiais no local. (ZM) - Entrega de materiais no local. (ZN) - Entrega de materiais no local. (ZO) - Entrega de materiais no local. (ZP) - Entrega de materiais no local. (ZQ) - Entrega de materiais no local. (ZR) - Entrega de materiais no local. (ZS) - Entrega de materiais no local. (ZT) - Entrega de materiais no local. (ZU) - Entrega de materiais no local. (ZV) - Entrega de materiais no local. (ZW) - Entrega de materiais no local. (ZX) - Entrega de materiais no local. (ZY) - Entrega de materiais no local. (ZZ) - Entrega de materiais no local.

Negócios

King IMÓVEIS
CRECER: 7.701-J
Rua Coronel Meireles, 186 - Penha
Dr. Hélio Shimoto
Diretor Presidente
2856-7201
2856-7200
JUROIS BAIXOS compre imóveis com legalidade e segurança na KING
imoveis@kingimoveis.com.br | www.kingimoveis.com.br

Matriz energética. Gerado pela purificação do biogás obtido com a decomposição de resíduos orgânicos que hoje vão para aterros sanitários, o biometano pode substituir combustíveis fósseis, como o diesel, reduzindo emissões de gases do efeito estufa de até 96%

Biocombustível de lixo deve crescer com Lei do Gás e agenda sustentável

Mariana Durão / RIO

Enquanto o governo brasileiro discute uma potencial redução na tributação de combustíveis fósseis, na contramão do resto do mundo, produtores de biogás tentam criar condições para fazer deslanchar no País uma alternativa renovável ao diesel: o biometano. O cenário em 2021 é visto como promissor, com a quebra do monopólio da Petrobrás nos gasodutos, a espera pela aprovação do Novo Mercado do Gás pelo Congresso Nacional e o fortalecimento da agenda ESG (sigla em inglês para os aspectos ambiental, social e governança) na esteira da pandemia da covid-19.

Além do gás natural, a nova Lei do Gás deve incentivar também projetos de geração de biogás e biometano a partir de aterros sanitários e resíduos orgânicos. O texto já aprovado no Senado libera o acesso do biometano a rede de gasodutos, estimulando sua regulamentação pelos Estados, a quem compete a política de distribuição do gás. O recém-aprovado marco normativo também é favorável, já que o biometano pode ser produzido a partir do tratamento do biogás gerado nos aterros sanitários e nas estações de tratamento de esgotos.

Segundo a Associação Brasileira do Biogás (Abiogás), a produção nacional de biometano é pequena: 365 mil m³ por dia. A entidade projeta um aumento de 10% em 2021, ritmo de cresci-

mento abaixo do visto no ano passado (14%), apesar da pandemia. O volume está muito aquém do potencial brasileiro, estimado pela entidade em 120 milhões de m³ por dia, tendo em vista a quantidade de resíduos produzidos no País. Isso é o equivalente a 30 bilhões de litros de diesel, ou 70% do consumo nacional.

O biometano pode ser destinado à geração de energia elétrica e substituído o gás natural de uso industrial e residencial, mas é no abastecimento do transporte veicular que reside seu maior potencial. A estimativa é que ele reduza de 90% a 96% as emissões de gases do efeito estufa quando comparado ao diesel e à gasolina.

O diretor de vendas de soluções da Scania no Brasil, Silvio Munhoz, conta que, com a pandemia, cresceu a procura de empresas interessadas em caminhões a biometano e GNV (gás natural veicular). A estimativa é fechar 2021 com a venda de mais de duas centenas de unidades no País, contra 70 em 2020.

A participação dos modelos a gás na produção e nas vendas gerais da fábrica de São Bernardo do Campo (SP) é pequena: mil veículos em um total de 30 mil por ano.

A Scania foi pioneira na produção desses veículos no Brasil. A primeira entrega foi feita em 2020, para a multinacional de cosméticos L'Oréal. No último dia 5, a fabricante apresentou o primeiro ônibus para fretamento movido a gás no País. O modelo vai transportar trabalhado-



Impulso. Vendas de veículos a biometano e gás natural da Scania devem triplicar em 2021

Alternativa
"Hoje enxergamos a possibilidade de cobrar um prêmio (preço mais alto) em relação ao combustível fóssil."
Manuela Kayath
PRESIDENTE DO GRUPO MDC

res da usina de açúcares especiais da Gerda, também a primeira a usar um caminhão a biometano na mineração. Munhoz admite que os caminhões da linha podem ser até 30% mais caros,

mas diz que isso é compensado pela redução de custos ao longo do tempo.

A New Holland trabalha para colocar no mercado brasileiro ematé dois anos seu trator a biometano. O modelo está em teste por aqui desde 2017, e a ideia é que seja abastecido pelo próprio produtor rural com o biogás gerado por resíduos de animais ou de culturas nas fazendas. A fabricante calcula que o motor biometano gere uma redução de custos de 25% a 40% quando comparada com os biocombustíveis convencionais.

Produção. Hoje o País tem oito usinas de biometano em produção comercial, fruto de R\$ 680 milhões em investimentos, mas só três entregam o combustível no padrão exigido pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). A Ecometano, do Grupo MDC, opera duas delas: uma no Ceará e outra no Rio. A presidente do Grupo MDC, Manuela Kayath, diz que, ao mesmo tempo em que a nova Lei do Gás promete destravar o chamado mercado livre - em que consumidores escolhem fornecedores - cresce a demanda de em-

presas com metas de redução de emissões mais agressivas.

"Hoje enxergamos a possibilidade de cobrar um prêmio em relação ao combustível fóssil."

Para chegar a uma produção diária de 32 milhões de m³ de biometano em 2030, a Abiogás calcula que seriam necessárias cerca de mil plantas em operação. O investimento estimado é de R\$ 50 bilhões, diz o vice-presidente da associação, Gabriel Kropsch. A entidade tenta negociar com o governo formas de dar escala à produção e fomentar os projetos.

Outra demanda é a de leilões específicos para o biogás, como já ocorre para energias eólica e solar - neste ano, essa nova fonte está contemplada em quatro licitações. De olho nesse potencial, novos projetos vêm sendo anunciados. A GasBrasília e a Cocal Energia fecharam em janeiro parceria para fornecimento de biometano para a região oeste de São Paulo. O investimento em um gasoduto e uma usina é estimado em R\$ 160 milhões, com distribuição a partir de julho de 2022.

Já a Zeg Biogás planeja investir R\$ 460 milhões até 2022. A companhia finaliza uma planta de biometano no aterro sanitário CTL Ecorubis, na capital paulista e até meados do ano inicia a produção do primeiro de seis projetos de biogás a partir da vinhaça, resíduo da produção de etanol. A aposta é que o combustível renovável possa revolucionar a frota pesada no Brasil, assim como o etanol o fez na frota leve.

Startup Descomplica levanta R\$ 450 milhões

É o maior aporte já feito em startups de educação no Brasil; rodada teve participação da família de Mark Zuckerberg

Bruno Romani

A pandemia impulsionou o uso de ferramentas digitais na educação. Agora, startups do segmento, conhecidas como "edtechs", começam a receber investimentos para ampliar suas operações. É nesse contexto que a

Descomplica, conhecida por atividades de reforço para Enem e vestibulares, anunciou ontem que recebeu um aporte de US\$ 84,5 milhões (cerca de R\$ 450 milhões) - a empresa diz que o investimento é maior já feito no segmento na América Latina.

O aporte foi captado pelo Invs Group, que já havia liderado outras rodadas na empresa, e pelo grupo japonês SoftBank. O Valor Capital Group, que também já havia feito investimentos em rodadas anteriores na startup, voltou a participar. Além desses três nomes,

dois novos investidores chamam a atenção: The Edge, guitarrista da banda U2, e a Clean Zuckerman Initiative, empresa de investimentos de impacto social da família do fundador do Facebook. A Península Participações, de Alê Diniz, fechou o time de investidores. Essa foi a quinta rodada de aportes na empresa - a última, de R\$ 54 milhões, havia ocorrido em 2018.

Segundo um ranking da empresa de inovação Distrito, essa é a maior oferta já levantada por uma edtech brasileira num investimento de capital privado - o segundo lugar também é da Descomplica, com o aporte de três anos atrás. Só a Arco Educação levantou valor maior (US\$ 104 milhões) entre as startups brasileiras de educação, mas isso

ocorreu na oferta inicial de ações, também em 2018.

Fundada em 2011 pelo professor de Física Marco Fishben, a Descomplica ficou conhecida por suas ferramentas de preparação para o Enem e para vestibulares.

No ano passado, porém, a companhia inaugurou um novo capítulo em sua história, com a Faculdade Descomplica, que traz cursos de graduação e pós-graduação 100% digitais. O braço de ensino superior começou com quatro cursos de graduação no ano passado - serão lançados mais 15 em 2021 e outros 18 em 2022. A pós-graduação já conta com 300 programas e deve chegar a 500 até o final do ano.

Novo cartão do Nubank mira os 'sem crédito'

Bruna Arimathea

O Nubank anunciou ontem que vai adicionar uma nova modalidade de cartão de crédito para seus clientes. Inspirado em modelos americanos, o novo cartão permitirá que usuários com problemas em obter linhas de crédito possam utilizar o serviço, que funciona como uma espécie de cartão pré-pago.

A ideia do Nubank, que tem 34 milhões de clientes, é compartilhar com o usuário a construção do crédito dentro da ba-

se da startup. Na nova modalidade, o cliente poderá depositar um valor na sua conta do banco digital, que vai se transformar automaticamente em limite do cartão.

O dinheiro fica retido com o banco, como garantia da fatura de crédito e, após o pagamento, o valor é renovado. Se o usuário não utilizar todo o limite depositado, o valor pode ser resgatado. O recurso está disponível apenas para alguns usuários - a intenção é permitir que eles cheguem a toda base em breve.

Segundo Cristina Junqueira, cofundadora do Nubank, o cartão possibilitará que usuários que não tenham acesso a linhas de crédito ou aqueles com o "nome sujo" nos órgãos de crédito possam utilizar o serviço.

PEDRO DORIA
E-MAIL: CULUM@PESQUISADOSPUB.COM
TWITTER: @PESQDORIA

O deputado e o algoritmo

Há uma lógica direta ligada à estrutura das redes sociais no vídeo que custou a prisão do deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ). Silveira é, dentre os bolsonaristas, um tipo ainda mais agressivo do que o padrão do grupo já uns tantos tons acima do normal. Mas, neste vídeo em que deseja uma surra aos ministros do Supremo embalado por atos institucionais da ditadura, sua agressividade não é apenas um ato político antedemocrático. É, também, uma técnica conhecida de fazer com que a audiência potencial do filme seja

maior. A intenção lá atrás, quando se tornou conhecido pelo gesto de quebrar a placa da vereadora assassinada Marielle Franco durante a campanha, também era a mesma.

O algoritmo, o código de computador que seleciona quem será exposto a que foto, texto, vídeo, compreende muito da natureza humana. É uma inteligência artificial que compreende nossas fraquezas. E uma delas é que, quando a pressão sobe e a adrenalina corre, ligamos o alerta. Ficamos mais atentos quando as emoções são fortes. Quem nos dá mais indignados, nas redes sociais, ganha mais pontos para aparecer mais. Silveira sabe disso, como o sabe Carlos Bolsonaro, quando opera as contas de seu pai, o presidente da República. Como sabem quaisquer influenciadores.

A esperança que a internet trazia quando surgiu é de que o debate político seria democratizado. Não seria mais necessário ter uma verba imensa para contratar as melhores pesquisas, as mais capazes equipes de vídeo e assim costurar publicidade eleitoral de primeira. O mercado de ideias enfim se realizaria, utopicamente, permitindo que nos diálogos constantes da praça digital as melhores emergissem pela criação de consensos. A democracia é tão bonita nos livros e tão difícil na prática. Pois a entrada da inteligência artificial no jogo confirmou as previsões só pela metade. De fato, não é preciso mais dinheiro para se sobressair. Mas as regras do jogo fazem com que no mercado das ideias real sejam os mais radicais que chamam a atenção.

Para prender Silveira, o ministro Alexandre de Moraes fez uma leitura perigosa do princípio de flagrante. Se o vídeo está no YouTube e pessoas estão constantemente expostas a ele, então o crime é continuado. Como já disse alguém, se isso for verdade, quem tem Twitter, tem medo. Tudo o que já se escreveu na rede e ficou pode ser usado para criar o flagrante. Interpretação à parte, Moraes - e os outros dez ministros do STF que concordaram

Nas redes sociais, quem mais nos deixa indignado, ganha mais atenção e aparece mais

com a decisão de prender o deputado - está certo em se preocupar. Não é mais radical politicamente do que um ataque à democracia. É defender o rompimento do regime, o fim da liberdade, da igualdade de direitos.

Aviolência, afinal, pode começar retórica, pode ser um truque para desluminar o algoritmo e assim conquistar mais curtidas e visitas. Mas ela não fica só aí. A violência retórica ilude eleitores e constrói eleitorado. Nós, os brasileiros, entendemos de ditadura - só na República tivemos três. A de Deodoro e Floriano, a de Vargas e dos generais. Podemos dizer com tranquilidade que não entregamos países melhores. A última nos deixou um legado de analfabetos e hiperinflação que custou à democracia uma década para resolver. Ainda assim, até porque no tempo das fake news até a história é falsificada, tem gente convencida de que ditadura é bom jogo.

A lição que os EUA de Donald Trump nos deixaram é que a violência iniciada no algoritmo tampouco para na conquista de um nicho de eleitorado. Ela vai além, se torna real e invade Parlamentos. O Centro que abra o olho - é como eles também.

* É JORNALISTA

SEB, Luis Carlos Trabuco Capital (proprietário) | TER, Ana Carolina, Pedro Faria, Nelson e Dani (desenho) | JORNALISMO DIGITAL, Edna Lúcia (desenho) | SEB, Edna Lúcia (desenho) | Pedro Dória | SAB, Adriana Fernandes | DOM, José Roberto Mendonça de Barros (grafismo) e Affonso Celso Pastore (designer) | Paulo Leme (31 domingo do mês), Roberto Rodrigues (21 domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)



Perspectiva de volta da inflação nos países ricos é desastrosa para Brasil

Nunca foram tão necessárias reformas que permitam reduzir o peso do endividamento público

Não bastasse o choque da pandemia, desenha-se uma perspectiva desalentadora para o Brasil nos próximos anos, em virtude do cenário global. Não se trata só do avanço do protecionismo que prejudica nossos negócios. O que hoje perturba a cabeça de dez entre dez economistas nos países ricos é a convicção crescente de que a inflação voltará por lá.

Seria uma inversão radical de tendência, já que a última década foi consumida pelo temor oposto, de deflação. Juros negativos se tornaram comuns. Desde 2008, os bancos centrais injetaram trilhões e trilhões nos mercados sem fazer cócegas nos preços. Agora, diversos indicadores sustentam a expectativa de alta inflacionária.

Na Zona do Euro, os preços subiram em janeiro mais que em qualquer outro mês nos últimos cinco anos. A alta do petróleo tem gerado reajustes em série nos combustíveis aqui também. O custo de transportar mercadorias pelo planeta quase triplicou no último ano. O reaquecimento da economia

chinesa, menos afetada pela pandemia, tem aumentado a demanda por vários produtos.

Tudo isso tem contribuído para um debate nos Estados Unidos, dentro do Partido Democrata, sobre a ambição do estímulo fiscal do presidente Joe Biden. De um lado, o economista Paul Krugman defende que o US\$ 1,9 trilhão (quase 9% do PIB), encaminhado por Biden ao Congresso, será mesmo necessário para tirar o país da depressão pandêmica. De outro, o economista Larry Summers vê um risco inflacionário quando a população estiver vacinada, e a poupança represada (em torno de 11% do PIB) começar a se transformar em consumo. Krugman argumenta que é melhor pecar por excesso. A economia precisa reengatar ladeira acima e, se a aceleração for exagerada, não será difícil reduzir a velocidade.

Deixando de lado a discussão acadêmica, é certo que a inflação voltará. No cenário benigno, uma pressão modesta da demanda faz parte da ambição dos BCs para estimular a retomada. A alta mais resiliente, porém, prevista pe-

los analistas e temida por Summers, significa que poderá ser inviável manter as taxas de juro nos patamares irrisórios que vêm sendo praticados desde a crise financeira de 2008. Para o Brasil, qualquer alta nos juros lá fora será nada menos que desastrosa.

Significará, ao mesmo tempo, maior valorização do dólar e mais dificuldade para vender títulos do governo e rolar a dívida pública (e também pressão inflacionária). O descalabro fiscal em que estamos exigirá, para atrair compradores, oferecer ao mercado juros mais altos, com as previsíveis consequências recessivas.

A única forma de mitigar o baque é fazer o possível para aprovar reformas que permitam conter a explosão do endividamento. Mesmo assim, no melhor cenário a dívida crescerá inexoravelmente pelo menos até 2026. Em nenhum momento, as condições externas exigiram tanta maturidade e coragem do Congresso brasileiro para fazer avançar a agenda reformista. E nunca maturidade e coragem estiveram tão em falta entre nossos parlamentares.

Economia



ALINHADO AO MERCOSUL

Governo reduz tarifa de importação de bicicletas

Imposto, hoje de 35%, cai a 30% já em 1º de março e deve cair em 20% em 2022. globo.com/22u5evy



Crise. Para analistas, declaração de Bolsonaro traz cautela para investidores, mostra desgaste com presidente da Petrobras, flerte com populismo fiscal e evidencia desconforto com política de preços

APÓS 4º AUMENTO

BOLSONARO CRITICA REAJUSTE DA PETROBRAS

Presidente diz que 'algo vai acontecer' na estatal e promete zerar imposto do diesel

MANDEL VENTURA,
GUSTAVO MAIA E ERUNO ROSA
escritores @globo.com.br
mvd@uol.com.br

N o dia em que a Petrobras anunciou o quarto aumento no preço da gasolina este ano e o terceiro no do diesel, o presidente Jair Bolsonaro criticou a petroleira em transmissão nas redes sociais e disse que "alguma coisa vai acontecer" na estatal nos próximos dias. Segundo analistas de mercado, a declaração marca um desgaste no relacionamento entre Bolsonaro e o presidente da empresa, Roberto Castello Branco. Além disso, Bolsonaro prometeu zerar por dois meses os impostos federais (PIS e Cofins) sobre o diesel e zerar em caráter permanente os que incidem sobre o gás de cozinha. Ele não

especificou como conseguirá compensar a perda de receita. A partir de hoje, o valor cobrado pela gasolina nas refinarias vai subir 10,2%, para R\$ 2,48. No ano, o combustível acumula alta de 34,7%. Ainda não se sabe quanto do novo reajuste será incorporado ao preço do produto nas bombas, pois outros fatores interferem no valor final ao consumidor, como tributos e lucro das distribuidoras. No caso do diesel, produto cujos aumentos têm sido alvo de queixas pelos caminhoneiros, o valor vai subir 15,1%, para R\$ 2,58 por litro na refinaria. No ano, acumula avanço de 27,7%. A Petrobras ressaltou que os preços praticados e suas variações estão associados ao comportamento do mercado inter-

nacional e à taxa de câmbio. Atualmente, o preço do barril de petróleo se encontra acima de US\$ 60, o maior patamar desde o início de 2020. Ontem, ele fechou a US\$ 63,93. A onda de frio que assola os Estados Unidos vem pressionando as cotações, já que há redução na produção nas refinarias americanas e um aumento no consumo de energia para aquecimento. Para especialistas, a tendência é de alta, para manter a paridade com o mercado internacional, a estatal pode ter de adotar novo aumento adiantado.

'VAI TER CONSEQUÊNCIA'
Bolsonaro disse na transmissão que "não tem quem não ficou chateado com o reajuste". Ele reafirmou que a empresa tem autonomia para definir

os preços dos combustíveis, mas classificou o aumento como "força da curva". — Teve um aumento, no meu entender, e vou criticar, um aumento fora da curva da Petrobras. Dez por cento hoje na gasolina e 15% no diesel. É o quarto reajuste no ano. A brança sempre vem para cima de mim, só que a Petrobras tem autonomia. Em seguida, disse, sem dar detalhes, que algo "vai acontecer" na Petrobras e citou a iniciativa de zerar impostos federais de diesel e gás de cozinha: — Mas eu não posso interferir, e nem iria interferir na Petrobras. Se bem que alguma coisa vai acontecer na Petrobras nos próximos dias, você tem que mudar alguma coisa. Vai acontecer. Bolsonaro fez uma crítica di-

reta ao presidente da estatal: — Você vai em cima da Petrobras e ela fala: "Ópa, não é obrigação minha". Ou como disse o presidente da Petrobras, há poucos dias: "Não tenho nada a ver com caminhoneiro. Eu aumento o preço aqui, não tenho nada a ver com caminhoneiro". Foi o que ele falou, o presidente da Petrobras. Isso vai ter uma consequência, obviamente. Não tenho nada a ver com isso. Em relatório, André Perfeito, economista-chefe da Necton, disse que a declaração traz cautela aos investidores. "O presidente flerta nesse sentido com certo populismo fiscal e faz uma ameaça direta à Petrobras que forçará os investidores para alguma cautela. Não queremos dizer com isso que o Palácio do Planalto

irá fazer algo de fato, mas o episódio revela, mais uma vez, que há grande desconforto com a política de preços da estatal", escreveu. Segundo uma fonte próxima à estatal, quarta e quinta-feira, quando a Petrobras informou ao governo sobre o reajuste, foram "dias tensos" na companhia. Procurada, a Petrobras não quis comentar as declarações de Bolsonaro. De acordo com uma fonte próxima à Petrobras, Castello Branco teria dito que vai "até o limite", porque não pode ir contra seu Conselho de Administração e os acordos feitos com o Cade, órgão regulador da concorrência. — Sempre que os governos tentam interferir na Petrobras, a companhia perde — afirmou Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

IMPACTO DE R\$ 3 BILHÕES
Bolsonaro defendeu zerar impostos federais sobre diesel por dois meses e gás de cozinha em caráter permanente. O presidente tem tentado reduzir os impostos sobre combustíveis para atender demandas de caminhoneiros. Mas para isso é preciso encontrar compensação orçamentária, como exige a Lei de Responsabilidade Fiscal. — Hoje à tarde, reunido com a equipe econômica, tendo à frente o ministro Paulo Guedes, decisão nossa: a partir de 1º de março não haverá mais qualquer tributo federal no gás de cozinha. Ad eternum. Não haverá qualquer tributo federal no gás de cozinha, que está em média R\$ 90 na ponta da linha. E o preço na origem está um pouco abaixo de R\$ 40 — disse. Hoje, o imposto sobre o GLP é de apenas 3%, o que terá impacto fiscal pequeno. Bolsonaro anunciou a redução do imposto sobre o diesel, que hoje é de R\$ 0,35 por litro. Neste caso, nos cálculos de Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos, o impacto em um bimestre chega a R\$ 3 bilhões. — A partir de 1º de março, não haverá qualquer imposto federal no diesel por dois meses. Nesses dois meses vamos estudar uma maneira definitiva de buscar zerar esse imposto no diesel, até para ajudar a contrabalancear esse aumento no meu entender excessivo da Petrobras — afirmou Bolsonaro. O Ministério da Economia disse que ainda não tem as informações sobre o impacto das medidas.

Brasil desiste de disputa na OMC com Canadá por subsídio

Itamaraty justifica fim do contencioso que envolvia concorrência com a Bombardier em razão de mudança no mercado de aviação

ELIANE OLIVEIRA
e não há objeção com a
nota.

Sob a alegação de que o mercado de aviação comercial não é mais o mesmo, o Brasil encerrou uma disputa iniciada em 2017 com o Canadá, na Organização Mundial do Comércio (OMC). A delegação brasileira questionava os maciços subsídios, estimados em mais de US\$ 3 bilhões, concedidos pelos governos canadense e da cidade de Quebec para o lançamento, o desenvolvimento e a produção das aeronaves C-Series pela Bombardier.

Segundo nota divulgada ontem pelo Itamaraty, os subsídios repassados à fabricante de aeronaves distorceram as condições de concorrência no mercado de aviação comercial e causaram sérios prejuízos à indústria brasileira, representada pela Embraer.

NEGOCIAÇÃO MAIS EFETIVA

Mesmo convencido desses argumentos, o governo considera que o contencioso na OMC se mostrou ineficaz para remediar os efeitos da concessão de subvenções em tão larga escala no setor. "Esse setor é hoje funda-

mentalmente distinto daquele existente quando o contencioso foi iniciado", diz um trecho da nota.

De acordo com o governo brasileiro, essa mudança se deu pela retirada da Bombardier do mercado de aviação comercial, em particular com a venda do programa C-Series para a empresa europeia Airbus, que transferiu parte de sua produção final para os Estados Unidos. Isso minimizou as possibilidades de obter solução a partir de contencioso contra o Canadá.

O Itamaraty informou que, com o encerramento do con-



Novo fôco. Bombardier deixou a área de aviação comercial após venda de jatos

tencioso, o Brasil passará a se concentrar, "com renovado ímpeto", nas negociações de disciplinas mais efetivas para o apoio governamental no setor de aviação comercial. Essas normas abrangeriam o lançamento, o desenvolvimento e a produção de aeronaves comerciais e tecnológicas correlatas.

O órgão destacou como exemplo de experiência bem-sucedida o Entendimento Setorial sobre Aviação Civil, no âmbito da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que trata do financiamento à exportação. O acordo permite que os governos negociem regras para que a concorrência nesse setor se dê com base nas qualidades das aeronaves, não nos subsídios recebidos pelos fabricantes

108_Mburiciello_018_3ma Lett_088_Mburiciello_SEK_Rogério Werneck (curvado)_Robo Garibay (curvado)_S88_Casas Góes (curvado)_C. João Pessoa (curvado)_Lira Neto (curvado)_308_Mburiciello

ROGÉRIO FURQUIM WERNECK



oglobo.com.br/economia
economia#FurquimWerneck



Jair, Guedes e Lira

Não falta agora quem queira se convencer de que, com sua nova escalção, o governo passará a funcionar como um relógio suíço. E a verdade é que nem mesmo se sabe para que lado girará o relógio. Para vislumbrar com mais clareza divergências que terão de ser enfrentadas, é preciso perceber que Guedes, o centrão e Bolsonaro acalentam visões muito distintas do que será possível extrair de 2021.

Há 12 meses, Guedes esperava que, na esteira da reforma da Previdência, 2020 fosse o ano do aprofundamento da consolidação

fiscal, em que seriam aprovadas as três PECs que o governo submetera ao Congresso no final de 2019. É bem sabido que nada disso aconteceu. E, pior, entregue ao negacionismo, diante da eclosão da pandemia, o governo acabou levado de roldão por pressões políticas em favor da adoção de medidas de amenização dos desdobramentos socioeconômicos da disseminação da Covid-19. E, tendo em vista a pressa e a improvisação com que foram concebidas, as medidas afinal aprovadas acabaram tendo impacto primário de mais de 8% do PIB nas contas do governo central, no ano passado.

O esforço de consolidação fiscal que agora se faz necessário afigura-se incomparavelmente mais difícil do que parecia em fevereiro do ano passado. É mais que natural, portanto, que o ministro da Economia acalentasse a esperança de transformar 2021 num ano de vigorosa retomada do esforço de consolidação fiscal que teve de ser abandonado em 2020.

No final do ano passado, Guedes contentou-se em ressaltar que a não prorrogação do auxílio emergencial havia sido um sinal importante de compromisso do governo com a responsabilidade fiscal. Comemoração um tanto precipitada. O recrudescimento da pandemia, as novas cepas do vírus e o desalento com o avanço da campa-

nha de vacinação, em um quadro de desemprego ainda muito elevado e perspectiva de recuperação mais lenta da economia, vêm dando força redobrada às pressões políticas em favor da restauração do auxílio emergencial.

O ministro já se viu obrigado a recuar para posição mais conciliatória. Declara-se, agora, até disposto a conceder mais três ou quatro

Com uma série de divergências a enfrentar, Guedes, centrão e Bolsonaro acalentam visão muito distinta do que será possível extrair de 2021

meses de auxílio emergencial se, em contrapartida, o Congresso lhe der condições de levar adiante o esforço de ajuste fiscal que se faz necessário. Quer vincular a concessão de novo auxílio à aprovação de gatilhos de contração de gastos que seriam disparados na medida do agravamento da situação fiscal.

Tendo afinal se apossado da presidência da Câmara, com apoio ostensivo do Planalto, o que espera o centrão de 2021? Que uso pretende dar ao temível poder de barganha com que agora poderá contar nas suas relações com o governo?

O agrupamento parece, de fato, um saco de gatos. A argamassa que lhe dá coesão é a visão comum, que seus integrantes com-

partilham, do que constitui a essência da atividade política: um processo de infundável extração de benesses do Estado para atendimento de interesses especiais. A ascensão de Arthur Lira à presidência da Câmara não caiu do céu. Foi fruto de longa campanha no Congresso. Sobram promessas de campanha a pagar.

É improvável que o centrão não faça pleno uso da posição de força que agora detém para avançar para valer na ordenha do Estado. E se disponha a entregar a Guedes as chaves do acionamento de gatilhos que garantiriam o programa de corte de gastos públicos que o ministro contempla. Não entregará mais do que o estritamente necessário para livrar as autoridades fazendárias e o presidente da República do risco de responsabilização pela expansão fiscal que advirá da restauração do auxílio emergencial. E para manter as contas públicas em seu nível atual de precariedade.

Não será um desfecho que desagradará a Bolsonaro. Tendo solapado o avanço de todos os esforços mais sérios de ajuste fiscal no ano passado, o presidente tem outros planos para o centrão. Proteção contra o impeachment e, na medida do possível, avanço da sua velha pauta conservadora no Congresso. Restaurado o auxílio emergencial, é o que, por ora, o mobiliza.

Auxílio: Congresso prevê votação semana que vem

Guedes e presidentes da Câmara e do Senado dizem que proposta que destrava benefício é prioridade. Beneficiário terá limite de renda familiar por pessoa de R\$ 600. Ministro diz que congelamento de salário de servidor é suficiente para bancar medida

JULIA LINDNER, FERNANDA TRISOTTO, GERALDA DOCA E MANGUEL VENTURA
correspondentes
em Brasília

Na semana em que o Legislativo vive uma crise causada pela prisão do deputado bolsonarista Daniel Silveira (PSL-RJ), a cúpula do governo e do Congresso sinalizou ontem que as negociações para destravar a prorrogação do auxílio emergencial são prioritárias, apesar da turbulência. Após um encontro simbólico, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou que a proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial que abre espaço no Orçamento para os repasses, será votada semana que vem. Nos bastidores, o governo estuda fixar em R\$ 600 por pessoa o limite de renda para os beneficiários da nova fase, mas os detalhes ainda não estão definidos, no momento em que a economia já sente os efeitos do fim da ajuda federal a informais.

Do lado do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e dos ministros Paulo Guedes (Economia) e Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), Pacheco afirmou que a medida deve avançar semana que vem.

—Ficou ajustado hoje (ontem) na reunião de líderes do Senado que, dentre muitos projetos que serão pautados na semana que vem, será pautada a PEC Emergencial. O parecer será apresentado pelo senador Márcio Bittar (MDB-AC) de hoje até segun-

da-feira. Essa aprovação pelo Senado Federal permitirá, através de uma cláusula de emergência de guerra, uma cláusula de calamidade, que se passa ter a brecha necessária para implantar o auxílio emergencial no Brasil —disse o presidente do Senado.

Sem mencionar Silveira, Lira afirmou que a reunião tinha "caráter simbólico" e disse que "outros assuntos são laterais". —As PECs que tramitam no Senado, as que tramitam na Câmara e o auxílio emergencial, além das vacinas e da pandemia (são prioridades). Todos os outros assuntos são laterais —afirmou o parlamentar.

Ele acrescentou: —A nossa democracia é forjada em firmeza de instituições e nós, com isso, damos uma demonstração clara para toda a população de que enfrentaremos os problemas, e eles se acomodam gradativamente com o tempo, mas as pautas que foram traçadas pelo governo federal, pela Câmara e pelo Senado continuarão firmes sem obstáculos, para que suas discussões e aprovações aconteçam o mais rápido possível nas duas casas.

40 MILHÕES DE BENEFICIÁRIOS
Quando for destravado, o auxílio deve ser voltado a trabalhadores informais que não se enquadram no Bolsa Família, com renda familiar por pessoa de R\$ 600. O valor supera o definido na lei que criou o benefício de meio salário mínimo, que seria de R\$ 550 neste ano. Apesar do limite de renda



Foto: Novo encontro entre Lira, Pacheco e Guedes ocorreu após turbulência em torno da prisão de deputado bolsonarista

Q "A nossa democracia é forjada em firmeza de instituições e nós, com isso, damos uma demonstração clara para toda a população de que enfrentaremos os problemas"

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara

mais amplo, a nova rodada do programa terá público mais restrito. A expectativa é que o novo auxílio seja pago a 40 milhões, sendo 20 milhões de pessoas hoje cobertas pelo

Bolsa Família e outros 20 milhões de trabalhadores informais. No ano passado, 6,8 milhões de pessoas foram beneficiadas pelos repasses.

A focalização dos pagamentos previstos para este ano será feita por meio de outros métodos, além da definição do critério de renda. Uma das formas é o cruzamento de informações com vários bancos de dados oficiais para evitar que pessoas que não são consideradas vulneráveis tenham acesso ao benefício.

O valor do auxílio e o número de parcelas ainda não estão definidos. O governo trabalha com cenários de R\$ 200, R\$ 250 e R\$ 300, em três e quatro parcelas. Caso

seja fixado em R\$ 250 em quatro vezes, o impacto seria de R\$ 30 bilhões neste ano.

Reservadamente, o ministro da Economia, Paulo Guedes, avalia que o congelamento do salário dos servidores públicos de União, estados e municípios em vigor neste ano é suficiente como compensação para pagar a nova rodada do auxílio.

Para isso, no entanto, o valor do benefício em 2021 não pode passar de R\$ 250 em quatro parcelas, segundo fontes próximas ao ministro. Esse planejamento não inclui mudanças que o formato do auxílio possa sofrer durante negociações com o Congresso, como aumento do valor.

A proposta deve incluir ainda uma "cláusula de calamidade" permanente, valendo para União, estados e municípios. Essa regra permitiria criar o que Guedes chama de "protocolo de guerra". A intenção é garantir na Constituição que, caso o auxílio dure mais de quatro meses, haja novas medidas de compensação, como o congelamento de salários de servidores por mais dois anos.

CONTENÇÃO DE GASTOS

A equipe econômica negocia incluir na proposta a criação de uma nova figura jurídica, chamada de Estado de Emergência Fiscal. Por meio desse dispositivo, União, estados e municípios poderão acionar medidas de contenção de gastos por dois anos, com o objetivo de recuperar a saúde financeira. É uma medida proposta no fim de 2019 e vai além da pandemia. A proposta original do governo previa mecanismos como redução de salários e jornadas de servidores públicos e suspensão de concursos.

No caso de estados e municípios, vale quando a despesa corrente ultrapassar 95% da receita corrente. Na União, quando houver o descumprimento da regra de ouro (que impede o endividamento para pagar salários e aposentadorias, o que já ocorre desde 2018). Ainda não está decidido, porém, quais medidas de corte de gastos seriam incluídas no novo Estado de Emergência Fiscal. Há um temor de antecipar medidas e elas acabarem ficando de fora da versão final por resistência política.

Com piora da pandemia, estados pedem mais recursos à União

FERNANDA TRISOTTO
correspondente
em Brasília

Diante do recrudescimento da pandemia da Covid-19, o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e DF (Comsefaz) encaminhou carta à União pedindo a liberação de mais recursos para enfrentar a segunda onda.

O pedido foi feito aos minis-

térios da Economia e da Saúde, por causa da necessidade de mais investimentos em leitos hospitalares de diversas complexidades. Em reunião na quarta-feira entre governadores e o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, foi citada a possibilidade de mudança no método de custeio dos leitos de UTI para Covid para um modelo pós-pago.

O Comsefaz não estimou qual seria o total de recursos pedidos à União.

Segundo o Tesouro Nacional, o governo federal repassou em 2020 R\$ 78,25 bilhões a estados e municípios para ajudar no combate à pandemia. O valor não inclui medidas de suspensão de pagamento de dívidas, que completaram um pacote de socorro de

mais de R\$ 120 bilhões aprovado pelo Congresso.

O texto destaca que a pandemia não cessou, e o ano deverá ser marcado pela coexistência de várias ondas da Covid "ocorrendo de maneira assimétrica em diversas regiões do Brasil".

De acordo com o Comsefaz, para cada leito de UTI são necessários de 1 a 1,5 leito de enfermaria, cujo custeio depen-

de do uso dos "tetos de média e alta complexidade". Os aportes já recebidos no fim de 2020 pelos estados não são suficientes para financiar a rede.

Ao todo, 25 secretários estaduais assinam a carta. Em nota, o Ministério da Saúde disse que a pasta pediu R\$ 5,2 bilhões para custeio de leitos de UTI para o tratamento de Covid-19. A solicitação foi reduzi-

da para R\$ 2,8 bilhões entre janeiro e março, "negociáveis, caso haja necessidade e demandas dos estados", afirmou o órgão, que ainda disse que a aprovação do Orçamento prevista para março deve liberar recursos suficientes para o combate à pandemia. O Ministério da Economia disse que a carta não chegou. Mas afirma que, para viabilizar recursos orçamentários, é necessário encaminhamento de solicitação detalhando valores e finalidade dos recursos.

STF: teles não têm de pagar por uso de áreas públicas

Corte decide por 10 votos a 1 que empresas devem contar com gratuidade na instalação de infraestrutura de telecomunicações

MANGUEL VENTURA
correspondente
em Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem, por dez votos a um, manter a gratuidade do uso de espaços

públicos, incluindo rodovias, para a instalação de infraestrutura por empresas de telecomunicações.

Os ministros entenderam que a isenção, prevista desde 2015 pela Lei Geral das Antenas,

é constitucional e pode ser definida por legislação federal. Além disso, eles avaliaram que a gratuidade é um fator importante para a universalização dos serviços de internet e telefonia no Brasil.

Ação contra a gratuidade foi apresentada pelo procurador-geral da República (PGR), Augusto Aras. Os ministros seguiram entendimento do relator do caso, ministro Gilmar Mendes, de

que "o legislador federal, para garantir a universalização e a prestação eficiente dos serviços de telecomunicações, poderia impedir a cobrança de preço público pelo uso das faixas de domínio de rodovias".

As teles dizem que a regra da gratuidade poupou nos últimos anos R\$ 4 bilhões.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) afirmou que derrubar a gratuidade poderia trazer "impactos econômicos negativos" no setor "afetando a competição que beneficia, em última instância, o consumidor". O órgão cita ainda a chegada de 5G ao país, cujo leilão deve ser realizado neste ano.

‘Abismo fiscal’ vai corroer renda neste ano

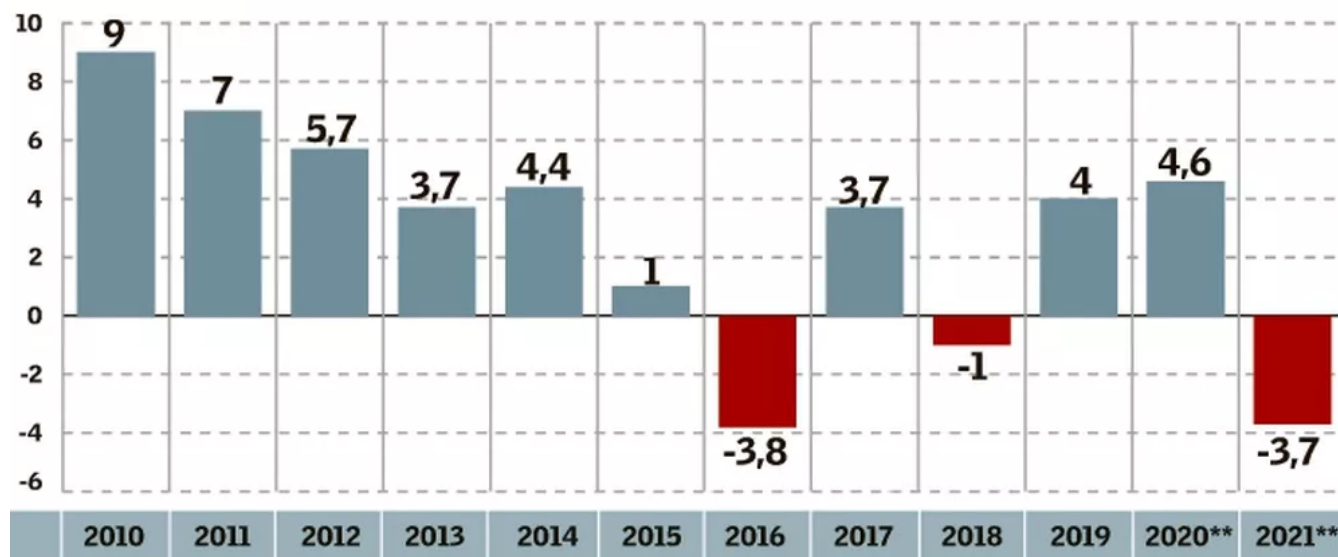
Mesmo com volta de auxílio, economistas preveem queda de até 6,6% na massa de rendimentos

Por **Arícia Martins** — De São Paulo

19/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

"Abismo fiscal" gera perda de renda

Desempenho ano a ano da massa de renda total do Brasil - Em %*



Fonte: IBGE, Tendências | *em R\$ trilhões, a preços de agosto de 2020, deflacionado pelo IPCA |
 **estimativas da Tendências para o período

A elevada dose de estímulos concedida pelo governo levou a renda dos brasileiros a crescer em 2020, apesar do maior desemprego e da queda do nível de atividade, mas o “abismo fiscal” terá efeito contrário este ano.

Mesmo incluindo a provável volta do auxílio emergencial com valor e duração menores em suas estimativas, economistas ouvidos pelo **Valor** esperam que a massa de rendimentos ampliada tenha retração em 2021. O desempenho negativo da renda disponível deve moderar o ritmo da retomada do consumo, que responde por pouco mais de 60% do Produto Interno Bruto (PIB), avaliam especialistas.

Num cálculo que soma, além da renda dos trabalhadores, as transferências de renda do governo, como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), benefícios previdenciários e o próprio auxílio, bancos e consultorias trabalham com recuo de 3,7% a 6,6% para a massa real de rendimentos dos brasileiros na média deste ano. E, em alguns cenários, a expectativa negativa já inclui a reedição do “coronavoucher”.

É o caso do Santander, que, devido ao agravamento da pandemia, passou a considerar em seu cenário-base R\$ 25 bilhões em gastos sociais neste ano, concedidos por quatro meses a 30 milhões de pessoas não atendidas pelo Bolsa Família. Mesmo assim, o economista Lucas Maynard estima que a massa de renda ampliada vai diminuir 6,6% em 2021, após expansão estimada em 3,1% no ano passado.

“A queda está contratada devido aos níveis muito altos de transferências em 2020”, afirma. Quando o auxílio foi introduzido no ano passado, o plano original era que o benefício durasse três meses, com custo total abaixo de R\$ 100 bilhões aos cofres públicos. Após sucessivas extensões, esse gasto ficou em R\$ 293 bilhões, ou 4% do PIB.

Sem o auxílio, a massa de renda ampliada teria caído 6,3% em 2020, aponta Maynard. O impulso dado pelas transferências mais do que compensou o recuo cíclico da renda no período, destaca o economista, que relaciona a queda prevista para a renda este ano ao “efeito rebote” da diminuição dos benefícios. “Esperamos que o mercado de trabalho reaja gradualmente do segundo semestre para frente, o que vai ajudar a renda dos trabalhadores a se recuperar.”

No primeiro trimestre, porém, o Santander prevê que a massa salarial real deve recuar R\$ 66 bilhões ante o quarto trimestre de 2020, o que reforça a perspectiva de ligeira retração do PIB no começo do ano. “Um mercado de trabalho enfraquecido, a

segunda onda de contaminações e o fim do auxílio emergencial elevam a pressão política por um programa temporário e focalizado de transferências governamentais para trabalhadores informais de baixa renda”, diz a equipe econômica do banco em sua última revisão de cenário.

Lucas Assis, economista da Tendências Consultoria , avalia que a volta do auxílio em valor menor é “bastante provável”. Por isso, apesar de ter excluído de seu cenário a possibilidade de uma pequena ampliação do Bolsa Família, Assis manteve a estimativa de que a massa de renda total terá redução de 3,7% este ano. “Com o enxugamento das políticas sociais compensatórias e uma perspectiva de recuperação apenas moderada do mercado de trabalho neste ano, os domicílios brasileiros devem sofrer a maior queda na renda desde a crise político-econômica de 2015 e 2016”, aponta o economista em artigo para clientes.

A LCA Consultores não considera o retorno do auxílio na projeção de recuo de 3,8% para a massa de renda ampliada em 2021, mas tem dois cenários alternativos em que a renda disponível cairia mesmo com a volta do benefício em valor menor por três meses. Assumindo como hipótese um auxílio de R\$ 300, a massa ampliada diminuiria 2,2% no ano, calcula o economista Cosmo Donato. Já com o valor de R\$ 200, a queda seria de 2,7%.

Mesmo levando em conta que o mercado de trabalho demora a responder às mudanças no ciclo econômico, “não é nada comum” a massa de renda crescer quando o nível de atividade cai, observa Donato, lembrando que, na estimativa da LCA, o PIB diminuiu 4,3% em 2020. “A quantidade de auxílio em 2020 foi desproporcional”, afirma o economista, para quem a saída dos estímulos impõe ritmo mais lento para a retomada do consumo das famílias neste ano.

Após retração esperada de 4,5% no ano passado, a LCA estima que o consumo vai crescer 3% em 2021, um pouco menos que a alta prevista para o PIB, de 3,2%. “Já houve uma grande contração das vendas no varejo em dezembro. Não é possível atribuir toda a queda a esse fator, mas a perspectiva de fim do auxílio teve uma influência bastante relevante”, afirma Donato.

Para Tiago Tristão, economista da Genial Investimentos, o uso da poupança “precaucional” formada durante a pandemia e a maior geração de empregos vão sustentar o consumo, que deve crescer 4,5% em 2021. Ele pondera, no entanto, que mesmo com essa alta, a demanda das famílias não vai recuperar o nível pré-pandemia. Já a massa de renda ampliada deve recuar entre 4% e 4,5% em 2021, mesmo considerando que a renda proveniente do trabalho terá crescimento, estima Tristão.

“O governo transferiu R\$ 290 bilhões ano passado. Foi o maior programa de transferência de renda da história, que equivaleu a nove Bolsas Família a preços de hoje. Superar esse efeito na massa de rendimentos vai ser difícil”, afirma o economista, para quem, o auxílio, se voltar este ano, será muito menor do que em 2020.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Ei psiu, me leve pra casa, promoção de frete grátis rolando.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Tchau mau hálito - até 60% de desconto

HALIPURE

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula para calvície que cria mais de 14 mil novos fios de cabelo

FOLICAPS

LINK PATROCINADO

Exterminador de mosquitos surpreende moradores de Salvador

MOSKITO KILLER

Bolsonaro critica presidente da Petrobras por reajustes de preços

Presidente disse ainda que vai zerar imposto federal para diesel e gás de cozinha

Por **Matheus Schuch, Lu Aiko Otta e Lucas Hirata** — De Brasília e São Paulo

19/02/2021 05h00 · Atualizado há 28 minutos

Bolsonaro criticou o presidente da Petrobras em live realizada na noite de ontem: “Alguma coisa vai acontecer na Petrobras nos próximos dias” — Foto: Reprodução/Youtube

Irritado com um novo aumento no preço dos combustíveis pela Petrobras, o presidente Jair Bolsonaro criticou o presidente da companhia, Roberto Castello Branco, e disse que, embora não possa e “nem iria interferir” na empresa, “alguma coisa vai acontecer na Petrobras nos próximos dias”. Ele também anunciou que, a partir de 1 de março, o governo irá zerar os impostos federais incidentes no diesel e

no gás de cozinha. Nas últimas semanas, a estatal anunciou aumentos de 15,2% para o diesel e de 10,2% para a gasolina.

Bolsonaro criticou a atuação da Receita Federal e da Agência Nacional do Petróleo, dizendo que "ninguém dá bola para nada", e abordou na sequência o caso da estatal. "Você vai em cima da Petrobras e ela fala: 'Opa, não é obrigação minha'. Ou como disse o presidente da Petrobras há poucos dias: 'Eu não tenho nada a ver com caminhoneiro. Eu aumento o preço aqui e não tenho nada a ver com caminhoneiro'. Foi o que ele falou, o presidente da Petrobras. Isso vai ter uma consequência, obviamente", afirmou, em transmissão nas redes sociais, chamando o reajuste de "excessivo" e "fora da curva".

No caso do diesel, a suspensão de imposto federal valerá por dois meses. Segundo Bolsonaro, a perda de receita anual seria de R\$ 26,9 bilhões. Já o ministro Guedes estimou em menos R\$ 20,1 bilhões. Se for por dois meses seria de R\$ 3 bilhões. Do gás, a tributação será zerada "ad aeternum", segundo o presidente.

Nos últimos dias, resistente em aceitar as alternativas da equipe econômica para compensar a perda de arrecadação, Bolsonaro chegou a sugerir que houvesse exceção nas exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em momentos de calamidade para permitir a redução de impostos sem que se aponte outra fonte de receita. Na "live" de ontem, porém, ele não voltou no assunto.

"Neste período, vamos estudar maneira definitiva de zerar este imposto [PIS/Cofins do diesel]", explicou o presidente. "Isso vai contrabalancear este aumento excessivo da Petrobras, mas eu não posso interferir, nem iria interferir [na estatal]. Se bem que alguma coisa vai acontecer na Petrobras nos próximos dias. Você tem que mudar alguma coisa, vai acontecer", complementou.

A decisão foi tomada em reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, durante a tarde. Ainda de acordo com o presidente, o reajuste anunciado pela estatal - de 10% sobre gasolina e 15% no diesel - segue os preços internacionais e não depende dele. "A bronca vem sempre para cima de mim, só que a Petrobras tem autonomia. Petrobras tem garantia e autonomia para aumentar os combustíveis", reclamou.

O presidente também defendeu que a solução definitiva sobre o preço dos combustíveis dependerá da análise do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) sobre o ICMS, que é cobrado pelos Estados. Um projeto enviado pelo Planalto ao Congresso prevê revisão do imposto. "O Confaz vai decidir [sobre tributação de combustíveis nos Estados], acho que poderia dizer um valor máximo para o ICMS. Parece que quanto mais pobre é o Estado maior é o imposto de combustíveis."

Preocupado em dar uma satisfação aos caminhoneiros, Bolsonaro levou em sua transmissão o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, principal interlocutor do governo com a categoria. O ministro garantiu que sua pasta estuda uma série de medidas para tornar "mais fácil" o trabalho dos motoristas.

"Nós temos o próprio estudo da questão do combustível em si, que está sendo levado em consideração, então tem algumas alternativas para amortecer essa volatilidade que vem do mercado externo. Então nós estamos trabalhando todas as possibilidades para tornar o custo do transporte menor, e a vida do nosso profissional do volante, sobretudo, mais fácil."

As declarações de Bolsonaro e do ministro da Infraestrutura ocorreram pouco tempo depois de a Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores (Abrava) criticar os reajustes. "O que nos faz questionar onde está a palavra do governo federal que na pessoa do presidente da República sinalizou a diminuição dos impostos federais dos combustíveis e vamos para o quarto aumento consecutivo em menos de trinta dias se mantendo inerte e nada fez de concreto até o presente momento", disse nota o presidente da entidade, Wallace Landim.

Na nota, ele lembra que a associação solicitou a Guedes a redução a zero dos tributos federais sobre combustíveis no dia 26 de janeiro. O pedido teve por base o desafio lançado por Bolsonaro, de zerar a tributação se os governadores fizessem o mesmo. "Precisamos que o presidente da República dê a devida atenção a esta questão, com medidas efetivas e não apenas promessas vazias e sem nenhum cumprimento, afinal a nação está sofrendo as consequências das frequentes altas no preço do combustível", aponta o documento, divulgado antes da transmissão de Bolsonaro nas redes sociais.

Para Marcelo Mesquita, sócio-fundador da Leblon Equities e conselheiro eleito pelos minoritários na Petrobras, é o “fim da picada” ver essa discussão pública com “frases enigmáticas que só geram volatilidade e tensão no mercado, e aumentam o risco Brasil e o dólar”.

Ele explica que hoje existem restrições a tentativas de interferência política na estatal, mas esse tipo de ruído pesa em toda a gestão pública das estatais listadas em bolsa.

“Não adianta se eleger e dizer que vai fazer diferente do PT, mas fazer tudo igual. Isso é estelionato eleitoral”, afirma o profissional. Para ele, esse tipo de debate relembra interferências políticas na Petrobras em gestões anteriores, algo que trava o desenvolvimento do país. “Não conseguimos avançar se discutimos os mesmos temas depois de ter aprendido lições do passado. É o fim da picada ver essa discussão pública”, diz.

Para o executivo, a declaração de Bolsonaro é “enigmática e desnecessária”, já que o presidente deveria estar tentando reduzir impostos e diminuir o tamanho do Estado. “São comentários que dificultam a gestão da política econômica, da Petrobras e de todas as estatais”, diz. “Uma pessoa que tem poder não pode ficar vociferando coisas assim. As declarações geram volatilidade, geram dificuldade para o ambiente de negócios no país. E são só comentários, não temos fatos”, explica. “Todas as commodities estão caras no Brasil e não é só o câmbio. Os impostos são muito altos. Precisamos de uma reforma administrativa e tributária urgente para reduzir o custo do Estado e aumentar a eficiência do país”, diz. “Não é no grito que vamos arrumar o país. A interferência na Petrobras não vai acontecer de novo. Temos investidores atentos aqui no Brasil, em Nova York e no mundo todo de olhos abertos. E temos os reguladores também bem atentos SEC, DoJ, CVM, TCU, MP, Cade, ANP etc.”, diz.

“Mesmo que o presidente troque as pessoas, o CEO etc., a lei é a lei e não será fácil achar pessoas ilibadas e qualificadas dispostas a fazer um papel errado na empresa. As instituições são mais fortes do que as pessoas e a empresa vai resistir com a lei a qualquer interferência, se houver. Até hoje felizmente ainda não houve interferência, apenas toda esta gritaria incompreensível”. Em outros momentos da live de ontem, Bolsonaro ainda rebateu comentários de internautas sobre mais assuntos, mas

evitou comentar a situação do deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ), seu apoiador, que foi preso por determinação do Supremo Tribunal Federal no âmbito do processo dos atos antidemocráticos. **(Colaboraram Edna Simão, Fabio Graner, de Brasília)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Ei psiu, me leve pra casa, promoção de frete grátis rolando.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Acesse showroommercedes-benz.com.br

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Tchau mau hálito - até 60% de desconto

HALIPURE

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Fio dental ficou no passado depois dessa invenção!

IRRIGADOR DENTAL POWERJET

LINK PATROCINADO

Exterminador de mosquitos surpreende moradores de Salvador

MOSKITO KILLER

por taboola

Conteúdo Publicitário

[Valor Investe](#)

Bolsonaro vai 'tomar pau' com ou sem auxílios, diz Mourão

[Valor Investe](#)

Eike Batista é condenado a 11 anos e 8 meses de prisão por crime contra o mercado financeiro

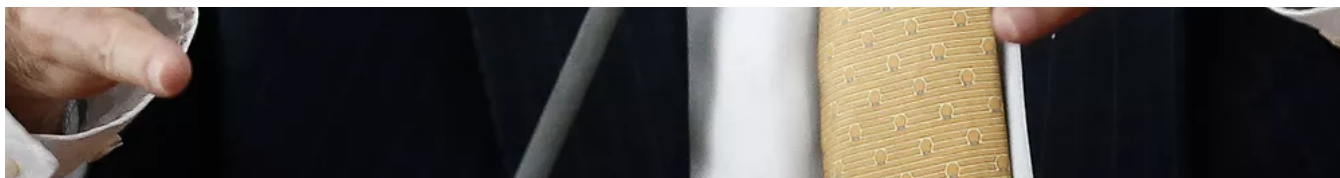
Brasil discute reduzir em 20% tarifas adotadas no Mercosul

Guedes e Itamaraty buscam 'mínimo denominador comum' com a Argentina para cortar TEC

Por Daniel Rittner — De Brasília

19/02/2021 05h00 · Atualizado há uma hora





Paulo Guedes: corte é visto como o “possível e viável” de fazer sem esbarrar no lobby protecionista de parte da indústria — Foto: Pablo Jacob/Agência O Globo

Depois de uma tentativa frustrada em 2019, quando o Brasil apresentou aos sócios do Mercosul uma proposta preliminar para reduzir a Tarifa Externa Comum (TEC) praticamente pela metade, a equipe econômica recolocou o assunto em sua lista de prioridades. Agora estuda-se um corte linear - válido para todos os setores - de cerca de 20% das alíquotas de importação atuais.

Pressionado por economistas que lhe cobram a implementação da agenda liberal prometida na campanha, o ministro Paulo Guedes quer dar novo gás às discussões de abertura comercial. Ele acredita que há uma nova janela de oportunidade para levar essa pauta adiante, após as vitórias do deputado Arthur Lira (PP-AL) e do senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) nas eleições do Congresso Nacional. O movimento tem sido chamado internamente, no ministério, de agenda “reloaded” de reformas econômicas.

No caso da redução da TEC, mesmo sem a necessidade de qualquer trâmite legislativo, Guedes considera fundamental avançar até o fim de 2021, evitando um ano eleitoral e a previsível resistência de setores mais protecionistas da indústria. Esse calendário coincide com a nova presidência rotativa do Brasil no Mercosul, que vai comandar o bloco no segundo semestre.

Em encontro com representantes da Coalizão Indústria, na sexta-feira pré-Carnaval, o ministro começou a preparar os espíritos do setor privado e comunicou a intenção de reduzir as tarifas de importação do Mercosul em 20%.

Ele disse que esse corte aumentará a competitividade brasileira, ao baratear insumos usados nos processos produtivos, e ajudará no combate à inflação. No fim da reunião, fez um apelo aos participantes para que as informações não fossem vazadas à imprensa.

O patamar de 20% para a redução da TEC não é aleatório. Pouco antes das últimas eleições argentinas, o governo brasileiro fez um exercício preliminar de corte das tarifas. A ambição da equipe econômica, à época, era bem maior.

Ela colocou na mesa uma ideia de levar a alíquota média para produtos industriais dos atuais 13,6% para 6,4%. Justificava-se que, assim, o Mercosul estaria mais alinhado às tarifas praticadas por países em nível parecido de desenvolvimento no mundo.

Com a derrota nas urnas do então presidente Mauricio Macri, o assunto esfriou. O governo Alberto Fernández pediu tempo para fazer suas análises. As conversas nunca sumiram das reuniões do Mercosul, mas o tema da revisão da TEC passou a constar de forma quase burocrática dos comunicados do bloco. Até que, diante da insistência das autoridades brasileiras em avançar na discussão, os argentinos teriam dado sinais de que o tema pode ser destravado.

Segundo duas autoridades em Brasília diretamente envolvidas nas discussões, a Argentina fez um “exercício preliminar” de corte de 20% nas tarifas - mas não linearmente e protegendo setores com maior sensibilidade.

Ontem à noite, depois que a notícia foi veiculada no **Valor PRO**, serviço de informação em tempo real do **Valor**, um porta-voz do chanceler Felipe Solá afirmou que a Argentina participa das discussões técnicas no âmbito do Mercosul, mas não fez proposta específica sobre o corte da TEC e não haveria um número preliminar para essa possível redução. As fontes brasileiras, questionadas novamente, reiteraram que a redução de 20% foi trazida à mesa pelo país vizinho.

Isso significaria, grosso modo, diminuir as alíquotas praticadas no bloco para algo em torno de 11%. Não é o que, a princípio, desejava a equipe econômica. Essa redução, no entanto, hoje é vista em Brasília como o “possível e viável” de fazer sem esbarrar no lobby protecionista de parte da indústria. Uma tentativa de encontrar um “mínimo denominador comum” com a Argentina, além de Uruguai e Paraguai, viabilizando a revisão da TEC. Os prazos de implementação da queda, bem como se haveria uma única rodada ou se seria faseada, não foram discutidos.

O Brasil prefere um corte linear - e não com percentuais diferentes por cada setor ou subsetor - partindo de um pressuposto: impedir que pressões de entidades mais bem organizadas barrem a queda de tarifas para esse ou aquele produto específico, abrindo guerra entre potenciais vencedores e perdedores.

Embora a TEC esteja em 14%, na média, vários produtos e setores praticam alíquotas maiores. São os casos de automóveis (35%), calçados (35%), têxteis e vestuário (30% a 35%), vinhos (27%), máquinas e equipamentos (até 16%).

Além das críticas recebidas por seus colegas economistas, de que o Brasil não avançou na prometida abertura, outro fato incomoda Guedes. O acordo de livre-comércio Mercosul-União Europeia, fechado em 2019, parou. Diante da alta do desmatamento na Amazônia, vários países da UE se posicionaram publicamente contra a assinatura e a ratificação do tratado, postergando o início da redução de tarifas que começaria quando o tratado fosse implementado.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Ei psiu, me leve pra casa, promoção de frete grátis rolando.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Mitsubishi Pajero Sport - A New Legend

MITSUBISHI MOTORS

LINK PATROCINADO

Tchau mau hálito - até 60% de desconto

HALIPURE

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

IBGE confirma Censo 2021, mas orçamento preocupa

Pesquisa vai custar R\$ 2 bilhões, R\$ 300 milhões a menos do que havia sido previsto inicialmente

Por **Lucianne Carneiro** — Do Rio

19/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) deu início ontem ao concurso para 204 mil vagas temporárias para o Censo 2021 - com a publicação dos editais para recenseadores e agentes censitários -, confirmando a realização do recenseamento este ano, após o adiamento em 2020 em função da pandemia. O processo será feito com todos os protocolos de segurança, reforçam seus técnicos, para permitir a realização da pesquisa mais importante para retratar o Brasil sem riscos tanto para as equipes de trabalho quanto para os brasileiros que receberão os recenseadores em suas casas.

O IBGE confirmou, no entanto, que o custo da pesquisa será de R\$ 2 bilhões - como previsto no Orçamento enviado pelo governo ao Congresso no ano passado e que ainda precisa ser aprovado -, o que significa redução de R\$ 300 milhões frente aos R\$ 2,3 bilhões planejados em março do ano passado, antes da decisão de adiar o recenseamento. Esta é a segunda vez que ocorre recuo no valor, que era de R\$ 3,4 bilhões em 2019, mas foi reduzido após restrições orçamentárias do governo federal.

O coordenador de Recursos Humanos do IBGE, Bruno Malheiros, e o diretor-adjunto de pesquisas, Cimar Azeredo, reforçaram que as revisões do orçamento do Censo 2021 não comprometem a qualidade da pesquisa, mas especialistas e a Executiva Nacional do Sindicato Nacional dos Trabalhadores do IBGE (ASSIBGE) veem com

preocupação mais uma redução no valor destinado ao censo, especialmente em função do contexto da pandemia, que exigiria investimentos maiores, tanto em equipamentos de segurança quanto em campanhas de comunicação para convencer os brasileiros da importância de receber os recenseadores em suas casas.

“Não acredito que haja segurança para realizar o censo de forma adequada com esse orçamento. Acho muito pouco provável que a qualidade seja preservada. No ambiente complexo da pandemia, os custos aumentam e essa deficiência orçamentária se exacerba”, afirma o professor titular aposentado de Economia Social e do Trabalho da Unicamp e ex-membro do Conselho Consultivo do Censo 2020, Claudio Dedecca.

Ex-presidente do IBGE, Roberto Olinto também vê com preocupação a questão do orçamento. “Em qualquer pesquisa estatística, o risco é maior quando se reduz o orçamento, há mais chances de ocorrerem problemas. E é preciso estar atento para enfrentar estas situações. Com uma pandemia, a dificuldade aumenta, inclusive a disposição de as pessoas receberem os recenseadores. É preciso muito planejamento”, diz ele.

Na avaliação da diretora da Executiva Nacional do ASSIBGE Dione Oliveira, a nova redução do orçamento, neste contexto de pandemia, torna a realização do Censo 2021 ainda mais sujeita a problemas. Ela lembra, por exemplo, que é preciso investir em divulgação para mostrar as medidas de segurança do IBGE e tornar os brasileiros mais seguros para participar do recenseamento. “É preciso massificar a divulgação, mas como fazer isso com um orçamento ainda menor?”, questiona.

Para além da discussão sobre o orçamento, especialistas alertam ainda para a difícil decisão sobre realizar ou não o Censo em 2021. A pandemia amplia a complexidade de uma pesquisa do porte do censo, com informações sociodemográficas exclusivas para a população de cada município do país, ao visitar 71 milhões de domicílios. Ao mesmo tempo, reforça a importância de retratar o país neste momento. Por outro lado, adiar para 2022 compromete a periodicidade de uma pesquisa que é realizada a cada dez anos e as comparações, já que se distanciará ainda mais do ano original, que era 2020.

Olinto defende que a decisão deveria ter sido mais discutida com especialistas de fora do instituto e com usuários da pesquisa. Ele reconhece que a questão não é fácil e não há uma resposta clara, mas diz que a redução do orçamento e a pandemia aumentam ainda mais os riscos para a realização do censo, o que indicaria uma decisão compartilhada com outros pesquisadores.

Dione Oliveira também defende mais transparência para as decisões sobre o censo, mas aponta que a Executiva Nacional do ASSIBGE ainda não tem posição colegiada sobre qual seria a melhor estratégia: realizar o censo em 2021 ou adiar para 2022. Na próxima semana, será realizada uma reunião para decidir o tema.

Já Claudio Dedecca defende de forma incisiva a realização do censo em 2021 - embora com um orçamento maior. Para ele, é importante evitar novo adiamento, que acarretaria diferença ainda maior em relação ao censo de 2010. "Fazendo a coleta em 2022, só teríamos os dados em 2023. Minha posição é que o censo deve ser feito mesmo em 2021, mas obviamente com todos os cuidados sanitários necessários neste momento", aponta.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Ei psiu, me leve pra casa, promoção de frete grátis rolando.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Concorra a R\$ 1 milhão para alavancar seu projeto!

FEBRABAN

LINK PATROCINADO

Cuidar do seu dinheiro nunca foi tão fácil

NUBANK

LINK PATROCINADO

Acesse showroommercedes-benz.com.br

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Tchau mau hálito - até 60% de desconto

HALIPURE



Por Naercio Menezes Filho

É professor titular da Cátedra Ruth Cardoso no Insper e prof... [ver mais](#)

O fundo do poço?

Programas temporários de redução de pobreza valem a pena para as finanças públicas

19/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Como o auxílio emergencial acabou e a pandemia ainda está a pleno vapor, o governo e o Congresso estão planejando um novo programa de transferências de renda. Como deveria ser esse novo programa? Quem deveria ser o novo público-alvo? Será que ele conseguirá evitar que cheguemos ao fundo do poço?

A situação econômica, a sanitária e a social parecem piorar a cada dia. O número de óbitos permanece num patamar acima de 1000 mortes por dia e a situação começa a sair do controle em algumas cidades. Nesta semana, Bahia e Ceará decretaram toques de recolher para tentar conter a expansão da doença. O processo de vacinação, bastante lento, terá que ser suspenso nos próximos dias por falta de vacinas, já que o governo não se preocupou em contratá-las em quantidade suficiente no ano passado. E o próprio processo de vacinação está sendo muito confuso, com grupos de risco dando lugar a jovens ocupados em qualquer área remotamente ligada à saúde.

Programas temporários de redução de pobreza têm efeitos importantes e valem a pena para as finanças públicas

As escolas tentam reabrir, mas novos casos de vírus as obrigam a fechar novamente. As crianças e jovens estão aprendendo muito pouco na maioria das cidades, desenvolvendo problemas de saúde mental e, em muitos casos, sofrendo com a violência doméstica. O seu futuro será permanentemente prejudicado pela falta de aprendizado e problemas psicológicos. É necessário que as redes persistiam com os planos de retorno às aulas, mas sem contar com o apoio do governo federal para organizar as medidas de prevenção nas escolas, há muito pouco o que as redes municipais possam fazer.

Muitos jovens pobres que acabaram de sair do ensino médio (sem terem aprendido o conteúdo do terceiro ano) só conseguem emprego em empresas de entrega por aplicativo, supermercados ou construção civil, o que limita sua experiência profissional. Isso vai fazer com que tenham salários mais baixos ao longo da vida e não se realizem profissionalmente, empurrando muitos para uma carreira na criminalidade. E essa carreira deverá ter sua letalidade aumentada pelos decretos de liberação de armas que estão sendo editados.

A pobreza, que havia diminuído bastante com o auxílio emergencial, está aumentando novamente. Com a normalização da vida nas cidades que ocorria no final do ano passado, a pobreza estava aumentando menos do que o esperado, convergindo para uma taxa um pouco acima da observada antes da crise. Entretanto, a segunda onda e os toques de recolher irão fazer com que os negócios fechem e as pessoas deixem de circular novamente, o que fará com que a pobreza acelere rapidamente. Isso, por sua vez, fará com que as pessoas saiam às ruas para obter renda, desafiando os toques de recolher, o que poderá aumentar o contágio nas grandes cidades, especialmente com as novas variantes do vírus que estão se disseminando pelo país.

As desigualdades na educação, na saúde e no mercado de trabalho aumentarão de forma permanente na geração que está crescendo nessa crise, pois todos esses fatores afetam mais fortemente as camadas mais pobres da população. Nesse contexto, não há dúvidas de que é necessário desenhar e implementar rapidamente um novo programa de auxílio emergencial. E podemos aproveitar a experiência com o auxílio anterior, que teve muitos aspectos positivos e alguns negativos, para melhorar o desenho do novo programa.

Pelo lado positivo, tivemos a velocidade com que o programa foi desenhado e implementado e também os seus efeitos sobre a pobreza e desigualdade, que caíram a níveis nunca vistos no Brasil. Já o principal erro foi a falta de focalização, pois praticamente metade das famílias brasileiras receberam as transferências, bem mais do que o necessário para atenuar os efeitos da crise no emprego e para diminuir a pobreza e a desigualdade.

O auxílio emergencial almejava proteger as pessoas que perderam emprego por causa da pandemia, mas acabou beneficiando muito mais gente. Muitas pessoas que não eram pobres nem perderam seus empregos receberam as transferências, pois os limites de renda para inclusão no programa eram muito altos. Além disso, os que já eram pobres antes da pandemia também se beneficiaram, mesmo quem não tinha emprego antes da crise. Mas, se foi errado transferir recursos para quem não era e não ficou pobre, o programa acertou ao conceder o benefício para todos os que já eram pobres antes da crise, por vários motivos.

Em primeiro lugar, porque as mulheres que estavam gestando seus filhos nesse período puderam ter uma gravidez menos sofrida, o que melhorará o futuro dos bebês em termos educacionais e de mercado de trabalho. E o mesmo ocorre com as que tinham filhos pequenos, pois puderam lhes dar alimentação adequada e interagir com eles de forma mais sadia. Mais ainda, os recursos fizeram com que os pais pudessem ficar em casa durante a pandemia, diminuindo suas chances de contaminação. E permitiram que eles ajudassem seus filhos nas tarefas escolares à distância, principalmente os que estavam em processo de alfabetização. As evidências mostram que tudo isso tem um retorno elevado para o governo e para a sociedade no longo prazo, bem maior do que os custos das transferências para os menos privilegiados.

Além disso, muitos usaram o dinheiro para comprar ativos que geram rendimento no presente e no futuro, como uma bicicleta para fazer entregas, por exemplo. Vários estudos mostram que transferências de recursos concentradas no tempo podem facilitar a saída da pobreza de forma permanente. Finalmente, o grande volume transferido teve impacto significativo no consumo, atenuando os efeitos de uma recessão que teria sido bem maior e, portanto, aumentando o emprego e a arrecadação de impostos.

Para o novo auxílio, o governo deveria focar na expansão do programa Bolsa Família, tanto em termos de valores como em número de beneficiados. O valor transferido para cada família deveria dobrar e as famílias com crianças deveriam receber um valor ainda maior. O aplicativo desenvolvido para a inscrição no auxílio emergencial deveria ser utilizado para alcançar todos os que perderam emprego por causa da pandemia e se tornaram pobres.

Em suma, programas temporários de redução de pobreza têm efeitos importantes no longo prazo e valem a pena para as finanças públicas. E o novo programa de transferências terá que ser aprovado com urgência, caso contrário atingiremos o fundo do poço nas próximas semanas.

Naercio Menezes Filho é professor titular da Cátedra Ruth Cardoso no Insper, professor associado da FEA-USP e membro da Academia Brasileira de Ciências, escreve mensalmente às sextas-feiras. naercioamf@insper.edu.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Ei psiu, me leve pra casa, promoção de frete grátis rolando.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Acesse showroommercedes-benz.com.br

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Tchau mau hálito - até 60% de desconto

HALIPURE

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula para calvície que cria mais de 14 mil novos fios de cabelo

FOLICAPS

LINK PATROCINADO

Exterminador de mosquitos surpreende moradores de Salvador

PEC emergencial entra na pauta do Senado para viabilizar volta do auxílio

Presidente da Câmara espera que acordo tire foco da prisão do deputado Daniel Silveira

Por Vandson Lima, Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Mariana Ribeiro — De Brasília

19/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Pacheco: presidente do Senado destacou que PEC emergencial irá ter cláusula de exceção em casos de calamidade —
Foto: Marcos Brandão/Agência Senado

Está marcada para quinta-feira a votação, no plenário do Senado, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria gatilhos para a contenção de despesas da União, Estados e municípios - a chamada PEC emergencial. Em troca, o governo do presidente Jair Bolsonaro comprometeu-se com líderes do Congresso Nacional a enviar uma medida provisória (MP) com a proposta para retomada temporária do auxílio-emergencial, pago a pessoas em situação de vulnerabilidade social por conta da pandemia.

O acordo visa dissipar as atenções concentradas desde a quarta-feira na prisão do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ). “Todos os outros assuntos são laterais”, disse o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), após almoço com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). A prisão do parlamentar não foi citada e os presentes ressaltaram que as prioridades são as reformas, o auxílio-emergencial e as vacinas.

Mais cedo, Lira prometeu a Guedes que o caso de Silveira terá desfecho rápido e garantiu que o episódio não afetará o andamento de pautas econômicas. Segundo apurou o **Valor**, o ministro procurou Lira preocupado que o confronto entre poderes turve o cenário e atrase o andamento de projetos da pauta econômica, bem como a inclusão na PEC de uma cláusula de calamidade pública que viabilizará, em sua avaliação, espaço fiscal para a retomada do auxílio emergencial.

Lira procurou tranquilizar o ministro. Ele já tinha se encontrado com o presidente Jair Bolsonaro no Palácio da Alvorada para tratar do mesmo assunto.

O presidente do Senado destacou que a PEC emergencial deve incluir uma cláusula de exceção em casos de calamidade. “Ficou ajustado na reunião de líderes do Senado que pautaremos a PEC emergencial. O parecer será apresentado entre hoje [ontem] e segunda-feira pelo relator”.

Também participaram o relator da PEC emergencial, o senador Márcio Bittar (MDB-AC), e a presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), a deputada Flávia Arruda (PL-DF).

Líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) afirmou aos demais líderes na reunião que a PEC emergencial será enxugada e trará apenas quatro pontos fundamentais, ainda a serem definidos. “Seriam o acionamento de gatilhos, equilíbrio fiscal intergeracional, sustentabilidade da dívida e mais um ponto passível de definição”, segundo o líder da minoria, Jean Paul Prates (PT-RN). Já a PEC que extingue uma série de fundos públicos deve ser votada separadamente, pois já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e não guarda maior controvérsia.

A partir da aprovação da PEC, na visão do governo, abrem-se condições para retomar o auxílio. A oposição apresentará proposta para que sejam pagas até seis parcelas de R\$ 600. Mas o governo quer uma proposta bem mais modesta, entre R\$ 200 e R\$ 300, por não mais que três ou quatro meses.

Bittar reforçou que seu parecer deverá reunir pontos de outras das chamadas PECs de ajuste fiscal, como a do pacto federativo. Ao chegar ao Ministério da Economia para uma reunião com Guedes, ele não quis dar mais detalhes sobre o parecer. “O que é fundamental para o país é que a gente dê um sinal completo, uma moeda de duas faces. Você apresenta uma solução a milhares de brasileiros, ao mesmo tempo sinaliza concretamente para a retomada da agenda para a qual o presidente Bolsonaro foi eleito”, disse o senador.

Em dezembro, governo e Senado chegaram a esboçar um acordo em torno da PEC emergencial, que acabou não se consolidando. O acordo previa que não constassem mudanças como a controversa desvinculação de recursos em saúde e educação. Um forte programa de redução de subsídios e incentivos seria proposto, com a intenção de em cinco anos diminuir de 4,8% para em torno de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) o custo para o governo com a renúncia de receitas e gastos com subvenções.

Petrobras reduz desconto no preço do diesel com nova alta

Em meio à desconfiança do mercado em relação à política de preços da Petrobras, nas últimas semanas, a estatal anunciou ontem um aumento de 15% para o diesel e de 10% para a gasolina. Com o reajuste, petroleira cortou, mas ainda não eliminou, boa parte do desconto ante o preço de paridade de importação (PPI) no diesel

Por **André Ramalho e Gabriela Ruddy** — Do Rio

19/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Presidente da Abicom, Sérgio Araújo afirmou que importadores têm sido procuradas por distribuidoras — Foto: Leo Pinheiro/Valor

Em meio à desconfiança do mercado em relação à política de preços da Petrobras, nas últimas semanas, a estatal anunciou ontem aumentos de 15,2% para o diesel e de 10,2% para a gasolina. Com isso, a petroleira eliminou boa parte do desconto ante o preço de paridade de importação (PPI) - defasagem que é alvo de críticas de investidores. Ainda assim, segundo analistas, a companhia mantém os preços abaixo da referência internacional no diesel.

O reajuste anunciado para o diesel foi o maior já feito pela companhia, pelo menos desde 2017 - quando a empresa passou a trabalhar com variações quase diárias, atreladas ao mercado internacional, ainda na gestão Pedro Parente - segundo a consultoria Stonex. Se até então a Petrobras vinha segurando os preços, sem repassar, na íntegra, a valorização do petróleo no mercado internacional, dessa vez a situação foi diferente. Os reajustes, válidos a partir de hoje nas refinarias, ficaram acima da variação do barril, de 6,2% desde o dia 9, data do último aumento nos preços da estatal.

Petrobras atinge menor defasagem do ano no diesel em relação à paridade de importação, diz Goldman Sachs

O Goldman Sachs destacou que, com isso, o desconto praticado pela Petrobras no diesel em relação ao PPI atingiu o seu menor tamanho no ano.

O banco, porém, estima que a estatal continua a trabalhar com defasagens de 8% para o derivado e de 11% para a gasolina. A XP Investimentos, por sua vez, calcula que o desconto do diesel saiu de 19,7% para 7% com o novo reajuste e que a gasolina agora está em linha com a paridade internacional.

O novo aumento no diesel - o terceiro em 2021 - repercutiu em Brasília. Ontem à noite, o presidente Jair Bolsonaro anunciou que, a partir de março, o governo irá zerar os impostos federais sobre o derivado. "Isso [zerar imposto] vai contrabalançar este aumento excessivo da Petrobras, mas eu não posso interferir, nem iria interferir. Se bem que alguma coisa vai acontecer na Petrobras nos próximos dias, tem que mudar alguma coisa", completou Bolsonaro, sem entrar em detalhes.

O novo reajuste, agora, ocorre em meio à expectativa de crescimento da demanda por diesel nas próximas semanas e a queixas de distribuidoras de que a Petrobras não tem dado conta de atender, integralmente, às encomendas de clientes. Na avaliação do líder da área de petróleo da Stonex, Thadeu Silva, ao se aproximar mais do PPI, a petroleira dá um sinal positivo aos importadores, num momento em ela própria enfrenta dificuldades para suprir o mercado.

"Agora, quando chegamos à beira de março, com a safra agrícola crescendo e o consumo do diesel com tendência de aumentar bastante nas próximas semanas, o mercado está muito mal suprido. A Petrobras teve que caminhar a fazer o aumento. Se não, poderíamos entrar ou numa crise de abastecimento ou ela teria que incorrer em prejuízo, tendo que importar muito diesel e vender abaixo [do PPI]", comenta. "Mas as incertezas geradas pelas declarações do presidente [Bolsonaro] não ajudam a dar a direção ao mercado", disse.

De acordo com as estimativas da Stonex, ainda há espaço para um "leve reajuste", de R\$ 0,05 no litro do diesel, mas é inegável que os preços se aproximaram da paridade internacional. No caso da gasolina, segundo o analista, os preços estão, agora, alinhados ao PPI.

Na semana passada, a Federação Nacional de Distribuidores de Combustíveis (Brasilcom) enviou uma carta à Agência Nacional de Petróleo (ANP) alertando para riscos de desabastecimento. No documento, a entidade relata que a Petrobras vem reportando às distribuidoras cortes na entrega de produtos pedidos para março, em diversos polos de suprimento.

Segundo duas fontes, embora a petroleira esteja respeitando os compromissos contratuais, as distribuidoras estão com dificuldades para encomendar cargas extras - no mercado, as empresas costumam contratar uma parte da demanda,

geralmente entre 70% e 80%, com a Petrobras e deixar uma “folga” para negociar com importadores. As distribuidoras reclamam que os preços da petroleira têm afastado importadores e que, ao mesmo tempo, a estatal não vem dando conta da demanda.

A Brasilcom também reclama que a Petrobras deixou para comunicar os agentes sobre os cortes na entrega num “prazo exíguo” que resultará “na quase impossibilidade de se obterem contratos de importação em quantidade suficiente”. A ANP pediu mais informações sobre os casos narrados, sob a justificativa de que se trata de um requerimento “genérico”.

Já a Petrobras esclareceu que está atendendo à demanda por diesel das distribuidoras, dentro dos prazos e volumes previstos nos contratos. “Os volumes aceitos para março estão muito acima da média de vendas dos últimos meses e em conformidade com a sistemática prevista nos contratos e nos normativos da ANP”.

O presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo, conta que depois de meses com dificuldades de trazer cargas para o país, as associadas já têm sido procuradas pelas distribuidoras, interessadas em contratar novos volumes. Ele lembra, porém, que a Petrobras ainda trabalha com uma defasagem de cerca de R\$ 0,10 para o litro do diesel. “As importadoras têm condições de atender à demanda complementar das distribuidoras, mas a preços de mercado, não aos preços da Petrobras”.

O reajuste do diesel se dá em meio a questionamentos no mercado sobre a estratégia da Petrobras de segurar o repasse do aumento dos preços internacionais. A percepção entre analistas é de que a companhia teria dificuldades para fazer reajustes elevados quando necessário. O novo aumento, num momento de disparada do petróleo, portanto, ajudou a amenizar a desconfiança. Apesar de bem recebida, contudo, a alta ainda não elimina a cautela sobre os próximos passos, num cenário de volatilidade da commodity.

A tendência é que o assunto volte a agitar o mercado depois que Bolsonaro declarou, ontem à noite, “que alguma coisa vai acontecer na Petrobras” - embora não tenha detalhado a afirmação.

De acordo com o chefe da área de produção de óleo e gás da S&P Global Platts Analytics, Ashutosh Singh, a tendência é que os preços do barril se mantenham em alta nos próximos meses, como reflexo da expectativa de aumento do consumo durante o verão no hemisfério Norte. Nas últimas semanas, o barril do tipo Brent superou os US\$ 60 pela primeira vez em 12 meses, como reflexo do otimismo com o avanço da vacinação contra a covid-19 no mundo e dos pacotes de estímulos de diversos países, para lidar com a crise, além de cortes de produção da Arábia Saudita. Os efeitos da nevasca sobre as refinarias no Texas (EUA) também têm afetado o mercado.

“Os fundamentos hoje mantêm a tendência de aumento dos preços, pois a demanda está crescendo. Talvez no segundo semestre o Irã volte a aumentar a produção e a extração nos EUA também cresça, então poderemos ver alguma fraqueza nos preços”, explica Singh.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Ei psiu, me leve pra casa, promoção de frete grátis rolando.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Tchau mau hálito - até 60% de desconto

HALIPURE

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Fio dental ficou no passado depois dessa invenção!

IRRIGADOR DENTAL POWERJET

LINK PATROCINADO

Helena Ranaldi tem quase 55 anos, A maneira como ela vive agora vai te deixar especialmente nostálgico.

AFTERNOON EDITION

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

Procuradora critica pressa em retirar medidas e defende mudança no teto

Élida Graziane diz que retirada do auxílio emergencial e de outros auxílios em plena pandemia cria risco de nova recessão

Por **Fabio Graner** — De Brasília

19/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Élida Graziane, do MP de Contas de SP: ajuste contracionista em plena pandemia “vai provocar uma recessão” — Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

A falta de planejamento e a pressa em retirar as medidas tomadas durante a pandemia, como o auxílio emergencial, geram risco de nova recessão, custando caro

inclusive para a gestão das contas públicas. A visão é da especialista em finanças públicas e procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo, Élide Graziane.

Em sua visão, o governo deveria pensar o país de forma mais estrutural, revendo o teto de gastos para permitir uma atuação mais planejada do Estado. Isso ajudaria não só na concessão de novo auxílio emergencial, mas para garantir o financiamento do SUS que está novamente sob pressão com a segunda onda da covid-19 e a retomada da economia, que também é importante na equação fiscal.

“A grande questão é a necessidade de revisão do teto. Não é algo isolado, não pode ser algo de fôlego curto. O problema não é só o auxílio emergencial. Se a emenda do Orçamento de Guerra no ano passado já tivesse revisto o teto, a gente não estava agora com esse gargalo para resolver”, disse ao **Valor**, lembrando que a questão não é só da vacina, mas também do fechamento de 15 mil leitos que foram abertos no ano passado. “Se tivesse feito costura com um plano bienal de enfrentamento da pandemia, como falei no ano passado, a gente teria planejamento para cobrir o auxílio emergencial, mas também me preocupa cada vez mais a falta de financiamento para o SUS”, completou.

Uma das vozes mais atuantes no debate sobre as contas públicas e a reação à pandemia, Élide se mostra contrária a uma cláusula permanente de calamidade pública, como quer o ministro da Economia, Paulo Guedes. Segundo ela, já há um mecanismo previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em sua opinião, constitucionalizar o conceito de calamidade impondo medidas restritivas ao mesmo tempo que se libera das regras fiscais habituais, como propõe o ministro ensejaria o risco de perda de poder do Legislativo em detrimento do Executivo.

“O artigo 65 da LRF já tem essa cláusula. Colocar na Constituição, enrijecendo o que já está previsto na LRF soa como mais um mecanismo de chantagem fiscal, de fuga. A gente já tem regras para enfrentar situações de calamidade. Sobre as demais regras fiscais, depende de cada contexto, não acho que a gente possa criar uma regra geral. Parece mais uma solução que prejudica muito o diálogo com o Legislativo. Isso fortalece demais o Executivo e precariza o espaço de atuação do Legislativo de verificar ou não o cabimento de soluções mais extremas”, disse.

A procuradora rejeita a tese de que estaria pensando sem considerar restrições impostas pela economia. Ela lembra que órgãos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), bancos centrais de países desenvolvidos e diversos economistas brasileiros qualificados - ela cita nomes como José Roberto Afonso, Raul Velloso e Monica de Bolle - mostram-se favoráveis a medidas de expansão fiscal nesse contexto de crise gerada pela pandemia.

“Não adianta a gente fazer no meio de uma pandemia um ajuste contracionista que vai provocar uma recessão econômica. Não adianta querer fazer ajuste no meio do olho do furacão porque a recessão vai voltar mais grave. Tem que projetar sustentabilidade fiscal no médio e longo prazo”, disse. “O problema é o governo fazer um pensamento mágico, voluntarioso, e achar que o teto vai trazer investimentos. Ninguém vai investir se não tiver geração de renda na economia”, completou.

Para ela, uma reação tempestiva e no tamanho adequado teria permitido organizar melhor a população e a resposta sanitária. “A gente teria agora condição de não só programar como enfrentar a questão da sustentabilidade da dívida, metas fiscais, um debate com qualidade, mas também poderíamos fazer um cronograma de investimentos. Saindo desse debate enviesado, pequeno, sobre tamanho do Estado, que tem que ter o tamanho necessário para a retomada do crescimento econômico”, disse.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Ei psiu, me leve pra casa, promoção de frete grátis rolando.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Tchau mau hálito - até 60% de desconto

HALIPURE

LINK PATROCINADO

Fio dental ficou no passado depois dessa invenção!

IRRIGADOR DENTAL POWERJET

LINK PATROCINADO

Proposta de corte das taxas não tem consenso entre setores da indústria

CNI defende acelerar a assinatura e a internalização do acordo Mercosul-União Europeia

Por Anaís Fernandes — De São Paulo

19/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Reduções de tarifas de importação, como a proposta pelo governo brasileiro para a Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, não encontram consenso entre ramos da indústria no país.

Com carga tributária muito alta no Brasil, qualquer iniciativa para diminuir essa pressão tem de ser aplaudida, afirma Nelson Mussolini, presidente-executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma). Cerca de 95% da matéria-prima usada no segmento é importada. “Produtos com tarja vermelha têm preços controlados. Qualquer aumento ou redução nos tributos tem que ser automaticamente repassado para o medicamento”, explica ele.

No âmbito do Mercosul, alterações na TEC devem, necessariamente, passar antes por consulta pública abrangente, com representações empresariais de todos os setores do Brasil e dos demais países do bloco, afirma a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A entidade defende uma abertura comercial pela negociação de acordos equilibrados e pelo aprofundamento da agenda do Mercosul. “A abertura por meio de acordos proporciona contrapartidas em terceiros mercados e períodos de transição, essenciais para que as empresas façam os necessários ajustes à nova situação de competição”, afirma, acrescentando que isso também reduz riscos

econômicos e sociais, como de alta no desemprego. A CNI diz ser necessário acelerar a assinatura e a internalização do acordo Mercosul-União Europeia, priorizar a finalização dos acordos com Canadá e México e iniciar negociações com Reino Unido e América Central.

Para a entidade, a demora na abertura econômica do país está mais ligada ao atraso na agenda de competitividade, que incluiria, entre outras coisas, desonerar produtos exportados, garantir orçamento para financiar exportações, celebrar acordos para evitar dupla tributação e estimular multinacionais brasileiras em outros países. Além disso, diz a CNI, é preciso avançar na agenda de reformas estruturais, sobretudo a tributária.

Alíquotas como a TEC servem para reduzir assimetrias, por exemplo, no elevado custo que energia e gás têm no Brasil, aponta Ciro Marino, presidente-executivo da associação da indústria química, a Abiquim. Se cortar essas alíquotas sem mexer, antes, em entraves à competitividade nacional, “a indústria brasileira não aguenta”, afirma. Ele reconhece, porém, que atacar o custo Brasil dá trabalho, enquanto uma inserção internacional unilateral “é feita em uma canetada.”

Marino rebate acusações de que a indústria do país seja protecionista. “Não existe, a indústria está tentando sobreviver. No longo prazo, é interessada na redução da TEC, porque também depende de importados, mas, sem as reformas, não é hora de colocar isso e nossos contatos no Mercosul dizem que, até o momento, não existe essa proposta por lá”, afirma.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Ei psiu, volte para o site e finalize sua compra.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Tchau mau hálito - até 60% de desconto

HALIPURE

LINK PATROCINADO

Sapatilha especial a prova d'água é a melhor opção para não machucar os pés ou queimá-los na areia

Reajuste de preços pela petroleira não elimina cautela no mercado

Cenário de valorização da commodity no exterior e de câmbio depreciado no Brasil pressiona a estatal

Por **Lucas Hirata** — De São Paulo

19/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Cenário de valorização do petróleo e desvalorização do real pressiona a estatal — Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo

A decisão da Petrobras em calibrar os preços da gasolina e do diesel, em um momento de disparada do petróleo no exterior, ajuda a amenizar a desconfiança crescente do mercado sobre a política de preços da estatal. No entanto, apesar de bem recebida pelos analistas, a iniciativa não elimina a cautela sobre os próximos passos da companhia em um cenário valorização da commodity lá fora e de câmbio depreciado no Brasil.

“O mercado vai seguir cético sobre a política de preços da Petrobras. E isso só vai acabar quando vender as refinarias. Se o preço do petróleo subir para US\$ 70 e a Petrobras demorar para agir, vão voltar as preocupações sobre o uso da empresa como ferramenta de política de governo. O que vai amenizar é a venda de refinarias, quando a política de preços se tornará algo menos sensível”, afirma o gestor de uma grande asset, que preferiu não ser identificado.

Ele explica que a preocupação no mercado se agrava quando a defasagem do preço do diesel se aproxima de dois dígitos em relação às referências internacionais. “Enquanto estiver perto de 5%, o mercado tolera porque um dia de variação do câmbio ou do petróleo pode equilibrar isso. Já vimos isso acontecer, são dois componentes muito voláteis. Mas quando começa a se aproximar de dois dígitos, aí acende o sinal de alerta porque poderia gerar um efeito bilionário nos resultados da empresa, se você considerar um período de um ano, por exemplo”, diz o profissional.

Ontem, a Petrobras anunciou reajuste de 15% no preço do diesel - o maior aumento da companhia para o derivado desde o início de 2019, quando o atual presidente Roberto Castello Branco assumiu a petroleira. Além disso, elevou o valor da gasolina em cerca de 10%.

Com isso, a defasagem no preço do diesel saiu de 19,7% para 7% enquanto o da gasolina ficou em linha com a paridade internacional, nos cálculos da XP Investimentos. Já para o Goldman Sachs, os descontos estão em 8% e 11%, respectivamente - no caso do diesel, é a menor diferença desde o início de janeiro.

“Foi positivo, mas não é nenhum favor. Esta [paridade de preços] é uma discussão que já estava madura. Era um não assunto há quatro meses, mas voltou a ser um assunto. A Petrobras não tem que dar resposta ao mercado, ela tem de praticar paridade como companhia”, afirma o analista Gabriel Francisco, da XP.

Ele alerta que o ambiente ainda é arriscado, dado a trajetória de alta do petróleo e a desvalorização do câmbio. Em seus cálculos, considerando todos os outros fatores constantes, a defasagem de 7% do preço do diesel custaria US\$ 1,9 bilhão à Petrobras no período de um ano - algo que se refere à queda da margem de refino e o custo de importação de combustível.

As ações da Petrobras chegaram a subir mais de 3% durante a manhã. No entanto, perderam força ao longo do pregão com a aversão ao risco no exterior. Petrobras ON perdeu 0,84%, a R\$ 29,43, enquanto a PN caiu 1,08%, a R\$ 29,27.

A desconfiança em torno do preço do diesel também perpassa o risco constante de greve dos caminhoneiros, embora esse seja um risco reduzido neste momento, na avaliação de parte dos analistas.

“É uma espada que ficará eternamente na cabeça dos brasileiros. Mas os fretes no mundo e no Brasil estão subindo. Mesmo com o reajuste no preço do diesel, os fretes subiram mais, porque teve atraso nas safras do Brasil e agora está ocorrendo a colheita. Ou entrega agora ou não tem o que entregar daqui dois ou três meses. O risco de uma greve é menor agora”, explica Kaique Vasconcellos, sócio da Helius Capital.

Nas contas do profissional, o diesel estaria agora com desconto de 4% a 5% ante a paridade internacional. “Está praticamente na paridade internacional. A preocupação aumenta quando chega em 10% e fica muito preocupante acima de 15%”, explica. Uma forma de amenizar os preços seria via corte de impostos, diz Vasconcellos, embora reconheça que a situação fiscal é bastante delicada no país. “O fiscal é complicado, mas precisa diminuir a máquina do Estado para reduzir impostos. Não é algo de curto prazo”, acrescenta.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Ei psiu, me leve pra casa, promoção de frete grátis rolando.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Mitsubishi Pajero Sport - A New Legend

MITSUBISHI MOTORS

LINK PATROCINADO

Tchau mau hálito - até 60% de desconto

HALIPURE

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

O sutiã mais procurado pelas mulheres agora com frete grátis para Salvador